

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**CARO, ARQUITETO URBANISTA!**

**Olhares sobre o arquiteto urbanista brasileiro e sua função social**

José Henrique Costa Tenório

Maceió

2024

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL  
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

**JOSÉ HENRIQUE COSTA TENÓRIO**

**CARO, ARQUITETO URBANISTA!**

**Olhares sobre o arquiteto urbanista brasileiro e sua função social**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de PósGraduação em Arquitetura e Urbanismo da FAU/UFAL, área de concentração em Dinâmicas do Espaço Habitado, como requisito final para a obtenção do grau de Mestre em Arquitetura e Urbanismo

**APROVADO** em 22 / 04 / 2024

**BANCA EXAMINADORA**

Documento assinado digitalmente



**DEBORA DE BARROS CAVALCANTI FONSECA**  
Data: 14/05/2024 12:02:20-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Débora de Barros Cavalcanti Fonseca - Orientadora  
Universidade Federal de Alagoas

Documento assinado digitalmente



**JULIANA MICHAELLO MACEDO DIAS**  
Data: 21/06/2024 12:04:10-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Juliana Michaello Macedo Dias – Examinadora Interna  
Universidade Federal de Alagoas



Documento assinado digitalmente

**FERNANDO ANTONIO DE MELO SA CAVALCANTI**  
Data: 12/06/2024 10:09:15-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Fernando Antonio de Melo Sá Cavalcanti – Examinador Interno  
Universidade Federal de Alagoas

Documento assinado digitalmente



**DEMOSTENES ANDRADE DE MORAES**  
Data: 14/05/2024 20:18:26-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Demóstenes Andrade de Moraes – Examinador Externo  
Universidade Federal de Campina Grande

Documento assinado digitalmente



**EUGENIA AUMOND KUHN**  
Data: 21/06/2024 14:36:20-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Eugenia Aumond Kuhn – Examinadora Externa  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Catálogo na Fonte  
Universidade Federal de Alagoas  
Biblioteca Central  
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecário: Marcelino de Carvalho Freitas Neto – CRB-4 – 1767

T312c Tenório, José Henrique Costa.  
Caro, arquiteto urbanista! : olhares sobre o arquiteto urbanista brasileiro e sua função social / José Henrique Costa Tenório. – 2024.  
139 f. : il. color.

Orientadora: Débora de Barros Cavalcanti Fonseca.  
Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Maceió, 2024.

Bibliografia: f. 126-134.  
Anexos: f. 135-139.

1. Arquiteto urbanista - Função social - Brasil. 2. Assistência técnica. I.  
Título.

CDU: 72(81)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL  
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO  
DINÂMICAS DO ESPAÇO HABITADO - DEHA  
PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO - PPGAU

José Henrique Costa Tenório

**CARO, ARQUITETO URBANISTA!**

**Olhares sobre o arquiteto urbanista brasileiro e sua função social**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de PósGraduação em Arquitetura e Urbanismo da FAU/UFAL, área de concentração em Dinâmicas do Espaço Habitado, como requisito final para a obtenção do grau de Mestre em Arquitetura e Urbanismo

Linha de Pesquisa 1: conceituação, percepção e representação do espaço habitado.

Orientadora: Profa. Dra. Débora de Barros Cavalcanti.

Maceió  
2024

## **AGRADECIMENTOS:**

Aproveito este espaço para agradecer principalmente a minha orientadora Profa. Débora Cavalcanti, primeiramente por acreditar e confiar no meu trabalho, mas acima de tudo por compartilhar desta jornada junto comigo. Assim como agradeço imensamente todas as colaborações e apontamentos dos membros que compuseram a minha banca de defesa.

Além disso, obrigado a família e amigos, pelo apoio e o suporte emocional que me foram concedidos. E a todos que diretamente ou indiretamente me prestaram solidariedade durante esta tarefa árdua de pesquisa e escrita.

## PRÓLOGO:

Quando eu entrei no curso de arquitetura e urbanismo, eu tinha esperanças que eu fosse me encontrar. De fato entender minha existência e meu propósito nesse mundo. A graduação me possibilitou vários descobrimentos, além de modificar minha visão para com o mundo, mudou a minha visão sobre mim. No caminho, eu tentei assimilar toda a complexidade que aquela formação acadêmica me proporcionava, tudo foi novo e ao mesmo tempo parecia familiar. De certa forma, nada era novo de fato, mas agora eu conseguia enxergar tudo a partir de... como posso chamar? Um prisma, que convergia a realidade para diversas outras possibilidades. Ao mesmo tempo, foi sendo acionado em mim, **um alarme**, que pode aderir a este relato diversas conotações, mas vou me restringir a duas: a urgência e a inquietação. A primeira, vem em conjunto com a noção de tempo, quanto mais próximo eu me encontrava do 'famigerado' diploma, mas eu entrava em estado de alerta, preocupado. O que eu faria após a conclusão de curso? (Melhor) O que eu vou fazer com todo esse conhecimento? (Em contraponto) Será que eu tenho conhecimento suficiente para de fato fazer algo? Eu não tinha pressa em terminar o curso, a minha urgência persistia na ideia de encontrar um propósito que fosse legítimo. E não, não é apenas isso, eu queria/quero ter sucesso nesse propósito, não falhar. A inquietação surge na constância em que os questionamentos me assombravam, eu fiz inúmeras atividades, trabalhos, na gana de experimentar tudo que fosse possível, a fim de que em alguma dessas, o alarme deixasse de tocar. Não deixou! Eu vivenciei a base da arquitetura e urbanismo e saí tão confuso quanto eu entrei. Eu acho engraçado pensar que o meu tema de trabalho de conclusão de curso, foi decidido no primeiro período: entender como as pessoas construíam suas casas sem arquitetos e urbanistas". Não é engraçado? Ter um questionamento e, após quase 6 anos, manter a mesma dúvida consigo? Foi aí, que eu entendi, ou melhor, me conformei, que a faculdade não ia desligar o meu alarme, no máximo ela ia me dar uma pausa para estender o cochilo. Foi assim que eu precisei voltar a estudar, pesquisar, buscar entender ou chegar próximo a desvendar as questões que são minhas, o alarme continua a soar e aparentemente ele só sossega quando me encontra em busca de respostas. Agora, arquiteto e urbanista, eu desejo destrinchar a minha função social, desvendar possibilidades. É sobre mim, eu como sujeito do ofício, como caso perturbado de agente

transformador sem atuação. Continua sendo sobre propósito. Agora, não mais apenas como Henrique, mas como o Henrique, arquiteto urbanista.

**RESUMO:**

O estudo abarca características intrínsecas e sociais do sujeito arquiteto urbanista que interferem ou, até mesmo, justificam o baixo impacto de sua atuação profissional no desenvolvimento da sociedade. A pesquisa foi estimulada pelo baixo acesso ao trabalho dos arquitetos urbanistas, por grande parcela da população brasileira, principalmente as camadas de mais baixa renda. Abordam-se diferentes olhares sobre esse profissional, por meio de dados demográficos, leis vigentes e contextos atuais de mercado, para assim construir um perfil geral sobre a profissão, que envolve um olhar autocentrado, sobre ele mesmo; e o olhar dos outros, o da sociedade em geral. São analisadas também as relações simbólicas, invisíveis, como descritas por Bourdieu, perpassando por diversas possibilidades de inserção desse profissional no mercado de trabalho e sua atuação profissional. O impacto social gerado por sua ação apresenta-se como possível, através da arquitetura social, destacando-se a Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social (ATHIS), e o próprio urbanismo, indissociável da participação popular, delineando o caráter insurgente da profissão nos dias atuais e caracterizando sua função social.

**Palavras chaves:** arquiteto urbanista; função social; assistência técnica; Brasil;

**ABSTRACT:**

The study covers the intrinsic and social characteristics of the urban architect that interfere or even justify the low impact of their professional work on the development of society. The research was stimulated by the low access to the work of urban architects by a large part of the Brazilian population, especially the lower income strata. Different perspectives on this professional are addressed, through demographic data, current laws and current market contexts, in order to build a general profile of the professional, which involves a self centered view on oneself and on society in general. The symbolic, invisible relations, as described by Bourdieu, are also analyzed, going through the different possibilities for inserting this professional into the job market and their professional performance. The social impact generated by their action is presented as possible through social architecture, with emphasis on Technical Assistance in Social Interest Housing (ATHIS), and urbanism itself, inseparable from popular participation, outlining the insurgent character of the profession today and characterizing its social function.

**Key words:** architect and urban planner; social function; technical assistance; Brazil;

## SUMÁRIO:

<b>LISTA DE FIGURAS:</b>	<b>10</b>
<b>LISTA DE QUADROS:</b>	<b>10</b>
<b>LISTA DE GRÁFICOS:</b>	<b>10</b>
<b>Capítulo 1: Ideias base</b>	<b>11</b>
1.1 Introdução	11
1.2 Uma breve explanação sobre os conceitos que permeiam a arquitetura e o urbanismo	17
1.3 Um breve contexto histórico da formação do arquiteto urbanista no Brasil	20
<b>Capítulo 2: Procedimentos metodológicos e apontamentos teóricos</b>	<b>23</b>
<b>Capítulo 3: Como o arquiteto urbanista é constituído</b>	<b>33</b>
3.1 O perfil do arquiteto urbanista brasileiro	33
3.2 Configurações de trabalho do arquiteto urbanista brasileiro	41
<b>Capítulo 4: Como o arquiteto urbanista se vê</b>	<b>49</b>
4.1 O conceito de ‘arquiteto urbanista’	49
Arquiteto urbanista como artista	51
Arquiteto urbanista como construtor	52
Arquiteto urbanista como responsável social	53
Arquiteto urbanista descontente	55
Arquiteto urbanista polímata	56
Arquiteto urbanista realizador de sonhos	56
4.2 As motivações e os desafios da profissão	58
<b>Capítulo 5: Como o arquiteto urbanista é visto</b>	<b>66</b>
5.1 Olhares da mídia	68
5.2 Olhares da crítica	71
5.3 Olhares da bolha	75
<b>Capítulo 6: O que o arquiteto urbanista não vê</b>	<b>84</b>
6.1 O poder do ‘título’ do arquiteto urbanista	84
6.2 O poder da ‘ação’ do arquiteto urbanista	87
6.3 Os caminhos pouco explorados	90
<b>Capítulo 7: O que o arquiteto urbanista precisa ver</b>	<b>99</b>
7.1 A arquitetura social	99
7.2 A função social do arquiteto urbanista	110
<b>Capítulo 8: Considerações Finais</b>	<b>119</b>
<b>REFERÊNCIAS:</b>	<b>126</b>
<b>APÊNDICES:</b>	<b>136</b>

## **LISTA DE FIGURAS:**

Figura 1. Palavras chaves do conceito de Arquitetura.	19
Figura 2. Características do arquiteto urbanista brasileiro	39
Figura 3. Arquétipo do arquiteto urbanista brasileiro	40
Figura 4. Principais motivações e desafios da profissão do arquiteto.	63
Figura 5. Signos atrelados ao arquiteto e urbanista brasileiro.	70
Figura 6. Arquitetos mais conhecidos do Brasil.	72
Figura 7. Imagens dos Arquitetos mais conhecidos do Brasil	73
Figura 8. Enquete 1 de 'Quem é o arquiteto?'. Figura 9. Enquete 2 de 'Quem é o arquiteto?'. Figura 10. Enquete 3 de 'Quem é o arquiteto?'. Figura 11. Enquete 4 de 'Quem é o arquiteto?'. Figura 12. Resultado das enquetes de 'Quem é o arquiteto?'. Figura 13. Signos extraídos das 4 enquetes 'Quem é o arquiteto?'. Figura 14. Possíveis caminhos profissionais que o arquiteto pode seguir. Figura 15. Atividades convencionais dos arquitetos Figura 16. Mapa de ações da ATHIS no Brasil	76 77 78 79 80 81 92 95 105

## **LISTA DE QUADROS:**

Quadro 1. Obstáculos para a contratação de arquitetos e urbanistas no Brasil.	12
Quadro 2. Matriz da Compreensão da Identidade Profissional	25
Quadro 3. Matriz Metodológica da Dissertação	26
Quadro 4. Macrocategorias de atividades de arquitetos urbanistas.	95

## **LISTA DE GRÁFICOS:**

Gráfico 1. Faixa etária dos arquitetos urbanistas brasileiros	34
Gráfico 2. Gênero dos arquitetos urbanistas brasileiros.	35
Gráfico 3. Raça dos arquitetos urbanistas brasileiros	36
Gráfico 4. Campo de atuação dos arquitetos urbanistas brasileiros.	36
Gráfico 5. Renda mensal dos arquitetos urbanistas brasileiros	37
Gráfico 6. Arquitetos urbanistas brasileiros por estado	38
Gráfico 7. Principais obstáculos da profissão do arquiteto.	64
Gráfico 8. Você conhece a Lei de Assistência Técnica (Lei Federal nº 11.888/2008)?.	107

## Capítulo 1: Ideias base

### 1.1 Introdução

O CAU/BR, ente que fiscaliza a atuação dos arquitetos e urbanistas brasileiros, promoveu em 2015, o chamado “O maior diagnóstico sobre arquitetura e urbanismo já feito no Brasil” junto ao Instituto Datafolha. Esse estudo tinha por objetivo entender como a imagem desses profissionais era construída perante a sociedade, entre outras questões que circundam essa temática.

A pesquisa apontou que 85% dos brasileiros não contrataram serviços de profissionais tecnicamente habilitados, ou seja, arquitetos e engenheiros, para a construção ou obras de reforma. Este dado foi atualizado em 2022, tendo esse percentual baixado para 82%, um avanço quanto ao mercado de atuação da arquitetura e urbanismo no Brasil, segundo o Instituto Datafolha (CAU/DF, 2022).

Apesar desta maior aproximação entre arquitetos e a população em geral, a maioria dos brasileiros ainda não conta com a assistência técnica desse profissional. Na investigação quanto aos motivos desse afastamento, percebeu-se que a principal razão para a não contratação destes, está atrelada à “falta de dinheiro, valor alto”, assim como por uma percepção popular que classifica os serviços como “não necessários” (CAU/BR, 2015).

Em paralelo, outra pesquisa foi realizada pelo CAU/BR (2020) a fim de traçar o perfil do arquiteto e urbanista brasileiro, o II Censo das Arquitetas e Arquitetos e Urbanistas do Brasil. Foram levantados dados que declararam que os maiores obstáculos, quanto ao exercício do profissional da arquitetura e urbanismo no Brasil, segundo os próprios profissionais da área, se concentram em três principais questões: falta de valorização do arquiteto e urbanista na sociedade; má remuneração; e falta de acesso ao mercado de trabalho.

Quadro 1. Obstáculos para a contratação de arquitetos e urbanistas no Brasil.

<b>OBSTÁCULOS QUANTO À CONTRATAÇÃO DE ARQUITETOS E URBANISTAS NO BRASIL, SEGUNDO PARTES ENVOLVIDAS</b>	
<b>ARQUITETOS E URBANISTAS</b>	<b>POPULAÇÃO DE MÉDIA E BAIXA RENDA</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>FALTA DE VALORIZAÇÃO</b></li> <li>• <b>MÁ REMUNERAÇÃO E FALTA DE ACESSO AO MERCADO DE TRABALHO</b></li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>DESCONHECIMENTO QUANTO ÀS VANTAGENS DA CONTRATAÇÃO DE UM ARQUITETO E URBANISTA</b></li> <li>• <b>ALTO CUSTO DOS SERVIÇOS DE ARQUITETURA E URBANISMO</b></li> </ul>

Fonte: Elaborado pelo autor, baseado no CAU (2015 e 2020) .

A partir desse comparativo, fica perceptível um descompasso, onde se coloca o profissional da arquitetura e urbanismo de um lado e a população de baixa renda de outro, com reclamações opostas para um problema que parece comum a ambas as partes, a falta de interação entre elas. Pensando nisso, a presente pesquisa explora as questões relacionadas com essa temática, refletindo sobre o desencontro gerado entre os profissionais da área e a população que não consegue acessar aos seus serviços.

Baseando-se na constatação de que os serviços prestados pelos profissionais de arquitetura e urbanismo não alcançam a maioria significativa da sociedade, este trabalho assume o compromisso de chamar a atenção para o impacto que a sua ação poderia produzir na transformação das condições de vida de milhares de pessoas. É por isso, que o título dessa dissertação é “Caro, arquiteto urbanista”, apresentando um trocadilho com a palavra ‘caro’, que pode ganhar a conotação de “em que há ou está relacionado com despesas excessivas” (DICIO, 2024) ou mesmo de “que é alvo de estima; querido ou estimado” (DICIO, 2024). O título, portanto, informa a inacessibilidade desse profissional para grande contingente da sociedade brasileira, assim como faz um chamado, enaltecendo o valor social atribuído ao arquiteto e urbanista.

Adota-se nesta dissertação que a busca em conectar essas duas frentes da sociedade, população brasileira, principalmente de baixa renda e os arquitetos urbanistas brasileiros é parte do escopo de atribuições inerentes a esse profissional,

ou seja, como parcela do que chamaremos aqui, de função social dos arquitetos e urbanistas.

É inegável que há uma relação intrínseca entre o arquiteto e urbanista e ações de cunho social. Essa relação pode se encontrar adormecida ou pouco explorada, mas desde sua base, as questões sociais permeiam a formação e a construção do profissional da arquitetura e urbanismo. Mas o que seria essa função social? E especificamente, como ela se aplica na profissão do arquiteto e urbanista?

Tudo, ou mesmo todos, possuem uma função social, ao estarem dispostos a servir à sociedade. Dentre as variadas funções de um profissional, certamente há uma que envolve o atendimento das necessidades básicas de uma comunidade, destacando o impacto de caráter público de sua ação, em prevalência ao interesse privado.

Se pensarmos numa mangueira, esta árvore certamente arboriza e embeleza um parque, porém, a função precípua da mangueira é dar frutos, mangas. (Farizel, 2017)

Assinalada também como ‘responsabilidade social’ ou ‘papel social’ na literatura, a função social - termo adotado nesta dissertação - trata da prática dos profissionais de arquitetura e urbanismo que contribui para o bem comum de uma ou mais comunidades (FAENG, 2024).

Em entrevista para a revista ‘Vitruvius’, em 2019, Ermínia Maricato, conhecida arquiteta e urbanista por seu ativismo político, descreve a sua definição para a função social do arquiteto e urbanista. Maricato (2019) afirma que, a função social inerente a esse profissional no Brasil “sem dúvida está na cidade. Isso implica que a arquitetura tem que ter um compromisso com o espaço urbano e coletivo.” Discorrendo sobre a questão, a arquiteta e urbanista ainda complementa:

A democratização da arquitetura e da cidade fará uma enorme diferença na vida de grande parte da população urbana, assim como na dos arquitetos, que terão outro ponto de vista de atuação profissional. A ideia é ampliar as oportunidades do acesso à arquitetura e disseminá-las, afinal, arquitetura é saúde, conforto ambiental é saúde e salubridade é saúde. (*apud* Rossi *et al*, 2015)

Ermínia Maricato dá destaque a versão ‘urbanista’ da profissão, ao defender a atuação na cidade do profissional arquiteto e urbanista como de maior importância social, dentro da sua gama de aptidões. Por associação, as definições quanto ao

urbanismo já implicam em ações, práticas ou teóricas, que pretendem interferir nas cidades, em busca de melhoria do bem estar social, *a priori*, de maneira mais coletiva do que a ação da arquitetura. Dessa maneira, a atuação profissional do urbanista já lhe confere uma forte função social, pelo menos em essência, ao pensar na promoção da equidade espacial. Neste sentido, essa dissertação está mais focada na arquitetura, como produção de alcance individual ou familiar, assumindo que esse é o âmbito da profissão com maior distanciamento de sua função social.

Por isso, vale destacar que, optou-se por considerar o termo ‘arquiteto urbanista’ como a melhor nomenclatura para esse profissional, porque afinal abarca e respeita os dois aspectos da profissão e principalmente reconhece a importância do urbanismo na sociedade. Igualmente quanto à decisão de se retirar a conjunção ‘e’, assume-se que a arquitetura e o urbanismo se unem no mesmo indivíduo, no processo de sua formação. Em alguns casos, durante o desenvolvimento do trabalho, foi suprimida a terminologia urbanista, de forma a simplificar a linguagem e diminuir o número de repetições de palavras, usando apenas a palavra ‘arquiteto’. O recorte quanto ao gênero também não será destacado, apenas por decisão de manter a leitura mais fluída, sem pausas ao adicionar diferentes artigos.

Além dessa terminologia simplificada, será frequente o uso das palavras ‘sujeito’ na intenção de invocar o profissional arquiteto urbanista, assim como a palavra ‘indivíduo’, quando se tratar de compartilhar alguma informação, que coloca o arquiteto urbanista em um contexto de inserção social. O mesmo acontece com o termo ‘agente social’, utilizado para representar aquele que age sobre a sociedade e a quem a sociedade age sobre, baseado nas teorias de Pierre Bourdieu (1982).

Ainda sobre a função social, ao se analisar o Código de Ética e Disciplina para Arquitetos e Urbanistas, publicado pelo CAU/BR (2015), ente que fiscaliza os arquitetos urbanistas brasileiros, ficam evidentes as obrigações gerais quanto à profissão. O artigo 2.1.2, parte dos Princípios relativos ao título do Capítulo 2: Obrigações para com o Interesse Público, o qual descreve:

O arquiteto e urbanista deve defender o direito à Arquitetura e Urbanismo, às políticas urbanas e ao desenvolvimento urbano, à promoção da justiça e inclusão social nas cidades, à solução de conflitos fundiários, à moradia, à mobilidade, à paisagem, ao ambiente sadio, à memória arquitetônica e urbanística e à identidade cultural. (CAU/BR, 2015)

Esse artigo do Código de Ética dos Arquitetos e Urbanistas deixa expresso que é parte das atribuições do profissional da arquitetura e urbanismo, cumprir com ações que possibilitem uma transformação social garantidora do desenvolvimento das cidades, através da promoção da justiça e da inclusão social.

Segundo a classificação utilizada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a Arquitetura e Urbanismo no Brasil, é definida, na Árvore do Conhecimento, como parte das “Ciências Sociais Aplicadas”, contrapondo-se à parte do pensamento construído pelo senso comum, que o classificaria como “Ciências Exatas e da Terra”.

Assim, a Arquitetura e Urbanismo está vinculada a um segmento da ciência cujo objetivo principal é o estudo da sociedade, com o interesse em sua análise e sua transformação. A posição do curso também reforça a ideia da construção de um perfil generalista para o arquiteto urbanista, como se nota a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais de Arquitetura e Urbanismo (Res. CNE 02/2010, reafirmando a Res. CNE 06/2006 e Port. MEC 1.770/1994) em seu artigo 4º que determina que o tipo de ensino deve ser voltado à construção de um ‘generalista’ (Maragno, 2012).

Percebe-se, dessa maneira, uma outra característica intrínseca ao arquiteto urbanista relacionada às suas aptidões multifacetadas e amplas, desde sua preparação na jornada de adquirir o título, até na sua atuação, como profissional formado.

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU/BR, em 05 de abril de 2022, aprovou uma Resolução que destaca as competências atribuídas a esses profissionais, na tentativa de reconstruir o senso comum e propiciar um melhor entendimento das áreas de atuação dos arquitetos urbanistas. A Resolução N° 21, em seu artigo 1º, define a categoria como ‘uniprofissional’, que corresponde a um perfil generalista, detalhado em seu artigo 2º, ao especificar funções atribuídas à profissão:

- supervisão, coordenação, gestão e orientação técnica;
- coleta de dados, estudo, planejamento, projeto e especificação;
- estudo de viabilidade técnica e ambiental;
- assistência técnica, assessoria e consultoria;
- direção de obras e de serviço técnico;
- vistoria, perícia, avaliação, monitoramento, laudo, parecer técnico, auditoria e arbitragem;

- desempenho de cargo e função técnica;
- treinamento, ensino, pesquisa e extensão universitária;
- desenvolvimento, análise, experimentação, ensaio, padronização, mensuração e controle de qualidade;
- elaboração de orçamento;
- produção e divulgação técnica especializada;
- execução, fiscalização e condução de obra, instalação e serviço técnico;

Além de elencar os diversos nichos de atuação do profissional da arquitetura e urbanismo, o CAU/BR (2017), mais uma vez reforça a importância desse indivíduo de se reconhecer como detentor de função social:

Se a essência da arquitetura consiste em pensar e projetar espaços para as atividades e necessidades humanas, é importante que arquitetos e urbanistas desenvolvam uma visão plural e aberta das diferentes realidades que se pode encontrar em termos de habitação'. (CAU/BR, 2017)

Dessa maneira, percebe-se que ao se tratar de um profissional com tantas funções e competências, a própria ideia de qual seria sua função social, pode ser emaranhada de diferentes significados e definições. Ao mesmo tempo, é evidente que existe uma dimensão da profissão que lhe coloca frente aos problemas da sociedade brasileira, o que faz alçar o senso de responsabilidade social ao arquiteto urbanista, principalmente nas suas ações voltadas à população em estado de vulnerabilidade social.

Por isso, o **objetivo geral** desta dissertação é estudar as diversas faces do arquiteto urbanista brasileiro, através de uma investigação sobre as suas construções sociais, reais e míticas, tais como, as de que é um profissional de custo elevado e inacessível. A abordagem adotada busca entender não apenas o olhar da sociedade sobre os serviços técnicos do arquiteto urbanista, mas também como o profissional habitualmente se enxerga, olhares que podem justificar o distanciamento profissional, de sua ação, das camadas de mais baixa renda.

As diferentes perspectivas sobre o sujeito social aqui apresentadas estão embasadas na compreensão holística do ofício antes de questionar o seu papel social. A partir de uma análise de cunho cultural são identificadas ideias preconcebidas e abordadas diferentes visões sobre o arquiteto urbanista.

A produção de significados sociais é, por conseguinte, uma condição prévia necessária para o funcionamento de todas as práticas sociais e uma descrição das condições culturais das práticas sociais deve fazer parte da explicação sociológica do seu funcionamento. A descrição e a análise culturais são, por conseguinte, cada vez mais cruciais para a produção de conhecimento sociológico. (Du Gay *et al*, 1997, p.2, tradução nossa)

O distanciamento do profissional da arquitetura e urbanismo dessa função social no Brasil, acontece por múltiplos fatores condicionantes, desde valores políticos, culturais a econômicos e sociais. Portanto, discutir de forma multidisciplinar, será a estratégia para investigar o máximo de fatores que possam justificar esse efeito.

Destaca-se a importância desse tipo de discussão no mundo acadêmico, por que o enfoque do ofício do arquiteto urbanista é pouco tratado na literatura, como evidenciado por Mello *et al*:

Percebe-se que a literatura sobre o trabalho do arquiteto e urbanista no Brasil é escassa e que o tema carece de mais dedicado olhar. Os textos existentes são dispersos e nem sempre tomam como centro de sua atenção o trabalho e o exercício das atribuições profissionais. (Mello *et al*, 2019)

Algumas questões que atingem esse indivíduo precisam ser colocadas em jogo, a fim de gerar mais questionamentos e, principalmente, reflexões sobre a função social do arquiteto urbanista.

## **1.2 Uma breve explanação sobre os conceitos que permeiam a arquitetura e o urbanismo**

Inicia-se a pesquisa sobre o arquiteto urbanista, investigando de maneira breve a morfologia semântica da palavra 'arquitetura'. Em seu sentido comumente utilizado, significa *a arte de construir* (Pereira, 2009, p.8), vem do grego, *arkhitekton*, tendo como radical *arkhé* (arqui) significando *principal*, e *tékhton* (tetura), como *construtor* ou *construção*, passando para o latim como *architectus*, nesse caso, traduzindo-se literalmente em *construção principal*, ou *construtor principal*.

O consenso é que não existe consenso na definição do termo. No compilado realizado por Romullo Baratto (2016) para a revista *on-line* Archdaily, foram encontrados mais de 100 diferentes definições para o mesmo termo, e aqui podemos desenvolver reflexões sobre algumas delas:

“A arquitetura está sempre relacionada ao poder e relacionada a grandes interesses, financeiros ou políticos.” - Bernard Tschumi no *The New York Times*; o que a define como um **ato político** diretamente ligado aos **interesses do sistema econômico** vigente. Um exemplo contemporâneo, pode ser a pressão do mercado imobiliário, impondo o lucro como critério definidor da atuação dos arquitetos urbanistas, seguindo a lógica neoliberal.

O ofício é um **ato cultural**, sendo determinado pelo ambiente no qual é desenvolvido, reflexo de um tempo/local ou de ideologias e tendências, apresentadas na ideia de que "A arquitetura é uma expressão de valores - a forma como construímos é um reflexo do modo como vivemos." - Norman Foster em *The European*; e na mesma linha de pensamento: "A arquitetura é a petrificação de um momento cultural." - Jean Nouvel em *Newsweek*.

Com base em um olhar social, a arquitetura também pode ser entendida como a **ação ou ato de mobilização em busca de melhorias** para a convivência humana, extrapolando conceitos estéticos ou puramente funcionais. "Arquitetura não é apenas uma coisa. Não é apenas uma arte. ... Tem que lidar com a situação real; tem que fazer algo de bom para a sociedade." - Xiaodu Liu em "What Can Architecture Do? An Interview with Xiaodu Liu" em ArchDaily.

Refletindo sobre a importância da sua **função social**, aparece a citação: "Arquitetura não é apenas sobre a construção. É um meio de melhorar a qualidade de vida das pessoas." - Diébédo Francis Kéré em *Washington Post*. Com a função de beneficiar os usuários das construções produzidas, o ofício extrapola o construir por construir, inclui a garantia de uma melhor execução para quem irá usufruir de seus benefícios, se referindo, portanto, também, à técnica.

Outra ideia a respeito do que é a arquitetura, seria a **necessidade e a possibilidade da multidisciplinaridade**, onde é preciso pensar holisticamente. A arquitetura é uma disciplina de síntese. Toshiko Mori em *Metropolis* afirma que "A arquitetura é uma disciplina onde você pode ter interesses multivalentes. Você poderia ser um filósofo, um geógrafo, um cientista, um artista, um engenheiro; e ainda ser poético sobre ela"; retomando a concepção do perfil generalista do arquiteto urbanista, ou seja, um **profissional polímata**.

A Figura 1 ilustra, em forma de palavras, os conceitos apresentados nesta seção sobre o que seria arquitetura.

Figura 1. Palavras chaves do conceito de Arquitetura.

MULTIVALENTE  
 SOCIEDADE LINGUAGEM CULTURAL  
 ARTE CONSTRUÇÃO  
 QUALIDADE POLÍTICA REAL  
 ESTÉTICA

Fonte: Elaborado no site Mentimeter, modificada pelo autor

Observa-se, portanto, de maneira ampla, que a arquitetura é predicada de adjetivos e de substantivos como: social, arte, multivalente, cultural, uma forma de linguagem, um exemplar de técnica, sinônimo de construção, política, entre outros sentidos.

Quando se fala de urbanismo, etimologicamente, a palavra vem do latim *'urbs urbis'*, que significa cidade, ou por extensão, os habitantes da cidade. Pode ser descrito como aquilo que consiste na ciência e na técnica de ordenar os espaços habitáveis, visando ao bem estar geral (Costa, 1991, p. 110).

O urbanismo surge por volta do século XIX, após a transformação da sociedade pela Revolução Industrial. Com as intensas modificações nos centros urbanos e o aumento drástico de população, quando estudar formas de melhorar as relações entre sociedade e o espaço se fizerem ainda mais necessárias. Ou seja, aparece o urbanismo como campo de estudo que visa planejar espaços na cidade e melhorar a qualidade de vida de seus ocupantes (PUCRS, 2022).

Apesar do urbanismo estar, aparentemente mais conectado com questões sociais, diferente da arquitetura, também adota diversas definições de acordo com visões de mundo, contextos culturais e a passagem de tempo.

Clóvis Ultramari (2009) em seu artigo *'Significados do Urbanismo'* concebe não uma definição universal, mas aborda conceitos inerentes atrelados ao

urbanismo. Considera que o urbanismo é uma área de conhecimento ou uma ideia de intervenção física nas cidades, seja por alteração ou construção de espaços (Ultramari, 2009, p. 169).

Ao mesmo tempo, Ultramari (2009) conclui que existe a mesma complexidade da arquitetura, quando se define o urbanismo, por exigir uma bagagem de entendimento multidisciplinar que abarque realidades socioeconômicas e políticas, podendo assumir diferentes significados, de acordo com a temporalidade. No fim, ele assume que o urbanismo é:

Uma ciência cujo objetivo é ordenar os elementos naturais, construídos e societários, no espaço ocupado ou a ser ocupado por um determinado assentamento humano. Tal conceito poderia, ainda, ser ampliado para o tratamento desse conjunto de elementos com seu espaço regional, com a rede nacional e internacional de cidades. Na prática, esse mesmo urbanismo pode ser entendido como uma ciência que se utiliza, prioritariamente, do zoneamento e de intervenções físicas para sua concretização como prática. Ora o conceito é amplo e pretensioso, ora a prática é reducionista. (Ultramari, 2009, p.183)

Após essa introdução da situação semântica e da função social da arquitetura e urbanismo, percebe-se ser de difícil construção uma definição que englobe todas as vertentes para os termos em discussão. No contexto histórico sobre a formação do arquiteto urbanista na próxima sessão, busca-se explorar a junção dessas duas disciplinas por meio do mesmo profissional, objeto de estudo deste trabalho.

### **1.3 Um breve contexto histórico da formação do arquiteto urbanista no Brasil**

Pode-se considerar que o surgimento dos cursos de arquitetura, assim como de urbanismo se iniciam com as aulas de fortificações, durante os tempos do Brasil Colônia, em 1699, ofertadas na cidade do Rio de Janeiro, Salvador e em São Luís, assim como, dois anos após, na cidade de Recife (Monteiro *et al*, 2013, p. 21).

Em 12 de agosto de 1816, o considerado primeiro curso de arquitetura no Brasil surge, através de decreto sancionado por D. João VI, que deu origem à Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios. História da arquitetura, construção e perspectiva, estereotomia, desenho, cópia de modelos, estudo de escalas e composição formavam a grade curricular do ensino da arquitetura, que partilhava a mesma escola com outros cursos, como pintura e escultura (CAU/RJ, 2016),

aproximando, portanto, a arquitetura e as belas artes. Em 1894, abre-se a Escola Politécnica de São Paulo, onde se é aprovado o curso de engenheiro-arquiteto (Monteiro *et al*, 2013, p. 21).

Com a criação e expansão das universidades no país foram surgindo, em conjunto, cursos direcionados unicamente à arquitetura. Em 1921, surge o Instituto Brasileiro de Arquitetura, mas apenas em 1933, a profissão é regulamentada pelo estado, durante a gestão de Getúlio Vargas, segundo Segnini (2002).

Ainda durante o Governo de Getúlio Vargas, em 1937, um novo decreto estabelece a criação do Museu Nacional de Belas Artes, que passa a ser sede do curso de arquitetura. Em 1945, separa-se a graduação de arquitetura da Escola de Belas Artes, posicionando-a na Universidade do Brasil, que futuramente seria a conhecida Universidade Federal do Rio de Janeiro (CAU/RJ, 2016).

A associação da arquitetura com o urbanismo surge na década de 1920, na cidade de São Paulo, com a tentativa de torná-lo parte da grade curricular universitária do curso de arquitetura. Reaparece na década de 1930, com mais uma tentativa através de Lúcio Costa, que propõe incluir a disciplina de urbanismo na Escola de Belas Artes. O urbanismo, dentro das universidades brasileiras, só foi de fato concretizado, com a criação do curso de urbanismo na Universidade do Distrito Federal, em 1935, localizada no Rio de Janeiro. O curso profissionalizante era destinado a graduados em Arquitetura e Engenharia Civil, sendo os mesmos titulados como “urbanistas”. O urbanismo só ganha, de fato, validação e força, após a década de 1970, através da Reforma do Ensino Superior, em 25 de junho de 1969, onde se unificam os cursos de arquitetura e urbanismo, formulação que vigora até os tempos atuais (CAU/RJ, 2016).

A Lei 5.194, de 24 de dezembro de 1966, sanciona o exercício da profissão dos engenheiros, engenheiros agrônomos e arquitetos. Em 1971 surge o Sindicato dos Arquitetos do Brasil, a fim de organizar as lutas por direitos trabalhistas de arquitetos assalariados. A Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e Urbanismo (ABEA) é organizada em 23 de novembro de 1973, buscando melhorias para a profissão através do campo da formação acadêmica.

A Carta de Ouro Preto, resultado de encontro promovido pela ABEA, em 1977, definiu a atribuição profissional do arquiteto e urbanista, estipulando o tempo mínimo de formação de 5 anos, mantido até hoje, e os componentes da grade curricular dos cursos: “Planejamento e Projeto, 40%; Tecnologia e Instrumentação,

20%, e Teoria e História, 20%, os 20% restantes ficavam a critério de cada escola.” (Gutierrez, 2013, p.51).

Apenas no ano de 2010 é que a arquitetura e urbanismo, no Brasil, aparenta ganhar a devida relevância, ao ser sancionada a Lei nº 12.378, na qual se regulamenta, de fato, o exercício da Arquitetura e Urbanismo, e a classe passa a dispor de um Conselho exclusivo para seus profissionais, o CAU/BR (Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil).

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) possui como atribuições orientar, controlar e fiscalizar as atividades dos profissionais correspondentes, arquitetos urbanistas. É através do CAU que são emitidas as carteiras de identificação, por exemplo, que controlam o exercício profissional, atestando o direito legal de atuação. Além de questões burocráticas, o CAU atua junto ao poder executivo, judiciário e legislativo dos entes federativos, concentrando a informação sobre os profissionais da área.

O CAU ainda busca abarcar as diversas vertentes da profissão, na qual reúne áreas não só ligadas aos aspectos projetuais da arquitetura, mas também a outros setores, como marketing e gestão financeira. Através de ações e de seu papel representativo, o CAU pode fornecer maior autonomia e agilidade aos profissionais

Algumas das ações que o CAU conduziu foram de essencial relevância para a construção dessa pesquisa. Ao longo da dissertação, informações advindas do CAU serviram de pilar para discussões científicas a respeito dos profissionais da arquitetura e urbanismo.

## Capítulo 2: Procedimentos metodológicos e apontamentos teóricos

O processo desta pesquisa se iniciou com perguntas sobre o ofício do arquiteto urbanista (anunciadas desde seu prólogo) que se tornaram norteadoras e motivadoras para o seu desenvolvimento. As questões básicas foram as seguintes: Quem é o sujeito arquiteto urbanista brasileiro? Quais são os interesses e as principais atividades desse sujeito? Qual é a visão da população sobre quem é esse arquiteto urbanista? As questões tinham como base o desejo de entender o afastamento do arquiteto urbanista brasileiro de sua função social, conforme problematizado no capítulo 'Ideias-base'.

O primeiro passo, a partir das primeiras inquietações, foi uma revisão bibliográfica que buscou desvendar essas interrogações dentro do espaço científico-acadêmico. Foram analisadas teses, dissertações, livros e artigos, na tentativa de se aproximar do objeto de estudo.

Uma das principais ferramentas de busca foi o 'Google Acadêmico', um mecanismo virtual livre e gratuito que fornece uma listagem de textos com um filtro que seleciona literatura acadêmica em diversos formatos de publicação. Os termos utilizados na busca foram: 'arquiteto', 'arquitetura', 'urbanista', 'arquitetura e urbanismo', 'profissão', 'profissional', 'função social', 'perfil', 'relações de poder', 'metodologia', 'semiótica', entre outras que foram utilizadas, às vezes, de forma isolada, assim como de maneira combinada, juntando mais de um dos termos mencionados. Diante dessa primeira etapa, foram lidos os resumos e efetuado uma triagem para selecionar os que apresentavam melhor conexão com a temática.

Através dessa revisão bibliográfica, alguns autores serviram como norteadores da investigação inicial e tiveram grande importância na formulação deste trabalho, foi o caso de Pierre Bourdieu (1975), Paulo Bicca (1984), Francisco Segnini Jr (2002), e Pedro Brandão (2004), entre outros. Ao longo da elaboração da dissertação, demais autores surgiram na necessidade de complementar as teorias, assim como foram realizadas buscas complementares por novos materiais acadêmicos. É importante salientar que foi difícil encontrar bibliografia para a construção teórica. Como já mencionado anteriormente, tanto as características inerentes à profissão, assim como o questionamento sobre sua função social, aparentemente, são assuntos de pouco interesse de investigação.

O desvendar de perfis, no âmbito das ciências sociais, determina que o conjunto de normas, direitos, deveres e expectativas de sujeitos sociais, estão atrelados ao grupo ou organização da qual fazem parte (Bourdieu, 1975). Ou seja, o questionamento do papel social do arquiteto urbanista vem como consequência do entendimento do grupo e em que posição se encontra na pirâmide social.

Além disso, “os papéis sociais conferem um status determinado que não é problematizado pelos que recebem tais classificações e atribuições.” (Martins, 2010, p. 43). Neste sentido, esta pesquisa tem a pretensão de aprofundar o debate sobre a posição social dos arquitetos urbanistas quanto a sua identidade, não só individual, mas também coletiva. A intenção é clarificar os assuntos postos na penumbra da profissão, como é o caso dos símbolos atribuídos a esse indivíduo.

Estes mesmos papéis sociais têm relativo valor e significados atribuídos pela sociedade. O papel social é um dos resultados do processo de socialização primário e secundário que merece observação e análise como realidade determinante dos padrões da sociedade e dos indivíduos que dela fazem parte. Constituem a identidade coletiva e a identidade individual do ser humano. (Martins, 2010, p. 43)

O sociólogo francês Pierre Bourdieu (1992), disserta sobre o ‘*habitus*’ que, de maneira geral, é o que permite explorar valores sociais que são perpetuados, e que também podem ser modificados, ao longo do tempo. Reafirma-se a ideia de um pensamento coletivo existente, que é transferido entre os entes de uma mesma classe social, que o adotam de maneira inconsciente, como demonstrado por Setton (2002):

Para Bourdieu, a maior parte das ações dos agentes sociais é produto de um encontro entre um *habitus* e um campo (conjuntura). Assim, as estratégias surgem como ações práticas inspiradas pelos estímulos de uma determinada situação histórica. São inconscientes, pois tendem a se ajustar como um sentido prático às necessidades impostas por uma configuração social específica. (Setton, 2002, p.64)

Maria da Graça Setton (2002) debruçada na literatura influenciada pelo pensamento de Bourdieu e o poder do ‘*habitus*’, defende que seu estudo possibilita apreender a homogeneidade das disposições, gostos, preferências de certos grupos ou indivíduos, através da análise de uma mesma trajetória social.

Tomando como base teórica os pensamentos elencados, traçar o perfil do arquiteto urbanista, de forma generalista, irá ajudar a compor esse contexto coletivo

no qual está inserido, e de certa forma, entender os movimentos e as práticas replicáveis entre os integrantes dessa classe profissional. Serão analisadas definições, características, interesses, dificuldades e motivações desse sujeito a partir do capítulo 3, englobando, os de número 4, 5 e 6.

A tese de doutorado de Pedro Brandão, foi uma importante referência, por ter como finalidade abordar profundamente o profissional do desenho urbano, maneira como o autor evoca o arquiteto urbanista. Brandão desenvolve, em seus dois primeiros capítulos, teorias a respeito da profissão e consolida um processo de raciocínio apegado a variadas linhas de pensamento. Desde teorias funcionalistas, interacionistas, até chegar em uma teoria sistêmica. Ao se debruçar sobre conteúdos quanto à identidade profissional, Brandão (2004) elabora uma matriz para auxiliar na compreensão dos elementos que formam a Identidade Profissional (Quadro 2):

Quadro 2. Matriz da Compreensão da Identidade Profissional

## MATRIZ DA COMPREENSÃO DA IDENTIDADE PROFISSIONAL

### **A)** A NECESSIDADE DE COMPREENSÃO DOS PROCESSOS HISTÓRICOS E SOCIAIS ENVOLVIDOS NA CONSTITUIÇÃO DO "CORPO" PROFISSIONAL

- A SUA POSIÇÃO NA ESTRUTURA CULTURAL (COMO LÍDER OPINIÃO OU COMO VULGARIZADOR);
- AS RELAÇÕES ESTADO-PROFISSÃO;
- "CONTROLE DE RESULTADO" QUE A PROFISSÃO TEM OU NÃO SOBRE O SEU PRODUTO;
- OS PROCESSOS DE TRABALHO E ORGANIZAÇÃO;
- A SUA POSIÇÃO NA ESTRUTURA ECÔNOMICA (COMO CRIADOR DE RIQUEZA OU COMO ELEMENTO DA ESFERA DO CONSUMO);

### **B)** A NECESSIDADE DE COMPREENSÃO DOS MOMENTOS CRÍTICOS DA IDENTIDADE PROFISSIONAL E DAS SUAS PRINCIPAIS MANIFESTAÇÕES

- AS "CONDUTAS DE FRACASSO" NA PROFISSÃO;
- A CONFUSÃO NA DEFINIÇÃO DO SEU PAPEL SOCIAL;
- A MOBILIDADE, OU INSTABILIDADE, QUER DAS SUAS RELAÇÕES DE PRODUÇÃO QUER DA SUA RELAÇÃO COM AS MUDANÇAS POLÍTICAS, ECONÔMICAS E SOCIAIS;
- A SUA NECESSIDADE DE JUSTIFICAÇÃO PERANTE AMEAÇAS EXTERNAS OU INTERNAS AO SEU ESPAÇO DE INTERVENÇÃO, A SUA AUTONOMIA OU CARACTERIZAÇÃO;

### **C)** A NECESSIDADE DE COMPREENSÃO DO PERCURSO "TEMPORAL" DA PROFISSÃO

- SEU PASSADO (REFERÊNCIAS, MEMÓRIA, IMAGINÁRIO);
- O SEU PRESENTE (PRÁTICA, AÇÃO, POSIÇÃO);
- SEU FUTURO (ASPIRAÇÕES, PROJETO, UTOPIA);

Na última linha do Quadro 2, que trata da compreensão do percurso temporal da profissão, Brandão indica a necessidade de observar a linha do tempo desse sujeito social: passado, presente e futuro, subcategorizadas em: referências, memória e imaginário; prática, ação e posição; e por fim, aspirações, projeto e utopia. Com base nessas indicações, definiu-se, nesta pesquisa, a estratégia de compreender o arquiteto urbanista, através de diversas perspectivas, realizadas por desdobramentos das subcategorias indicadas por Brandão (2004).

Norteadado, portanto, pela ideia de que a construção coletiva de um sujeito determina suas ações sociais, e em conjunto com a leitura sobre a Matriz da Compreensão da Identidade profissional, traça-se a estrutura deste trabalho. O terceiro capítulo aborda as referências e memórias, oferecendo uma análise mais detalhada da prática e ação deste profissional. As aspirações desses indivíduos são exploradas no quarto capítulo, seguido por uma discussão dos imaginários construídos em torno dos arquitetos urbanistas, no capítulo cinco. O sexto capítulo examina a posição do arquiteto urbanista necessária mas ainda não plenamente ocupada, culminando na discussão sobre a utopia e a função social, encontrada no capítulo sete. Em seguida, passa-se para as considerações finais, apontando as dificuldades e futuros desdobramentos desta investigação.

Para detalhar cada passo e peça da estrutura da dissertação, elaborou-se a Matriz Metodológica (Quadro 3), contendo os eixos temáticos, os objetivos específicos, as questões norteadoras, as hipóteses, os procedimentos, as fontes e as ferramentas a serem adotadas em cada capítulo.

Quadro 3. Matriz Metodológica da Dissertação

EIXO TEMÁTICO IDEIAS-BASE CÁP. 1					
OBJETIVOS	QUESTÕES NORTEADORAS	HIPÓTESES	PROCEDIMENTOS	FONTES	FERRAMENTAS
INTRODUZIR A TEMÁTICA DE ESTUDO.	QUAIS SÃO OS OBJETIVOS DO TRABALHO?	-	REVISÃO BIBLIOGRÁFICA E DISCUSSÃO TEÓRICA	R. BARATTO; C. ULTRAMARI; SEGNI; CAU/RJ; ENTRE OUTROS	GOOGLE ACADÊMICO E LIVROS
EIXO TEMÁTICO PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E APONTAMENTOS TEÓRICOS CÁP. 2					
DESCREVER OS PROCESSOS METODOLÓGICOS	-	-	CRIAÇÃO DE MATRIZ METODOLÓGICA	P. BORDIEU; M. SETTON; P. BRANDÃO; ENTRE OUTROS	MICROSOFT EXCEL
EIXO TEMÁTICO COMO O ARQUITETO E URBANISTA É CONSTITUÍDO CÁP. 3					
TRACAR O PERFIL DESTES INDIVÍDUOS SOCIAIS E ENTENDER O MERCADO DE TRABALHO NO QUAL ESTÁ INSERIDO	QUAL O PERFIL DO ARQUITETO URBANISTA BRASILEIRO?	O PERFIL CLASSIFICA O SUJEITO DENTRO DE UMA POSIÇÃO SOCIAL	LEVANTAMENTO DE DADOS QUANTITATIVOS	II CENSO DAS ARQUITETAS E ARQUITETOS E URBANISTAS DO BRASIL E PESQUISA DO AUTOR; ENTRE OUTROS	INSTAGRAM, LINKEDIN, FACEBOOK, GOOGLE E GOOGLE FORMS
	COMO ESTÁ O MERCADO DE TRABALHO PARA O PROFISSIONAL DA ARQUITETURA E URBANISMO?	SATURACÃO DO MERCADO E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO	REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	CAU/BR; LEI 4.950-A/1986; SANTIAGO; ENTRE OUTROS	GOOGLE ACADÊMICO E LIVROS
EIXO TEMÁTICO COMO O ARQUITETO URBANISTA SE VÊ CÁP. 4					
INVESTIGAR COMO OS ARQUITETOS E URBANISTAS SE DEFINEM E SUAS MOTIVAÇÕES E FRUSTRAÇÕES QUANTO À PROFISSÃO	O QUE É UM ARQUITETO E URBANISTA?	MÚLTIPLAS DEFINIÇÕES PARA O MESMO SUJEITO SOCIAL	REVISÃO BIBLIOGRÁFICA E LEVANTAMENTO DE DADOS QUALITATIVOS	F. SEGNI; P. BICCA; S. COLIN; PESQUISA DO AUTOR; ENTRE OUTROS	GOOGLE ACADÊMICO E INSTAGRAM
	QUAIS SÃO AS EXPECTATIVAS E DESAFIOS ENFRENTADOS PELOS PROFISSIONAIS?	ENCONTRAR A FUNÇÃO SOCIAL DENTRO DAS MOTIVAÇÕES DESSES PROFISSIONAIS E ENTENDER AS DIFICULDADES QUE ELE ENFRENTA	REVISÃO BIBLIOGRÁFICA E LEVANTAMENTO DE DADOS QUALITATIVOS	M. YOUNG; A. BACCEGA; PESQUISA DO AUTOR; ENTRE OUTROS	GOOGLE ACADÊMICO, LIVROS E GOOGLE E GOOGLE FORMS

<b>EIXO TEMÁTICO</b>						<b>COMO O ARQUITETO URBANISTA É VISTO</b>			<b>CÁP. 5</b>		
<b>OBJETIVOS</b>	<b>QUESTÕES NORTEADORAS</b>	<b>HIPÓTESES</b>	<b>PROCEDIMENTOS</b>	<b>FONTES</b>	<b>FERRAMENTAS</b>						
IDENTIFICAR A VISÃO CONSTRUÍDA EM TORNO DESSE SUJEITO	PORQUE A POPULAÇÃO NÃO ACESSA OS PROFISSIONAIS DA ARQUITETURA E URBANISMO?	ALTO CUSTO DO PROFISSIONAL CRIA DISTANCIAMENTO	REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	CAU/BR	GOOGLE;						
	COMO OS ARQUITETOS E URBANISTAS SE APRESENTAM À SOCIEDADE?	PERFIL DESSE PROFISSIONAL CONSTRUÍDO PELA MÍDIA	LEVANTAMENTO DE DADOS QUALITATIVOS	PESQUISA DO AUTOR;	GOOGLE, INSTAGRAM E SITES PUBLICITÁRIOS						
<b>EIXO TEMÁTICO</b>						<b>O QUE O ARQUITETO URBANISTA NÃO VÊ</b>			<b>CÁP. 6</b>		
EXPLORAR OS VALORES E SÍMBOLOS POUCOS DISCUTIDOS DO ARQUITETO E URBANISTA E OS CAMINHOS PROFISSIONAIS POUCO EXPLORADOS	QUAIS AS RELAÇÕES DE PODER QUE MARGEIAM ESSE PROFISSIONAL?	DESCONHECIMENTO DO SEU PODER SIMBÓLICO	REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	BOURDIEU HILDE HEYMEN L. WACQUANT ENTRE OUTROS	GOOGLE ACADÊMICO E GOOGLE						
	QUAIS AS OPÇÕES DE CARREIRA QUE O PROFISSIONAL DA ARQUITETURA E URBANISMO PODE SEGUIR?	UM MERCADO GIGANTESCO PARA UM PROFISSIONAL MULTIFACETADO	REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	A. GATTUPALLI; L. MARTIN; CAU/BR; ENTRE OUTROS	GOOGLE ACADÊMICO E LIVROS						
<b>EIXO TEMÁTICO</b>						<b>O QUE O ARQUITETO URBANISTA PRECISA VER</b>			<b>CÁP. 7</b>		
DISCORRER SOBRE OS CAMINHOS QUE PODEM AUXILIAR A APROXIMAÇÃO DO ARQUITETO E URBANISTA DA SUA FUNÇÃO SOCIAL	QUAIS AS AÇÕES QUE ABRACAM A FUNÇÃO SOCIAL DO ARQUITETO URBANISTA?	A ATHIS COMO INSTRUMENTO DE AÇÃO SOCIAL PARA O ARQUITETO URBANISTA	REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	IPOG; CARDOSO E LOPES; CAU/BR; ENTRE OUTROS;	GOOGLE ACADÊMICO E LIVROS						
	COMO E PORQUÊ APROXIMAR ESTE SUJEITO DA SUA FUNÇÃO SOCIAL?	A IMPORTÂNCIA DA ACADEMIA NA DESCONSTRUÇÃO DO IMAGINÁRIO SOBRE ESSE SUJEITO	REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	CAU/BR; ERMINIA MARICATO; A. MOASSAB E L. NAME; ENTRE OUTROS;	GOOGLE ACADÊMICO E GOOGLE						
<b>EIXO TEMÁTICO</b>						<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>			<b>CÁP. 8</b>		
PONTUAR SE OS OBJETIVOS FORAM ATENDIDOS	-	-	ANÁLISE DE CAPÍTULOS	-	-						

Fonte: Elaborado pelo autor

Tendo em vista o objetivo geral desta dissertação apresentado na Introdução: estudar as diversas faces do arquiteto urbanista brasileiro, buscando identificar o distanciamento desse profissional de sua ação junto às camadas de mais baixa renda; foi utilizado como método a construção de um panorama holístico desse sujeito, perpassando pelos simbolismos, caracteres socioeconômicos e culturais,

até alcançar suas motivações, expectativas e possibilidades quanto à profissão. Neste sentido foram apresentados no Quadro 3, os cinco objetivos específicos que estruturam cinco capítulos, dentre os oito capítulos contextualizados, a seguir.

O capítulo 1, chamado 'Ideias Base', é dividido em introdução e em um breve contexto histórico, cujo objetivo é apresentar ideias introdutórias que servem para nortear questões que assolam a dissertação e o seu objetivo geral. Em um compilado inicial da temática, são introduzidas predefinições das áreas de atuação da arquitetura e urbanismo. Além disso, é adicionado um contexto histórico temporal que apresenta, de forma breve, o surgimento da profissão no país, com um olhar focado em sua formação acadêmica. Para a sua escrita foi realizada revisão de literatura e pesquisa acadêmica.

Este capítulo 2, intitulado Procedimentos Metodológicos e apontamentos teóricos, apresenta a estrutura da dissertação, descrevendo a Matriz Metodológica com os objetivos específicos, as escolhas metodológicas assumidas e os porquês dessas escolhas, embasadas em teorias sociais.

Os capítulos 3, 4, 5, 6 e 7 seguem uma estrutura baseada na ideia de abarcar os diferentes olhares sobre esse agente social, o arquiteto urbanista, na intenção de entender se o '*habitus*' ou a estrutura social, na qual se insere, pode influenciar ou determinar o seu distanciamento quanto a sua função social. São eles: 'Como o arquiteto urbanista é construído'; 'Como o arquiteto urbanista se vê'; 'Como o arquiteto urbanista é visto'; 'O que o arquiteto urbanista não vê'; e 'O que o arquiteto urbanista precisa ver'. São apresentadas características demográficas e físicas que classificam esses sujeitos em categorias sociais, assim como identifica como o profissional se insere no mercado de trabalho, diante de distintos olhares.

No Capítulo 3, intitulado 'Como o arquiteto urbanista é constituído', adota-se uma visão baseada em dados e fatos, com um olhar mais direcionado para a profissão e a sua personificação. Centra-se na identificação do perfil atual desse profissional e categoriza-se como hoje é construído o seu mercado de trabalho. Para traçar o perfil do arquiteto urbanista, foi utilizado o II Censo das Arquitetas e Arquitetos e Urbanistas do Brasil (2022) e a aplicação de questionário on-line criado pelo autor, cujas informações serviram de base para os capítulos 3 e 4. Para determinar sua inserção no mercado de trabalho, pesquisa bibliográfica foi realizada, possuindo como fontes leis vigentes sobre a profissão e a dissertação de mestrado de Aline Santiago (2019).

O quarto capítulo, 'Como o arquiteto urbanista se vê', tem como propósito entender como esse sujeito se classifica, e no que acredita ser de sua competência, assim como identifica suas expectativas e frustrações quanto à profissão. Em busca de definir a visão dos arquitetos urbanistas sobre si mesmos, foram utilizadas definições, conceitos e adjetivações atribuídos por eles mesmos. Desde uma revisão de literatura que uniu autores como Paulo Bicca (1984), Segnini (2002) e Silvio Colin (2019), até visões mais atualizadas e próximas da realidade, com base nas respostas colhidas pela pergunta 'Como você definiria a profissão?' da pesquisa on-line realizada pelo autor. Para identificar as expectativas e frustrações quanto à profissão, serviram como base as perguntas da pesquisa on-line: 'O que te motivou a ser um arquiteto?' e 'O que te motiva a continuar sendo um arquiteto?', assim como as respostas ao II Censo das Arquitetas e Arquitetos e Urbanistas do Brasil (2022) que coleta as expectativas de mais de 40.000 profissionais da área.

O capítulo quinto, denominado 'Como o arquiteto urbanista é visto', expõe a relação entre o arquiteto urbanista, e a sociedade, e como a sociedade vê este profissional. Englobando três diferentes olhares que recebem os nomes de: olhares da mídia; olhares da crítica; e olhares da bolha; que permitem analisar o imaginário da sociedade sobre o arquiteto urbanista. A elaboração do capítulo 5, teve como base a pesquisa do CAU/BR (2015) sobre a imagem da profissão e também os estudos semióticos, usados na área do marketing. A semiótica é a teoria dos signos, que podem ser chamados de um padrão que determina itens, qualidades, acontecimentos e processos. Pode-se definir signo como qualquer coisa que representa alguma coisa e pode ser interpretado por alguém; é algo que estabelece algum tipo de significação para alguma mente interpretante. Por exemplo, quando se olha uma revista e se observa uma ilustração, de fato ela provoca algum tipo de sentimento, ação ou cognição e, assim, estamos diante do processo de semiose - ação do signo (Candello e Hildebrand, 2008). Para interpretar a percepção da sociedade sobre o arquiteto urbanista, foi analisado o seu significado através de agentes não envolvidos na profissão, ou seja, da determinação dos signos atrelados a esse indivíduo. Nos dois primeiros olhares, foi realizado um estudo que quantificou símbolos e características do arquiteto urbanista, a partir de pesquisas on-line, logo após, esses números foram comparados e analisados para definir, quantitativamente, os signos que mais representavam o objeto de estudo, o arquiteto urbanista. Enquanto que, no 'olhares da bolha', a partir de outra pesquisa

on-line, construída por este autor, em forma de gamificação, baseada na pergunta “Quem é o arquiteto(a)?”, e aplicada na rede social Instagram, colocam-se, em disputa, estereótipos físicos que, como resultado, possibilitem identificar outros símbolos, que permeiam o olhar sobre o arquiteto urbanista.

A aplicação de metodologia foi realizada através do perfil do autor deste trabalho que, em dado momento, contava com um alcance de 1.881 perfis conectados a sua conta. Foram utilizadas quatro ilustrações de sujeitos com características estereotipadas, onde pretendeu-se abarcar minorias, que são cabíveis de representação imagética, de fácil associação, como cor, gênero e cultura, colocadas lado a lado, para disputarem a opinião pública, sobre qual arquétipo representa ou transparece melhor, o perfil de um arquiteto. Numa sequência de 4 enquetes, em agrupamentos de 4 ilustrações, somando ao todo 16 candidatos, chegou-se ao número de 4 ilustrações, selecionadas, como retratos do profissional da arquitetura.

A semiótica também inspira a utilização de elementos gráficos como tática de assimilação, ao longo da pesquisa. O uso de composição de palavras e de ilustrações, bem como de infográficos, corroborando para o enriquecimento da dissertação e ambicionando desenvolver formas mais claras de expressão do conhecimento gerado.

Já o capítulo 6, ‘O que o arquiteto urbanista não vê’, une o que parece invisível e pouco discutido dentro da profissão. Apresenta a posição que o profissional ocupa socialmente, através de uma classificação com base nas teorias de poder, assim como expõe diferentes caminhos, quanto a sua atuação. O poder simbólico de Bourdieu (1989) recebe maior destaque por ajudar a organizar o que é pouco lembrado sobre a profissão, assim como reconhecer o seu poder na sociedade, através dos estudos de Hilde Heynen (2013). Essas teorias auxiliam a classificar o profissional socialmente. A dissertação de Luís Martin (2016) e o Anuário de Arquitetura e Urbanismo (2019) foram auxiliares para evidenciar os diversos caminhos, pouco explorados da profissão do arquiteto urbanista.

Por fim, a utopia aparece no capítulo 7, ao dissertar a respeito do que o arquiteto urbanista precisa ver, apresentando a vertente da arquitetura social, evidenciando a Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social (ATHIS). Tal como a discussão das possibilidades de atuação do arquiteto urbanista para efetivação de sua função social, e possíveis caminhos e medidas que podem ser

adotadas para encurtar o distanciamento entre os profissionais da arquitetura e urbanismo e as populações de baixa renda, em busca do bem estar social.

O Capítulo 8 finaliza a dissertação com as conclusões das investigações, apresentando um panorama geral de objetivos alcançados e não alcançados durante o processo. Há, portanto, o objetivo de responder as perguntas que foram o ponto de partida dessa pesquisa, mas considerando a possibilidade de surgimento de novas perguntas, que se constituirão em novos campos de pesquisa.

O Quadro 3 - Matriz Metodológica da Dissertação, além de exprimir os objetivos específicos da pesquisa, também evidencia as perguntas que surgiram com o objetivo de alcançá-los, assim como as hipóteses geradas e os processos metodológicos, que foram as ferramentas para desenvolvê-los. Essa base foi importante desde o processo inicial de elaboração dessa dissertação, servindo como organizador e impulsionador de ideias. Por fim, ela recebe novo significado neste momento, ao sistematizar a metodologia utilizada.

Definidos os conteúdos de cada capítulo, inicialmente não tão detalhados e na ordem acima, partiu-se para o uso de procedimentos que fornecessem dados empíricos para serem examinados e que respondessem às perguntas motivadoras da pesquisa. Foi elaborado e aplicado um questionário através de redes sociais como Facebook, Instagram e LinkedIn com a intenção de propagar uma pesquisa on-line. Produzido na ferramenta Google Forms: aplicativo gratuito que possibilita ao usuário criar e gerenciar pesquisas, através de formulários com preenchimento on-line, o questionário foi direcionado a arquitetos urbanistas, e estudantes de Arquitetura e Urbanismo, coletando dados demográficos, como idade, gênero, raça, localidade, renda mensal e áreas de atuação, além do tempo de formação. As respostas advindas de estudantes, somando 3, foram de pouca expressão e basicamente não foram consideradas na discussão deste trabalho. Foram também levantadas informações sobre a definição da profissão, expectativas, anseios e motivações relacionadas à área de atuação. Foram obtidas 56 respostas (total), que agregaram dados qualitativos a essa dissertação, servindo como alicerce da pesquisa. Os resultados quantitativos foram relevantes para a construção do capítulo 3, enquanto que os quesitos de caráter mais subjetivo funcionaram como ponto de partida e de consolidação, principalmente do capítulo 4. O material relativo aos questionários está inserido na seção Apêndices, na parte final desta dissertação.

### **Capítulo 3: Como o arquiteto urbanista é constituído**

Pensando no panorama multifacetado dos profissionais da arquitetura e urbanismo brasileiro, traçou-se inicialmente um compilado de informações gerais sobre o perfil do profissional arquiteto urbanista.

Por meio de leis vigentes e principalmente, dados censitários, categorizou-se o arquiteto urbanista dentro de um perfil, contextualizando-o em um cenário que se apresenta desafiador. Neste capítulo foi traçada uma visão mais realista, porém abrangente, e ao mesmo tempo genérica, possibilitando iniciar a investigação, a respeito do retrato desse profissional, frente às suas múltiplas facetas, e questões relacionadas com a sua função social.

O perfil do arquiteto urbanista será abordado, considerando como estes profissionais são identificados, a partir de classificações demográficas como: idade, sexo, função profissional, entre outras características. Adentrando em sua inserção no mercado de trabalho, e como a arquitetura e urbanismo se caracterizam hoje, em uma visão mais geral, apresentam-se os desafios, na atual configuração da profissão. Dessa forma, o título deste capítulo reflete a construção desse perfil e a compreensão das características e desafios enfrentados pelos arquitetos urbanistas nos dias atuais.

#### **3.1 O perfil do arquiteto urbanista brasileiro**

Através da definição de um perfil, pode-se investigar de forma mais assertiva as características, necessidades, desafios e principalmente, descrever o contexto atual da profissão, compreendendo como funciona e o porquê das práticas profissionais dos arquitetos urbanistas.

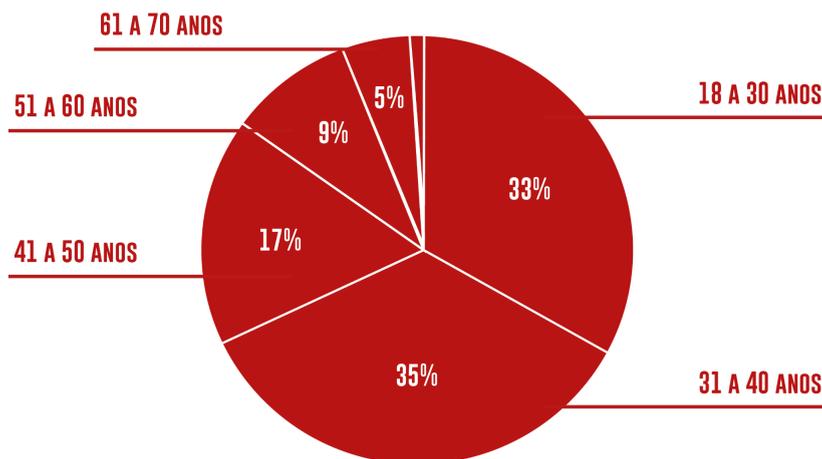
O Conselho de Arquitetura do Brasil (CAU/BR) produziu II Censo das Arquitetas e Arquitetos e Urbanistas do Brasil, em 2020, no qual registrou informações diversas sobre os profissionais da área da arquitetura e urbanismo do país, compilando informações que abarcam: dados pessoais, renda, formação, hábitos, trabalho e política. Os dados coletados a partir dessas categorias, possibilitam a construção de um primeiro arquétipo do arquiteto urbanista brasileiro.

O primeiro Censo realizado pelo CAU/BR foi no ano de 2012 e catalogou 83 mil respostas dos 99 mil profissionais registrados. Na época, não foram feitas

perguntas referentes à cor/raça, muito menos quanto à situação de deficiência. Nesse quesito a nova pesquisa (2020) já apresenta avanços, ao identificar a diversidade dentro do nicho profissional. Entretanto, a adesão à pesquisa foi bem inferior se comparada com a anterior, já que dos 180 mil arquitetos urbanistas registrados no Conselho, apenas obteve 45.383 respostas, o que representa menos de 24% do total dos profissionais. Esse percentual levanta questões a respeito do quão representativo é esse estudo. Todavia é a melhor referência existente para construir um desenho aproximado e relativo do que seria esse profissional. Para ilustrar o estudo, serão apresentados, os Gráficos 1 a 6, gerados a partir dos dados coletados pelo Censo CAU/BR e por fim, comparados com os resultados retirados do questionário elaborado no âmbito desta dissertação, já mencionado, que logrou alcançar 56 pessoas, entre elas profissionais de arquitetura e estudantes da área. Esses últimos - estudantes - por baixa adesão e por nível comparativo, não serão utilizados como base de informação nessa etapa do trabalho. Como a intenção é sobretudo qualitativa do que quantitativa, os dados que, de fato, nortearam a construção do perfil do arquiteto urbanista foram retirados da pesquisa do CAU. Segue, portanto, o início da exposição dos gráficos demográficos, iniciando com os dados coletados pelo CAU e, logo em seguida, pelo autor, divididos pelas informações: faixa etária; gênero; raça/cor; área de atuação; estado de residência e renda mensal.

Segundo o Censo CAU/2020, a maioria dos profissionais da área são jovens com idade média de 35 anos. A maior parcela encontra-se entre os 18 aos 39 anos, somando mais de 50% do total, conforme é indicado no Gráfico 1. O número decai proporcionalmente com a idade do profissional.

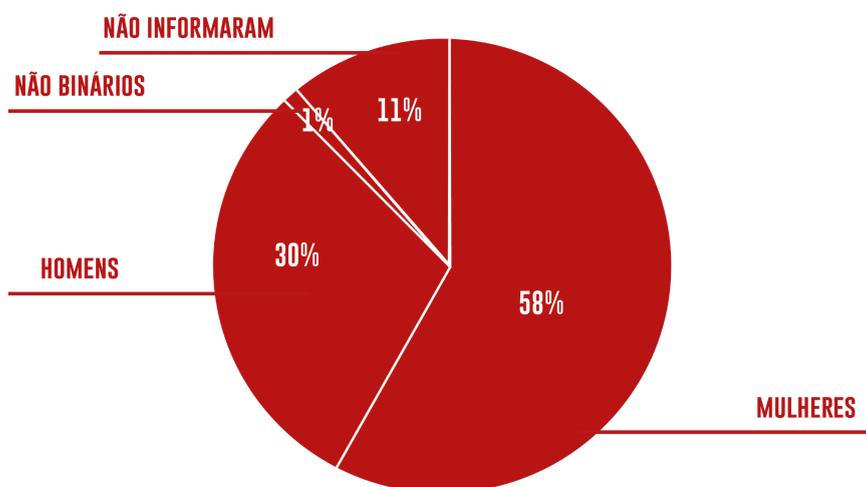
Gráfico 1. Faixa etária dos arquitetos urbanistas brasileiros



Fonte: CAU/BR 2020 modificado pelo autor.

Entre eles, 58% se identificam com o gênero feminino e 30% com o masculino, 1% se declara não-binário e 11% prefere não informar, no Censo CAU/2020. Dos que se identificam com gêneros binários, foram exatamente 46 mulheres trans e 45 homens trans que responderam a pesquisa.

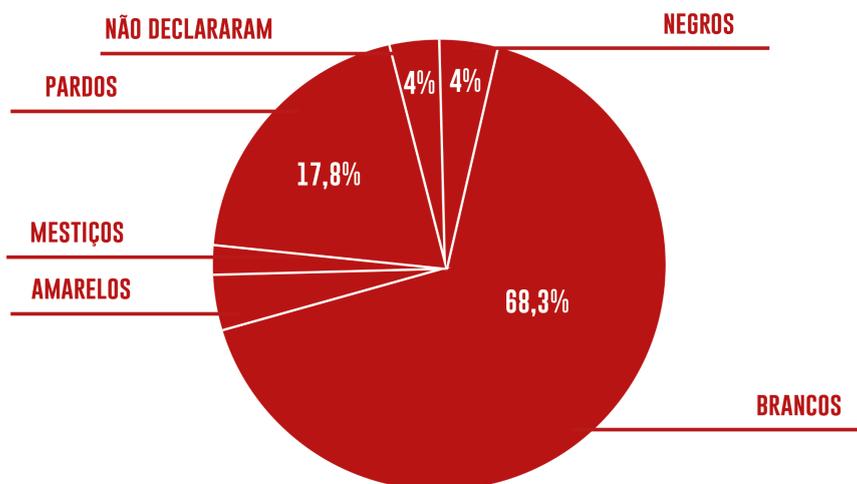
Gráfico 2. Gênero dos arquitetos urbanistas brasileiros.



Fonte: CAU/BR 2020 modificado pelo autor.

Quanto a raça/cor, 4% dos profissionais se declararam pretos, com 18% de pessoas pardas, um dado que se contrapõe diretamente aos 55% de população considerada negra no Brasil. 69% se declarou branca, 4% como mestiço, 2% de etnia amarela, e 4% não declararam (Gráfico 3). Importante frisar que a pesquisa não informou a identificação de arquitetos(as) urbanistas de etnia indígena. Dentre a coleta total de respostas, apenas 1% se afirmou com algum tipo de deficiência.

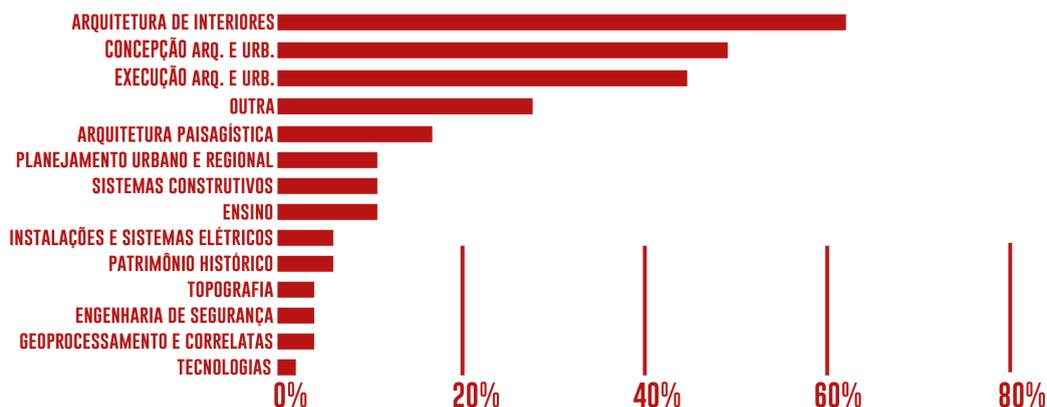
Gráfico 3. Raça dos arquitetos urbanistas brasileiros



Fonte: CAU/BR 2020 modificado pelo autor.

A respeito da atuação profissional, 87% trabalham efetivamente na área de Arquitetura e Urbanismo, registrando 28% trabalhando em outras áreas (Gráfico 4). A pesquisa ainda demonstra maior atuação em áreas como concepção de projetos e execução de obras. A Arquitetura de Interiores é a atuação que mais cresce, em comparação ao Censo anterior, sendo a principal área dos profissionais. 87% considera que ainda há áreas da arquitetura e urbanismo que não são exploradas pelos profissionais. Em contrapartida, apenas 32% acredita numa expansão positiva da área nos próximos anos, diferente do registrado em 2012, quando mais de 50% dos entrevistados se mostraram positivos quanto ao futuro, pode se inferir que a última década não trouxe boas experiências para os arquitetos urbanistas brasileiros.

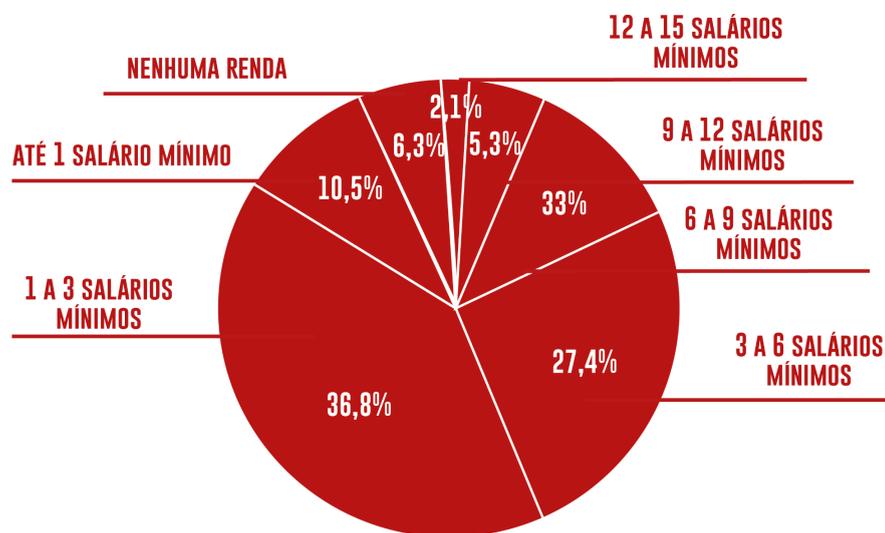
Gráfico 4. Campo de atuação dos arquitetos urbanistas brasileiros.



Fonte: CAU/BR 2020 modificado pelo autor.

Em relação à renda mensal, considerando-a de forma individual, ou seja, apenas o valor recebido pelo ofício do arquiteto urbanista, 35%, em média, declarou receber de um a três salários-mínimos da época (R\$ 998,00). 26%, entre três e seis salários mínimos e 11% dos entrevistados, entre seis e nove salários, que registra um valor entre R\$ 5.988,00 até R\$ 8.982,00 (Gráfico 5). Segundo a Lei 4.950-A/66, o valor do salário mínimo dos profissionais da área está relacionado com o salário mínimo por horas semanais. Dessa forma, quem trabalha seis horas diárias, deve receber seis salários mínimos, se for mais de seis horas, os valores são ajustados conforme a lei. Pelo Censo CAU/2020, apenas 21% estariam recebendo o salário mínimo da profissão. A última Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos (2021), que define o salário ideal para viver no Brasil, estabelece o valor de R\$ 5.657,66. Dessa forma, entende-se que menos de 50% dos profissionais que participaram da pesquisa se enquadram dentro desse cenário.

Gráfico 5. Renda mensal dos arquitetos urbanistas brasileiros

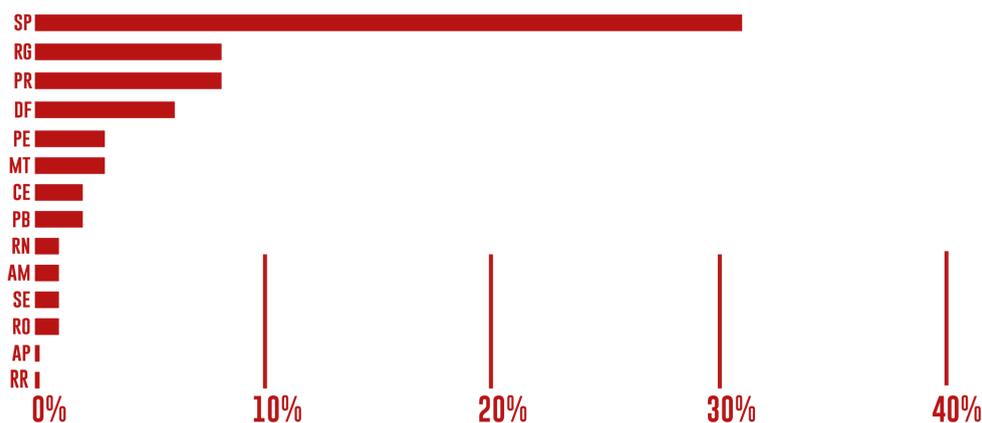


Fonte: CAU/BR 2020 modificado pelo autor.

Quanto à localização desses profissionais no território brasileiro, grande parcela está concentrada na Região Sudeste, especificamente no Estado de São Paulo (Gráfico 6). Em seguida destacam-se os Estados do Rio Grande do Sul, Paraná, representando a Região Sul e logo após o Distrito Federal. Na lanterna do

gráfico, estão os estados, majoritariamente, da Região Nordeste e Norte. Esses números se relacionam diretamente com outros, como taxa de analfabetismo, pobreza, índice de escolaridade e etc., que são índices que assolam mais as regiões com menor percentual de atuantes da área.

Gráfico 6. Arquitetos urbanistas brasileiros por estado



Fonte: CAU/BR 2020 modificado pelo autor.

A partir dos dados coletados e almejando construir um perfil do arquiteto urbanista, existem considerações quanto a esse sujeito que necessitam ser mencionadas, entre elas o fato de que 51% dos que responderam à pesquisa do CAU/BR trabalham de maneira autônoma e que menos de 15%, são assalariados do setor privado ou servidores do poder público.

Na pesquisa realizada pelo autor desta dissertação, obteve-se resultados de perfil similares, se comparados com os gráficos apresentados. O maior número de profissionais que participaram foram jovens entre 18 e 40 anos. Com relação ao gênero, as mulheres também foram o número mais expressivo, assim como majoritariamente as respostas vieram de pessoas que se consideram de pele branca. A renda se concentrou entre 1 a 3 salários mínimos, com 41,1%, seguindo-se de 3 a 6 salários mínimos, sendo o segundo valor mais expressivo. Diferente da pesquisa do CAU, o autor optou por estratificar os participantes por região e não por Estado, dessa maneira o Nordeste aparece encabeçando, com mais de 40% de participantes e é importante salientar que não houve adesão de nenhum profissional da região Norte e de pouca expressão, referente à região Sul.

Apresenta-se na Figura 2, uma representação de palavras com o perfil do arquiteto urbanista brasileiro segundo o que foi extraído do Censo CAU/2020 e dos resultados da aplicação do questionário do autor.

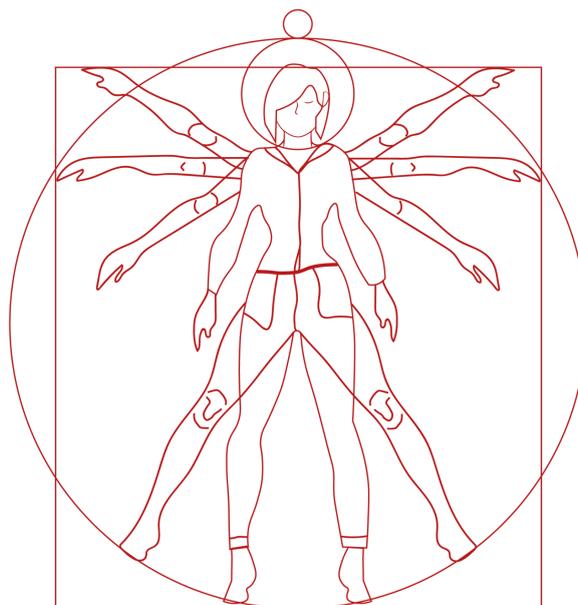
Figura 2. Características do arquiteto urbanista brasileiro

**CLASSE MÉDIA BRANCO**  
**JOVEM ADULTO**  
**MULHER ARQUITETO DE INTERIORES**  
**SÃO PAULO**

Fonte: Elaborado no site Mentimeter, modificada pelo autor

Descreve-se o perfil do arquiteto urbanista brasileiro como uma mulher, de classe média, branca, jovem adulta, que atua na área de Arquitetura de Interiores, residente no estado de São Paulo (Figura 3). Esse arquétipo foi construído a partir dos dados coletados do Censo CAU/2020, e por fim, corroborado pela pesquisa do autor, apresentada também neste capítulo, com aplicação e construção descritas no espaço destinado aos processos metodológicos desta dissertação.

Figura 3. Arquétipo do arquiteto urbanista brasileiro



Fonte: Figura do autor, 2023

Esse seria o arquétipo do arquiteto urbanista brasileiro, quando se trata de características físicas e socioeconômicas. Com ele pode-se classificar esse agente social se aproximando de suas características físicas, as quais servirão como elementos para entender se o perfil real desse indivíduo se conecta com o perfil imaginado.

Importante salientar que é uma representação generalista e que há outros diversos perfis, que se apresentam de inúmeras outras maneiras, de acordo com os recortes analisados. É evidente que o perfil do arquiteto urbanista brasileiro sulista não é o mesmo que o nordestino, assim como para qualquer outro balizador demográfico. Mas aqui assumimos uma ideia geral do que melhor representa esse sujeito de acordo com as fontes disponíveis.

Além de traçar questões de diversidade, renda e atuação profissional, a pesquisa do CAU/BR também investigou o uso de ferramentas e complementação educacional dos profissionais, e listou as expectativas desses profissionais quanto a sua área de atuação. Essa última questão tem importância significativa nesse estudo, afinal trata-se de identificar os caminhos nos quais esse profissional pretende atuar, que pode ou não se aproximar da sua função social. Mas antes de adentrar nas expectativas, precisa-se entender como, atualmente, se caracteriza a inserção desse profissional no mercado de trabalho.

### **3.2 Configurações de trabalho do arquiteto urbanista brasileiro**

Segundo os dados apresentados anteriormente, baseados nas informações a seguir detalhadas, conclui-se que 81% dos profissionais da área de arquitetura e urbanismo não atingem o piso salarial estipulado por lei no país (janeiro 2024). Dentre os muitos fatores que podem explicar essa situação, encontram-se as mudanças no regime de trabalho, a proliferação de cursos de arquitetura e urbanismo, desde os anos 1990 (Santiago, 2019), assim como as transformações econômicas, sociais e políticas, desde o decreto que estabeleceu a base salarial desse profissional.

Quando nos referimos a trabalhadores formais, de acordo com a Lei nº 4.950-A, sancionada no dia 22 de abril de 1966, que estipula a base salarial dos profissionais das áreas de Engenharia, de Química, de Arquitetura, de Agronomia e de Veterinária em seu Art. 5º, o salário base mínimo deve ser de seis vezes o valor do salário-mínimo vigente no país, para profissionais com mais de 4 anos de atuação. Para aqueles com menos tempo de atuação profissional, esse valor deveria ser de cinco vezes o salário-mínimo em voga.

A média salarial de um arquiteto é de cerca de R\$4.420,00 por mês no Brasil (Soares, 2023). Hoje, no ano de 2024, o Decreto 11.864/23 estipulou o salário mínimo no valor de R\$ 1.412,00, que entrou em vigor a partir do dia 1º de janeiro de 2024 (Gov.br). Segundo o que é regulamentado pela Lei 4.950-A/66, o valor salarial se modifica, de acordo com a jornada de trabalho. Por exemplo, o trabalhador que executa uma jornada de 6 horas — deve receber, no mínimo, o que corresponde a 6 salários mínimos, aproximadamente, R\$8.472,00. Segundo o Censo de 2022 (CAU/BR), 40% dos arquitetos realizam uma jornada de trabalho de cerca de 40 horas semanais, ou seja, deveriam receber, por 8 horas de trabalho, 8,5 salários mínimos, aproximadamente, R\$12.002,00, segundo os cálculos definidos na lei.

No entanto, é preocupante constatar que a realidade salarial dos arquitetos não corresponde às expectativas. Recuperando os valores coletados pelo Censo do CAU/BR (2022), 53,6% nem sequer alcançam um patamar salarial de até 3 salários mínimos, o que corresponde a R\$4.236,00. Apesar da existência de um piso salarial, a condição de “autônomo” que, historicamente, está atrelada à profissão, e que continua sendo o principal regime de trabalho desses profissionais, não garante

o recebimento do piso salarial. Os arquitetos são suscetíveis a alterações de renda, de acordo com o número de clientes, e do valor cobrado por atividade, entre outros fatores.

Baseando-se na dissertação de mestrado da arquiteta urbanista Aline Santiago (2019) pela Universidade Federal Fluminense - UFF, existe uma mistificação em torno da figura do arquiteto urbanista, quando diz respeito à ideia de um profissional liberal, mas que na verdade, esta condição, se torna uma das principais frustrações do profissional, ao ser inserido no mercado de trabalho. A autora, em sua dissertação, investiga a precarização do trabalho do arquiteto urbanista no Brasil. Embebida de fontes, Aline apresenta justificativas para essas adversidades, relacionadas ao campo da arquitetura brasileira, principalmente, porque as principais queixas, como já mencionado, giram em torno das condições de trabalho e do retorno financeiro da profissão.

A partir do estudo do II Inquérito Nacional de Arquitetura (1982), realizado pelo Instituto de Arquitetos do Brasil – Departamento RJ (IAB/RJ), a autora extrai depoimentos de alguns nomes conhecidos do mundo da arquitetura como: Ermínia Maricato; Acácio Gil Borsoi; Fernando Burmeister; entre outros; e apresenta alguns pontos que justificam uma crise na profissão. Uma dessas justificativas é a proliferação dos cursos de arquitetura e urbanismo, aumentando a competitividade no mercado. Em consequência, surge uma segunda causa, a redução do nível de ensino. E por último, as mudanças econômicas, sociais e políticas no país, que afetam seu desenvolvimento e, conseqüentemente, estão relacionadas com ciclos positivos e negativos de crescimento da profissão. Essas colocações já se distanciam da visão mítica comentada anteriormente, se relacionando com as mudanças das relações de trabalho e do estabelecimento do neoliberalismo no país.

Santiago (2019) segue argumentando que as opiniões levantadas na sua dissertação, ainda são problemáticas na nova situação da arquitetura no país, porém com novas faces. Com o advento do ensino à distância, debate-se a sua eficiência, conectando-o à ideia de fragilização do ensino. São recorrentes as notas do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil se posicionando negativamente contra esses cursos. No ano de 2019, o CAU chegou a recusar o registro profissional para alunos graduados pelo sistema EAD. O ponto nevrálgico da questão pode ser exemplificado na declaração dos Conselheiros que participaram da decisão.

[...] não se trata de abominar o valor das novas tecnologias, mas o ensino à distância é a própria negação da essência da Arquitetura e Urbanismo, esferas ligadas à territorialidade e à paisagem, o que exige aulas de ateliê diretamente vinculadas ao exercício do desenho conjunto com os professores, pois trata-se de um curso muito complexo que envolve técnica e criatividade, além de um senso crítico muito apurado (CAU/BR, 2019)

Porém, a atitude do CAU foi apenas o início de uma disputa que ainda segue em discussão. A oposição ao direcionamento do Ministério da Educação causou retaliação e, através de ações judiciais, foram e seguem sendo liberados registros profissionais, apesar da posição contrária do CAU.

O número crescente de profissionais de arquitetura e urbanismo sobre um mercado que, aparentemente, se apresenta saturado, reflete a teoria conhecida como 'oferta e demanda', desenvolvida pelo clássico sociólogo Adam Smith. Essa lei, além de prever que quanto menor for o preço, maior a quantidade de consumidores, admite que o inverso também ocorre, quanto maior o preço, menor a quantidade de consumidores (Pinheiro, 2021).

Em conjunto, existe o chamado "excesso de oferta", quando o mercado necessita "encontrar um ponto de equilíbrio, para que tanto a demanda, quanto a oferta se estabilizem" (Pinheiro, 2021). Ou seja, quando um produto ou serviço se encontra em escassez, o valor dessa oferta tende a aumentar, enquanto que se existir o contrário, oferta em abundância em contraponto com baixa procura, o valor desse serviço tende a cair. É como funciona o esquema de competição capitalista. Abordaremos mais adiante como esse mecanismo se aplica ao campo da arquitetura e urbanismo. O fato é que as fórmulas básicas da economia do capital, já atestam a coerência da afirmação de que, quanto mais profissionais de arquitetura existem no mercado, menores serão os valores pagos pelos serviços ou haverá falta de trabalho para uma parcela.

Aline Santiago (2019), ainda aponta os novos formatos de trabalho, de caráter expresso e à distância, comuns na nova configuração capitalista do mundo, como é o caso de *sites* e profissionais que oferecem serviços de projetos arquitetônicos, com tempo e metodologias questionáveis.

A relevância dos atrativos apresentados é inquestionável, principalmente se forem compreendidos como formas de reação à lógica atual baseada no consumo excessivo, impregnada de conceitos como descartabilidade,

instantaneidade, volatilidade, entre outros já apresentados no primeiro capítulo (Santiago, 2019, p. 91).

Esse movimento está correlacionado com as novas formas de trabalho que vêm surgindo nos últimos anos, como o movimento da 'uberização' do trabalho, que recebe esse nome, por fazer referência direta à plataforma digital Uber, pioneira em um modelo particular de organização de trabalho, que oferece transporte urbano com preços mais acessíveis, através de profissionais liberais.

Ainda há muito o que ser discutido sobre essa nova configuração de trabalho, questionar sobre até que ponto a ideia de liberdade e controle do trabalho é de fato benéfica para o trabalhador, ou apenas disfarça um processo de acumulação capitalista, que atribui mais responsabilidades, do que as devidas ao trabalhador, dentro dessa relação laboral. O trabalhador não é submetido a um contrato de trabalho formal e submete-se às imposições preestabelecidas, sofrendo uma subordinação estrutural, tornando esses indivíduos reféns da venda da sua força de trabalho, a fim de garantir sua subsistência (Franco e Ferraz, 2019).

Inclusive, os assalariados do setor privado se encontram em situação delicada no Brasil, atualmente. Desde julho de 2017, pela Lei nº 13.467 houve uma alteração na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em uma proposta de 'modernizar' as relações. Através dela, foram redigidos termos relacionados aos acordos trabalhistas, férias, jornada de trabalho, demissões e rescisões, admissões e contribuição sindical. Um movimento que, para alguns, é mais uma etapa do processo de precarização do trabalho no país (Mello *et al*, 2019).

As mudanças impactaram diretamente a classe trabalhadora no que diz respeito à redução do poder de mediação e negociação de sindicatos, deixando os trabalhadores em posição mais vulnerável. Como consequência cresceu os números do trabalho informal, em conjunto com condições menos estáveis de trabalho, ao apresentarem novos modelos de contrato. Houve a retirada de direitos antes garantidos, como pagamento de horas extras (em detrimento do banco de horas). De forma geral, a reforma implantada no regime CLT provocou diminuição dos custos do trabalhador para o empregador, possibilitando uma maior flexibilização em geral, desde a contratação até a jornada de trabalho (Fachini, 2022).

O movimento da *pejotização* é outro exemplo, uma forma de transferência de serviço que antes era prestado por um empregado, agora é realizado por uma pessoa jurídica. Um fenômeno que surge da sigla PJ (Pessoa Jurídica), uma relação direta entre um trabalhador do modelo PJ que fornecerá serviços para uma outra empresa (Silva, 2022, p.20). Não existe um consenso acerca da *pejotização* como um processo danoso para a massa trabalhadora, afinal, por premissa, a ideia principal do processo é possibilitar uma maior flexibilização no modelo de trabalho.

Entretanto, em muitos casos, a nova configuração de contratação se torna ilícita, ao apresentar elementos que caracterizam uma relação de emprego formal, subordinação, onerosidade, pessoalidade e não eventualidade, como deveria ser o caso. Empresas têm forçado trabalhadores a se tornarem pessoas jurídicas, com o objetivo de se livrarem de impostos e de negarem direitos garantidos pelo regime regulamentado pela CLT(Consolidação das Leis do Trabalho). Esta situação camuflada de flexibilização do trabalho, na verdade, atende aos interesses do empregador mais do que do empregado, e essas condições configuram precarização das relações trabalhistas.

É uma arbitrariedade imposta ao empregado a imprescindibilidade da “pejotização”, violando explicitamente a finalidade da lei, que foi protegê-lo de possíveis desrespeitos na relação laboral. E esse desrespeito tem por escopo a busca por maiores lucros, preterindo-se direitos mínimos ao trabalhador. (Magalhães, 2014, p.92)

É um movimento cada vez mais recorrente, como cita em sua dissertação, Weber Allak da Silva:

[...]essas novas formas de contratação deixaram de ser um caso excepcional e se tornaram muito frequentes em alguns ramos de atividade, até a forma dominante. Constituiriam assim uma extrapolação ao processo tradicional de terceirização, alcançando contingentes crescentes de executivos, engenheiros, professores, jornalistas e artistas, entre outros (Silva, 2022, p.23)

Os arquitetos não estão fora dessa tendência, o Doutor em Planejamento Urbano e Regional pela PROPUR/UFRGS, Bruno César Euphrasio de Mello (2015) em seu artigo, afirma que “Há relatos de trabalho sem carteira assinada, inexistência de contrato, utilização ilegal do recibo de pagamento de autônomo, participação societária ínfima, pagamento de honorários abaixo do salário mínimo

profissional, terceirização, pejotização, etc.” recebidos pelo Sindicato dos Arquitetos, em forma de denúncia.

Pesquisa realizada nos arquivos do Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul, demonstrou que 51% dos contratos não atendiam ao salário mínimo do profissional de arquitetura e urbanismo no Estado, o que descumpra a lei que define o piso salarial da profissão, já mencionada anteriormente (Mello, 2015). O contingente de irregularidades encontradas não só acontecem por parte de contratação informal, mas também nas contratações formais. Se o Sul do país, que é a região “socialmente mais desenvolvida” (Estadão, 2010) apresenta essas condições, podemos visualizar o panorama de como estarão as outras regiões do Brasil.

O “DIY” é outro movimento que vem tomando cada vez mais espaço na realidade atual. O termo tem origem na língua inglesa, é uma sigla da expressão “Do It Yourself” que, em tradução livre, significa: Faça você mesmo. A ideia é incentivar as pessoas a realizarem tarefas que antes pareciam distantes ou inacessíveis, por falta de conhecimentos básicos, que a internet ajudou a democratizar. Junto a plataformas como Youtube e outras redes sociais, tutoriais são desenvolvidos por criadores de conteúdo digital, com diversas temáticas diferentes. Inclui tarefas que envolvem diretamente o ramo da construção civil, como por exemplo: dicas de decoração; resolução de problemas de infiltração; instalação de piso; entre outros.

Essa tendência tem dois lados, carrega consigo a preocupação de fornecer conhecimento teórico para pessoas que não possuem qualificação técnica, o que pode ser perigoso em alguns casos, mas oportunidades para um novo mercado que surge. Em pesquisa realizada pelo autor deste trabalho, evidenciam-se aspectos positivos quanto ao impacto do “DIY” na construção civil, apesar de afetar diretamente a contratação de mão de obra, o que impacta o trabalho de engenheiros civis e arquitetos urbanistas. O comércio de materiais de construção tem encontrado oportunidades nesse movimento, “o setor começou a oferecer kits mais completos e baratos para quem deseja montar o produto em casa” (Cavalcanti, 2020).

Neste contexto, cita-se uma plataforma online que também tem crescido e impactado no âmbito da arquitetura e urbanismo, o Pinterest, - *site* que permite encontrar referências visuais de diversos tipos, o que inclui decoração, arquitetura,

urbanismo, entre outras. Além disso, permite sua utilização enquanto estratégia de marketing, para divulgação de negócios. O Pinterest está conectado com o movimento “DIY”, afinal é nesse *site* que as pessoas se inspiram para praticar seus conhecimentos adquiridos por tutoriais em suas casas. Além desse ponto em comum, o *site* causa preocupações e benefícios para o mercado da arquitetura, especialmente para a arquitetura de interiores. Ainda há poucos estudos a respeito dos impactos do *site* no mercado, mas segundo pesquisa rápida realizada pelo autor, o Pinterest tem se mostrado um amigo para os profissionais da área. Há inúmeros cursos sendo comercializados na internet, que oferecem serviços para potencializar negócios de arquitetura através do Pinterest.

Outro fator que foi determinante para mudanças na economia, foi a pandemia da COVID-19, que ainda gera consequências no Brasil, mesmo depois de controlada como crise sanitária. “O período pós-pandemia trará desafios para o Governo e para as firmas. O principal problema do Governo será o controle da dívida.” (Lima e Freitas, 2020, p.5), o estado sofre para se recuperar do período pandêmico e isso é suficiente para impactar o cotidiano da população, os hábitos dos brasileiros, quanto ao consumo e as novas medidas de trabalho que foram adotadas (Lima e Freitas, 2020, p.6).

A construção civil não ficou de fora das consequências da COVID-19, ainda em 2020, a Equipe Estudo Decora (2020) realizou uma pesquisa, para descobrir se o coronavírus interferiu, de alguma forma, nas taxas de desemprego para os profissionais de arquitetura e urbanismo, analisando as carreiras dos profissionais das áreas: arquitetura de patrimônio, paisagismo, arquitetura e urbanismo, arquitetura de interiores, e arquitetura de edificações. Todas, com exceção do arquiteto de patrimônio, apresentaram índices maiores de fechamento de postos de trabalho em relação ao ano anterior (2019) segundo Equipe Estudo Decora (2020). Claramente as mudanças na economia não influenciaram apenas as finanças dos profissionais da área, outras consequências são difíceis de mensurar, mas precisam, pelo menos, serem citadas, tais como os danos psicológicos.

Em contrapartida, segundo a revista *on-line* Valor Econômico da Globo (2023), indicadores prevêm que a indústria da construção civil deve crescer cerca de 2,5% em 2023, dado significativo considerando os últimos dois anos. De todo modo, é importante salientar que, apesar do crescimento no setor, isso não garante

uma melhoria nas condições de trabalho, no aumento da empregabilidade, nem mesmo em melhores ofertas de trabalho para os arquitetos urbanistas.

Apesar dessas constatações possuírem fundamento, é dessa forma que de fato se apresenta o cenário do arquiteto urbanista no mercado de trabalho atual? Refém das novas configurações mercadológicas? Além disso, seria ele um profissional não acessível?

A partir dos dados e informações apresentados é possível traçar o perfil do arquiteto urbanista, ficando claro que existe uma série de desafios a serem enfrentados por esse profissional, e que diversas mudanças ocorreram ao longo da sua história no Brasil.

Prevalência do trabalho autônomo e predominância de mulheres jovens de classe média, são algumas das informações que são significativas no cenário profissional da arquitetura e urbanismo. Mas em que isso afeta o serviço desse indivíduo, quanto à sua função vinculada ao desenvolvimento urbano e ao bem-estar das comunidades?

Esse capítulo fornece subsídios para compreender melhor quais são os desafios enfrentados, principalmente quanto ao campo de atuação no setor privado, estratificando esse indivíduo em uma figura social: o da mulher branca de classe média. A definição deste perfil laboral ajuda a compor esta investigação, a respeito do afastamento desse sujeito de sua função social. Os fatos históricos, leis e dados, contextualizam esse indivíduo de forma realista, porém genérica sobre o sujeito. No próximo capítulo, a proposta é explorar os aspectos subjetivos do arquiteto urbanista, iniciando pela visão desse sujeito sobre ele mesmo.

## **Capítulo 4: Como o arquiteto urbanista se vê**

Compreender a autoimagem, construída pelos profissionais de arquitetura e urbanismo, por si mesmo, é de fundamental importância no panorama das expectativas e demandas ao seu redor. O título deste capítulo é resultado do objetivo de construir uma visão mais ampla, e autocentrada, dos profissionais da área.

Este capítulo, através de uma revisão de literatura, aborda como esses profissionais se autodefinem, e enxergam a sua própria profissão, elencando suas percepções quanto à sua função social. Através do histórico do desenvolvimento da profissão, foram se constituindo definições que vão da pura profissão, meramente técnica ou mesmo artista, até chegar a uma definição que engloba sua função social.

A pesquisa via redes sociais realizada, que foi descrita na metodologia deste trabalho, desempenhou papel crucial na obtenção de noções contemporâneas, a respeito desses profissionais, atualizando os conceitos retirados da revisão de literatura, inicialmente realizada. Foram consideradas novas tendências, percepções atuais e mais realistas da profissão, ao ter, como base, a opinião de arquitetos urbanistas inseridos no mercado de trabalho, no tempo e sistema político e econômico, vigente no Brasil.

Neste capítulo, são apresentadas impressões e opiniões desses profissionais, não apenas sobre como enxergam a sua profissão na atualidade, mas também quais são suas expectativas e frustrações, quanto a esse ofício. Ao fim, espera-se construir uma visão mais ampla sobre o arquiteto urbanista brasileiro. Na união entre, não uma, mas duas faces do mesmo rosto, agora incluindo uma visão autoconceituada.

### **4.1 O conceito de 'arquiteto urbanista'**

Seguindo a mesma condição de sua palavra de origem (arquitetura), definir o que é ser um 'arquiteto urbanista' também não é fácil. Apegado em seu sentido mais básico, de um dicionário *online*, obtém-se:

Indivíduo legalmente habilitado que tem por função conceber e executar os desenhos técnicos de obras, conjuntos e espaços arquitetônicos; cabem-lhe também os trabalhos de elaboração de orçamento, supervisão, coordenação, orientação técnica, padronização, controle de qualidade etc., os quais permanecem sob seus cuidados ao longo das diferentes fases da concepção e realização da obra (Michaelis, 2023).

Ou no sentido mais subjetivo “aquele que concebe, idealiza ou inventa qualquer coisa” (Michaelis, 2023), o que atribui a esse sujeito a possibilidade de ser o que deseja, apegado à ideia de utilizar a invenção como instrumento. No entanto, nesta pesquisa, considera-se que esse indivíduo é a personificação de quem exerce a ‘arquitetura e urbanismo’, o que se considera sinônimo de complexidade. Nesse caso, o arquiteto urbanista poderia atuar em diversas áreas, de acordo com seu próprio conceito a respeito do que é arquitetura e urbanismo. Na sequência, são apresentados autores que fornecem conteúdos relacionados com a construção do que é ser arquiteto urbanista,

O livro ‘Uma Introdução à Arquitetura’, de Silvio Colin (2019), que tem como objetivo informar os conceitos básicos que, em teoria, segundo o autor uma pessoa precisa saber quanto à arquitetura, designa três acepções como as mais importantes: profissão, produto cultural e arte. Exemplo de divisão e amostragem a respeito do arquiteto urbanista.

Outros autores explicam no que consiste a profissão do arquiteto urbanista através de outros critérios, como é o caso de Francisco Segnini (2002), que por meio de uma pesquisa embasada na Revista AU - Arquitetura e Urbanismo, no período de 1985 a 2000 (91 edições da revista com depoimentos de 206 arquitetos brasileiros e estrangeiros) reflete sobre o arquiteto urbanista através, também, de três perspectivas, no entanto, diferentes: arquitetura e arte; arquitetura e construção; e arquitetura e utopia social.

Paulo Bicca em seu livro, intitulado: ‘O arquiteto, a máscara e a face’ (1984), desenvolve uma abordagem a respeito desse indivíduo, através de pensamentos marxistas, respaldados por teóricos como Lefebvre, Bourdieu, entre outros, em meio a um bombardeio de reflexões sociais apresentadas. Assim ele constrói uma crítica que tende a denunciar a falta de conexões da produção arquitetônica com as classes sociais. Bicca correlaciona a profissão com o modo de produção, a luta de

classes e as relações de poder, principalmente configuradas na separação entre a atividade intelectual e manual. Para ele:

[...] arquitetura somente se realiza enquanto materialização das relações sociais inerentes às sociedades divididas em classes é uma verdade impossível de ser negada, a não ser pela mistificação característica de todos os discursos que defendem os interesses dominantes, sejam eles quais forem (Bicca, 1984, p. 72).

A partir desta introdução, serão apresentadas visões do sujeito arquiteto urbanista, fundamentadas nas obras de Segnini, Colin, Bicca, bem como em contribuições de outros autores.

### **Arquiteto urbanista como artista**

A terceira tese apresentada por Silvio Colin (2019) define a arquitetura como arte. Afirma que, em uma visão exclusivamente estética, sobrepujando valores utilitários e comerciais, arquitetura é arte. Porém, para assim ser considerada, ainda depende de um profissional, o arquiteto urbanista. Ele é quem vai fornecer “[...] conhecimento, sensibilidade e talento, no local certo, no momento certo, nas condições materiais necessárias, com o tempo e o dinheiro suficientes” (Colin, 2019).

Ou seja, para ser chamada de arte, precisa-se preencher alguns critérios. Nem toda edificação recebe esse título, segundo Colin (2019). O que define valor, nesse caso, é atribuído principalmente a um fator, a existência de um profissional.

Segundo Segnini (2002), a arquitetura em meio a Idade Média, já se caracterizava como arte, numa realidade onde as artes liberais (a pintura, a escultura, a arquitetura, a navegação, a retórica, a poesia, entre outras) e as mecânicas (alfaiataria, tecelagem, agricultura, artes marciais, entre outras) se enquadram na mesma categoria de classificação.

Apenas após a Revolução Industrial (Segnini, 2002) começam a surgir contradições entre arte, técnica e mercado. Mas o que se pode referir é que, historicamente, por um período, a arquitetura de fato esteve inserida dentro dessa realidade, como uma ação artística e, até hoje, se relaciona com esse ideal, comprovado por Segnini ao analisar os inúmeros depoimentos em sua tese de doutorado.

Na época, a conclusão de Francisco Segnini é de que arquitetos “reconhecem que arquitetura é arte, mas, dificilmente, colocam-se na condição de artistas [...]” (Segnini, 2002, p. 60), diante da percepção das contradições existentes entre a dupla dimensão, arte e técnica.

Para Bicca (1984), o trabalho do arquiteto urbanista também está dentro de uma noção artística, como Segnini o fez, mas considera o trabalho de concepção e criação como arte coletiva. Afinal, segundo Bicca, a arte da arquitetura só se realiza através da intervenção de outros agentes, os trabalhadores diretos, que nesse processo, encaixam-se como instrumentos do idealizador, detentor da atividade intelectual.

### **Arquiteto urbanista como construtor**

Introduzindo mais um conceito de arquitetura, fora do contexto de arte, mas sim de construção, Segnini utiliza uma frase de Lucio Costa (1985, p.15, *apud* Segnini, 2002, p.50), “Se arquitetura é fundamentalmente arte, não o é, menos fundamentalmente construção”.

Na sentença exposta, Lucio defende que é legítimo reconhecer a arquitetura de uma forma simplista, definindo-a como construção, pelo mesmo fator que algumas pessoas podem tratá-la como simplesmente arte. Abre então caminho para diferentes concepções que absorvem e advém dessa teoria, de colocar a manifestação espacial, de longo prazo, como sinônimo de arquitetura.

Essa concepção possui automaticamente uma ligação direta com a necessidade dessa arte se materializar. A concretude da arte é o que configura a existência da arquitetura, assumindo neste caso uma relação de dominância, em termos de importância, diante da relação *construção x arte*, corroborando para defender essa percepção a seu respeito.

Durante a apresentação de outros conceitos a respeito dessa definição, Segnini também conclui que a construção nunca se realiza de maneira solitária e sempre está atribuída a outras noções secundárias. “Considerando arquitetura como expressão cultural de determinado povo, em determinado local e em determinado momento, pode-se afirmar que toda expressão espacial assim produzida é arquitetura” (Segnini, 2002, p. 53), destacando a relevância dos aspectos culturais e locais.

Ideia próxima do segundo conceito atribuído pelo livro 'Uma introdução à arquitetura' (2019), a arquitetura como 'produto cultural', diante de uma visão antropológica de enxergá-la como referência e manutenção de uma conjuntura histórica, é alimentada pelo pensamento de que a história se concentra, em boa parte, em edificações e modos de produção da arquitetura, ou seja, ela representa a possibilidade de concretude cultural.

Paulo Bicca, em seu livro, apresenta a teoria de Alberti (1966) que define o arquiteto assim:

Chamarei arquiteto aquele que, com uma razão e um método maravilhoso e preciso, sabe primeiramente dividir as coisas com seu espírito e inteligência, e em segundo lugar como associar com justeza, no curso do trabalho de construção [...]. (Alberti, 1966, *apud* Bicca, 1984, p. 75)

Alberti (1966) caracteriza o arquiteto urbanista a partir de uma visão tecnicista e defende que não há como ser um arquiteto urbanista, sem apresentar um saber técnico. Bicca complementa, afirmando que existe uma técnica de produção, mas não somente, também existe uma técnica de dominação, ou seja, um saber não neutro dentro de uma sociedade estratificada.

### **Arquiteto urbanista como responsável social**

Após a I Guerra Mundial, os valores atribuídos ao ato de projetar e pensar espaços começam a se alterar e receber novos traços. Devido às novas questões introduzidas após o acontecimento, escancara-se a realidade de um mundo desigual, como menciona Segnini (2002) em sua obra.

Em paralelo, a Revolução Industrial produziu outra perspectiva a respeito das cidades, ao provocar a migração de pessoas, produzindo insalubridade nos espaços urbanos. O êxodo rural provocou o aumento substancial da densidade demográfica e um grande crescimento das cidades, acarretando em diversos males e desafios que a sociedade iria enfrentar até os dias de hoje.

Surge nesse ponto um movimento de arquitetos motivados por uma "ideia-força", termo batizado por Anatole Kopp que, nesse caso, seria o movimento modernista. Os modernistas declararam uma ruptura também de pensamento, ao refletir a respeito de uma sociedade em debilidade e que precisava se concentrar no

objetivo central de construir abrigos. O considerado pai desse movimento, Le Corbusier, salientava, chamando-o de revolução:

Se nos colocamos em face do passado, constatamos que a velha codificação da arquitetura, sobrecarregada de artigos e de regulamentos durante quarenta séculos, cessa de nos interessar; ela não mais nos diz respeito; houve revisão dos valores; houve revolução no conceito de arquitetura. (Corbusier, 2002, p. 203)

Sem adentrarmos nas contradições envolvendo essa passagem histórica no mundo da arquitetura e urbanismo, pelo menos, por enquanto, o movimento modernista traz como conceito atrelado a ele, a atribuição do arquiteto urbanista como responsável por buscar melhorias na qualidade de vida da população, tornando insuficiente a arquitetura e o urbanismo serem definidos, apenas, como arte ou construção. Nesse momento, a função social compete aos profissionais da área, como um chamado.

A necessidade de mudança de ação em prol do social está diretamente atribuída à construção do pensamento crítico dos pensadores da arquitetura e urbanismo, ao definir que o exercício profissional do arquiteto se coloca na intersecção das três vertentes apontadas: arte, técnica e intenção (Segnini, 2002, p. 58).

Em seu livro, Bicca (1984) declara que é importante reconhecer as relações de poder inerentes, e ter consciência da exploração de outros, presos em um trabalho desqualificado e alienado, de execução. Nesse ponto, Bicca se aproxima da ideia de utopia social atrelada ao arquiteto ao colocar esse sujeito dentro de um contexto social de responsabilidade. Mas, além da própria visão, que é eixo das construções desses conceitos, fala-se de uma responsabilidade fora de um cenário de reflexão egoísta e individual.

Além dos conceitos levantados no estudo de referências bibliográficas, a pesquisa *online*, realizada pelo autor, permitiu extrair noções atuais de como os arquitetos urbanistas e alguns estudantes de arquitetura enxergam a profissão na atualidade.

Foi a partir da pergunta ‘Como você definiria a profissão?’, que foi possível elaborar outros adjetivos atrelados ao ofício, nesse caso, fundamentados em relatos reais de quem vivencia o cotidiano do trabalho. As respostas foram organizadas em categorias que determinam um movimento de entendimento comum quanto à visão profissional sobre si mesmo. Não necessariamente conceitos, mas informações oportunas para uma análise mais próxima da realidade profissional na busca da construção do perfil desse sujeito.

### **Arquiteto urbanista descontente**

Diante de significativa parcela das respostas apresentarem pontos negativos a respeito da profissão, nota-se um certo desestímulo e negativismo que assombra a arquitetura nos tempos atuais. Alguns termos se repetiram como “cansativa” e “desafiadora”, assim como outros demais adjetivos que caracterizam qualidades negativas como: “desvalorizada”, “desgastante”, “trabalhosa”, “injusta”, “deficiente”, “cambaleante”, “difícil”, “exaustiva”, “falida”, “caótica” e “estressante”.

Há uma insatisfação direta com a questão de ser uma profissão fatigante, que exige em demasia dos seus seres atuantes. Em uma delas, o participante da pesquisa a define como um “desgaste mental e físico”. Outro descreve as inúmeras funções inevitáveis do ofício, “Assim como qualquer profissão existe seus altos e baixos, entrar no mercado de trabalho da arquitetura é um processo de paciência, um passo de cada vez, lidar com clientes, orçamentos, *marketing*, burocracia, muito estudo, atualizar-se nas tendências... é uma profissão que requer muito do seu tempo, não só no processo criativo, mas também na parte técnica.”

Outro ponto de destaque foi a decepção quanto ao retorno financeiro advindo da prática, em conjunto com a falta de oportunidade de trabalho. Como foi percebido a partir dessas duas falas: “Uma profissão sem retorno financeiro. Muito trabalho e pouca recompensa”; e “abarrota de profissionais, a área está sem trabalho”.

Um participante chegou a definir a profissão como “um inferno”. É notório um movimento de insatisfação quanto à arquitetura, advinda de dois fatores principais, a exigência excessiva sobre os indivíduos atuantes e a percepção de não valorização profissional, reiterados pelas frases: “algo extremamente necessário para o bem-estar humano, mas muitas vezes não valorizado” e “muito trabalho e pouco retorno/reconhecimento”.

### **Arquiteto urbanista polímata**

Outro conceito que pode ser atrelado aos arquitetos é a de um profissional polímata, já mencionado anteriormente. O termo vem do grego *polymathes*, que quer dizer ‘aquele que aprendeu muito’, refere-se aos que estudam, a fundo, diversas áreas e demonstram uma multiplicidade de aptidões.

Percebe-se o alcance da ação do profissional de arquitetura, em algumas falas: “profissional responsável pelas mais diversas formas de criação”, que exalta uma variedade de atividades voltadas para o campo da criatividade, mas não de forma restrita, como se pode ser sentido nas seguintes falas: “saber de tudo um pouco”; “do meu ponto de vista é uma profissão complexa, que exige conhecimentos em áreas diversificadas para uma atuação mais consciente junto ao mercado”; “multifacetada e que requer uma carga de conhecimento em diversas áreas pelo profissional”; que exige conhecimento múltiplo, como necessário para ingresso no mercado de trabalho.

A “multiplicidade de atuações mas sempre com muitos desafios e incertezas”, considerando que a variedade de performances desse profissional pode apresentar um lado negativo, ao afastá-lo de um foco; “múltiplas funções, em diversos aspectos e grandes áreas, mas infelizmente reduzida a interiores e construção”, completa a percepção anterior, expondo que, apesar da aptidão, o mercado reduz o profissional a duas áreas de atuação.

Nota-se que o arquiteto urbanista pode ser também considerado um trabalhador plural, “uma junção de organização, funcionalidade e criatividade” e que possui a capacidade de “[...]planejar situações, espaços e vivências, minimizando os problemas”.

### **Arquiteto urbanista realizador de sonhos**

Numa visão mais romântica, aparecem discursos apegados ao poder transformador do trabalho dos arquitetos urbanistas. Assimila-se, neste contexto, o interesse em enaltecer a profissão, mesmo que involuntariamente, para justificar a relevância de sua atuação. É basicamente o *marketing* da mística profissional que foi absorvido pela sociedade.

“Melhorar o local em que as pessoas vivem em diferentes escalas”; “é o profissional que torna o habitat mais confortável e belo aos seus usuários. É quem transforma sonhos em realidade”; “realizar sonhos”; “uma profissão capaz de

adentrar na vida e nos sonhos das pessoas”; “uma profissão que lida com sonhos e a concretização deles. Ser arquiteto é antes de tudo ser um agente transformador”; estas afirmações trazem a ideia de sonho, que está diretamente ligada a um anseio geral, especificamente da sociedade brasileira comumente propagado pelo senso comum, o do ‘sonho da casa própria’. Ou seja, traduz-se o arquiteto urbanista como produtor de casas, que nesse contexto, são os sonhos das pessoas.

O profissional de arquitetura e urbanismo tem, efetivamente, uma grande relevância e um poder transformador nas mãos, mas não é algo intrínseco a todos os profissionais, existem muitos interesses comerciais que seguem velados, como no próprio discurso de ‘sonho’. Ainda assim, “ser arquiteto é poder proporcionar uma melhor qualidade de vida através do seu trabalho, é poder transformar a paisagem onde se vive para se ter uma vivência melhor”; o arquiteto urbanista é “responsável por criar um espaço físico de qualidade que se adeque aos desejos dos usuários em suas diversas escalas”.

Outras autodescrições relatam um apelo social, que esbarra em conceitos já desenvolvidos anteriormente. Foi o caso das falas: “importante para a sociedade, mas infelizmente ainda vista como não acessível”; que introduz um dos aspectos motivadores desta pesquisa, o de ser uma área de atuação direcionada para as elites e não acessível para a maior parte da população. “A profissão do arquiteto é, principalmente, transformar locais físicos de acordo com a demanda de quem solicitou a mudança. É tentar dar conforto ao seu público, fazer com que se sintam à vontade nos lugares criados. Para além disso, é uma profissão política, pois é necessário estudar as demandas sociais de habitação e mobilidade urbana”: esta visão apresenta o arquiteto urbanista como um ator político. “O trabalho de proporcionar boas vivências ao indivíduo e ao coletivo”; “difícil por que abrange muitas possibilidades de atuação. Mas acredito que definiria através do projetar, pensar em alguma escala a forma em que o espaço vai ser sentido, usado e também promover sentimentos e usos. Tanto passível de ação quanto agente causador de ação. Esse ato de projetar e pensar é fruto da sobreposição de vários aspectos, os quais pedem sensibilidade, olhar atento, crítico e atenção” , e “um profissional que toca na relação de pessoas com a sociedade, por meio de espaços coletivos e que toca na relação de pessoas com o seu eu interior por meio de espaços individuais” são falas

que exaltam a importância do arquiteto urbanista não só em um âmbito privado, mas público.

Posto isso, utiliza-se uma das respostas da pesquisa *online* para descrever a atuação do sujeito arquiteto, que seria “complexa, difícil e ao mesmo tempo estimulante”, ou melhor, a partir de tantos juízos compartilhados, a conclusão sobre o que é ser um arquiteto urbanista está mais próxima de “não sei definir”.

Para Segnini, a conclusão foi:

[...] que os arquitetos compreendem arquitetura como arte concretizada na construção, e revela, ou não, utopias. No entanto, o fazem polemizando, argumentando, relativizando as condições nas quais esse trinômio se estabelece, informando assim, diferentes dimensões dessa problemática. (Segnini, 2002, p. 60).

Logo, as contradições continuam. A autodefinição de como atuam esses indivíduos não é suficiente para determinar a forma de enxergar o sujeito, ou a maneira correta de atuação, por isso foram necessárias outras investigações.

Para definir o que seria um arquiteto urbanista, precisa-se ir além de conceitos. Existe a necessidade de considerar o meio e a época em que está inserido, analisar contextos sociais, econômicos e culturais, já que as perspectivas, funções atreladas e necessidades impostas a ele, não são estáticas, mas sim, mutáveis.

“Na evolução das profissões na sociedade da informação, o principal fator para a delimitação da atuação profissional não é o registro profissional, mas a competência[...]” (Pereira e da Cunha, 2007, p. 50). Infere-se que sempre haverá diferentes visões a respeito do profissional arquiteto já que a sua definição é refém de diversos outros fatores, como já mencionado.

## **4.2 As motivações e os desafios da profissão**

Na tentativa de decifrar esse sujeito e aprofundar as ideias, a tarefa nesta seção da pesquisa, consiste em determinar quem é o arquiteto urbanista brasileiro no século XXI, no sistema capitalista vigente, ou melhor, qual seria a sua competência. Para esse fim é importante perceber as motivações e desafios enfrentados por esse profissional.

Neste sentido, a pesquisa *online* conteve a pergunta: 'O que te motivou a ser um arquiteto?' O objetivo da questão foi identificar as primeiras intenções que levam um indivíduo a optar pelo caminho de viver da arquitetura e urbanismo. Quais eram suas pretensões? O que os fascinava ao escolher essa carreira? Mas, principalmente, perceber como enxergam esse ofício, de uma forma prática, objetiva, e não conceitual. A partir das respostas colhidas, alguns pontos em comum se destacam, sintetizados a seguir.

A **criatividade** em conjunto com a ideia de resolução de problemas esteve presente em diversas respostas. Correlacionando a profissão da arquitetura como uma carreira em que a criatividade é uma característica imprescindível. Mas o que seria essa criatividade? E como ela se aplica à arquitetura, para tanto aparecer como motivador de escolha profissional, e também como característica atrelada a esses profissionais?

Para embasar a análise, foi utilizado o artigo 'Arquitetura e Criatividade' desenvolvido por Fernando Fuão. A criatividade já obteve diversos significados e sinônimos ao longo da história, mas, atualmente, se reveste de um conceito claro, ligado àquilo que é "moderno" (Fuão, 2008, p. 6). Se conecta, também, com outros adjetivos, como inovador, surpreendente, estranho, entre outros. Em definição, ainda mais profunda, Fuão (2008) declara que "a criatividade é um dos raros pontos de encontro da ciência e da arte, justamente o mesmo ponto de fratura que se estabeleceu entre elas". Construção textual que se expressa, de maneira muito similar com o que foi tratado aqui, na própria definição de 'arquiteto': as relações estabelecidas entre arte e técnica. No mesmo artigo, Fuão também responde à segunda pergunta realizada no parágrafo anterior:

A criatividade sempre esteve presente na prática do projeto não como conhecimento específico, um saber próprio, mas apenas como uma força oculta, identificável em sua existência, explicável em seus efeitos, mas nunca sistematizada como saber, como aprendizagem no projeto. (Fuão, 2008, p. 12)

Ou seja, a tal 'criatividade' "esbarra "na arquitetura, desde seu processo básico, tanto de formação, quanto de atuação: o projeto. Apesar de Fuão (2008), autor criticar uma visão limitada e erudita, estabelecida por muitos desses profissionais, e do adjetivo em questão, ele a engloba como uma característica inerente a essa atividade, inclusive, por uma visão externa, como se pôde notar na

discussão do capítulo anterior.

O segundo tópico, que se fez presente, entre as respostas, foi que a **influência da infância** foi determinante para a escolha da carreira. Essa influência foi percebida partindo de diferentes âmbitos, desde as brincadeiras que estavam presentes no cotidiano, até alguns brinquedos, mas também pela influência de pais ou familiares próximos, que desenvolviam funções relacionadas à construção civil. O fato de crescer em ambientes próximos a engenheiros civis ou mesmo a outros arquitetos urbanistas, foi o suficiente para se tornar um incentivo. Assim, uma sensação e vontade que emergia, desde a infância, de transformar os ambientes.

**Impacto social** também foi um ponto apontado como motivador, para muitos definirem a arquitetura e urbanismo como carreira a seguir, através de desejos mobilizadores, desde melhorar a qualidade de vida das pessoas até transformar cidades. Aparentemente, para esses, a questão social e a responsabilidade atribuída ao poder de modificar e construir espaços, já era um aspecto que chamava a atenção, e a possibilidade de ser um agente social, serviu como propulsor para se tornar um arquiteto urbanista.

Outro fator de relevância colhido pelas respostas, foi o da **aptidão artística**. Entre muitas respostas, apareceram palavras como ‘artes’ e a própria ‘criatividade’, assim como arquitetura, comumente conectada ao mundo artístico. A afinidade com as artes serviu como motivador e como a arquitetura, por muitos, se encontra como uma arte, justifica-se a associação direta.

A **motivação financeira** aparece unida à ideia de ascensão social. Muitos depositaram na carreira de arquiteto urbanista, a possibilidade de ganhar dinheiro e mudar de padrão social, atraídos por suposições sobre os salários e de uma promissora carreira lucrativa.

E por fim, a **realização pessoal**. Alguns dos participantes mencionaram que a sua decisão foi embasada por paixão e afinidade pela área. Sujeitos que almejavam ser ‘realizadores de sonhos’, mas principalmente se satisfizerem, pessoalmente, ao encontrar uma carreira que fosse significativa em suas vidas.

Ainda na pesquisa, existia uma enquete, que solicitava aos participantes elencar quais eram as características mais relevantes da profissão de arquiteto, na opinião deles. A decisão era entre: função social; realização pessoal; retorno financeiro; área de interesse; prestígio; e afinidade, que, por coincidência, possuem grande similaridade com os temas relevantes extraídos da pergunta anterior.

Em resposta a essa enquete, a maioria optou que o 'retorno financeiro' é a característica de maior relevância na profissão, em seguida a 'realização pessoal'. Enquanto que a 'função social' e a 'afinidade' se dividiram de forma proporcional entre a variação de segundo a quinto lugar. Porém, a considerada de menor relevância, acabou por ser o 'prestígio'.

Pode-se, portanto, notar uma visão emaranhada de que concluir um curso superior é a oportunidade de ascensão social pela garantia de um aumento de ganhos financeiros. O prestígio atrelado aos arquitetos urbanistas teria pouca relevância em comparativo com a possibilidade de acúmulo de capital, o que pode proporcionar um futuro mais tranquilo e condições dignas de vida. Para o sociólogo Paulo Cabral (2017), "Mesmo com o ensino superior não representando, como era nos anos 1970 e 1980, a segurança de um emprego, de uma carreira, de sucesso profissional, o aumento da escolaridade é a grande ferramenta de inclusão no país", ou seja, apesar do diploma não ser mais a garantia de estabilidade, a já proporcionada, em outras décadas, ainda tem grande relevância no mercado de trabalho. Cabral define que o ensino superior é o 'grande passaporte' de uma possível ascensão social, principalmente quando se fala de uma população marginalizada, que sofre com as mazelas espalhadas pela sociedade brasileira.

Após a pergunta do questionário online que tentava decifrar as motivações dos participantes a optarem pela carreira da arquitetura, foi elaborada outra pergunta que pretendia desdobrar esse pensamento, relacionando com o futuro: "o que te motiva a continuar sendo um arquiteto?"

Dentre todas as respostas, assim como foi realizado com a pergunta anterior, foram desenvolvidos alguns tópicos recorrentes nas respostas separados em aspectos positivos e negativos.

Elencados como pontos positivos, há motivações que se mantiveram: a **realização pessoal**, o que exprime que, para alguns, o sonho se tornou realidade, o curso de arquitetura e urbanismo permitiu suprir, ao menos, uma das principais expectativas. Junto está a paixão pela profissão, alguns declararam sentir um amor por seu ofício, e que as experiências que a carreira proporciona os motiva a continuar.

Outro ponto, que reaparece é o do **impacto social**, muitos descrevem a atividade do arquiteto como uma forma de "melhorar a qualidade de vida das

pessoas”, exaltando a importância da profissão, e validando o poder transformador aplicado a essa área de atuação.

A **criatividade** também retorna, agora como característica propulsora de desafios, comprovando que a arquitetura e o urbanismo é uma oportunidade de explorar diversas facetas como profissional, considerando a diversidade de áreas correlacionadas, e a interdisciplinaridade como uma fortaleza.

Mas nem todos enxergam com os mesmos olhos, ou obtiveram tanta satisfação no caminho traçado, ao escolher esse ofício. A própria ideia de complexidade atribuída à arquitetura, envolta na criatividade, não é um ponto positivo para todos. Para alguns, essa multidisciplinaridade de tarefas e aspectos técnicos se apresenta como atividades que exigem demasiado esforço dos profissionais. Relatos apontam para uma falta de motivação ou **desinteresse**. Apesar de ser uma área encantadora, fatores derivados da sua atuação, construíram uma relação insatisfatória, fazendo desaparecer o entusiasmo inicial com a profissão.

Um dos principais pontos negativos apresentados, e responsável por contribuir para uma visão negativa a respeito do ofício, é a falta de oportunidades e a grande dificuldade em encontrar trabalho na área, ou seja, o **desemprego**. Alguns se expressaram, com frustração, por não terem conseguido oportunidades interessantes de trabalho, e por não terem alcançado o reconhecimento, principalmente financeiro, através do ofício do arquiteto urbanista. O retorno econômico parece não condizer com as expectativas, além da constante instabilidade nos ganhos, por serem, em sua grande maioria, profissionais liberais.

Figura 4. Principais motivações e desafios da profissão do arquiteto.



Fonte: Elaborado no site Mentimeter, modificada pelo autor

A Figura 13 apresenta o resumo visual das principais motivações e desafios da profissão do arquiteto urbanista no Brasil, de acordo com as respostas dos participantes da pesquisa online.

No Censo CAU/BR (2022), uma das questões tinha a intenção de descobrir os maiores obstáculos que os indivíduos consideram no exercício da profissão de arquiteto urbanista. 79% das respostas indicaram que existe uma baixa valorização vinda pela sociedade, 61% mencionou que a má remuneração é um dos principais estorvos para os atuantes da área, e 35% afirma que não possui acesso ao mercado de trabalho.

Gráfico 7. Principais obstáculos da profissão do arquiteto.



Fonte: CAU/BR 2020 modificado pelo autor.

Corroborando com os obstáculos apresentados, a análise de dados relativos ao número de pesquisas na plataforma Google sobre o termo ‘arquiteto’ no Brasil, nos últimos 5 anos, a palavra “salário” aparece em terceiro lugar entre os principais tópicos pesquisados, perdendo apenas para “arquitetura” e “atividade”. Com relação às principais consultas relacionadas, a pesquisa por: “quanto ganha um arquiteto”, se encontra na 5ª posição, apenas atrás de: “arquitetura”; “engenheiro”; “engenheiro arquiteto”; e “o que é arquiteto”, dando sinais de que o retorno financeiro dessa profissão é um tema de extrema importância, assim como provavelmente aconteça com outras profissões.

Neste capítulo, conclui-se que paira sobre o profissional de arquitetura e urbanismo, uma complexidade de perspectivas em torno de sua definição, tendo sido possível construir um panorama das motivações, desafios e aspirações, que formam esse profissional na atualidade. Percebe-se um quadro de valorização do eventual impacto social positivo do ofício da arquitetura e urbanismo, e também a compreensão do desestímulo frente ao mercado de trabalho.

O reconhecimento do arquiteto urbanista não apenas como técnico, mas sim como um agente social transformador, que tem direta influência na qualidade de

vida das pessoas se mostra como essencial, para alguns dos entrevistados. Percebe-se que, por mais que não seja unanimidade, dentro da literatura, existe também uma parcela que se reconhece dessa forma.

Pode-se tomar como evidência também, que a motivação principal por parte desses profissionais, como em qualquer outra área, é o interesse em ter um **retorno financeiro**, o que explica a frustração frente à profissão, advinda de dificuldades de integração ao mercado de trabalho, já elencados no capítulo 3. Esse desejo em alcançar sucesso financeiro, acaba por direcionar majoritariamente esses profissionais para as vertentes mais tradicionais do seu campo de atuação, como a própria arquitetura de interiores. Esse movimento pode explicar o desencontro entre os profissionais da área e a população de baixa renda, ao se propagar altos valores por seus serviços, que constroem o imaginário de um profissional caro.

O próximo capítulo tratará de entender a construção do arquiteto urbanista no imaginário coletivo, perante a sociedade: os olhos dos clientes ou de possíveis usuários dos serviços desse profissional.

## Capítulo 5: Como o arquiteto urbanista é visto

Com a intenção de colher a percepção da sociedade em relação aos arquitetos urbanistas, neste capítulo serão exploradas diferentes perspectivas e estereótipos associados a essa profissão. Introduce-se um dos principais motivos do distanciamento desse profissional com grande parcela da sociedade: a falta de conhecimento das vantagens advindas da contratação de arquitetos urbanistas, assim como o pretoso alto custo dos serviços, advindo desses estereótipos. A análise da visão habitual sobre esse sujeito justifica o título desse capítulo.

Parte dessa discussão permeia relações de poder. O poder é frequentemente resultado de práticas de natureza liberal, que operam em vários setores, mas que, diariamente, ocorrem como ações conscientes, de indivíduos, que perpetuam a manutenção e reprodução da opressão. Isso significa que os processos normais da vida cotidiana, são responsáveis por gerar uma opressão estrutural, em grande parte, devido às nossas identidades estarem vinculadas ao que os outros enxergam a nosso respeito, no processo de segmentação e criação de estereótipos.

Porque as nossas identidades são definidas em relação à forma como os outros nos identificam, e eles o fazem em relação a grupos que estão sempre associados a atributos, estereótipos e normas específicas (Young, 1990, tradução nossa).

O processo de investigação desses estereótipos na arquitetura e urbanismo, será atravessado pela baixa representação de minorias sociais na profissão, evidenciando os desequilíbrios de gênero e raça, assim como, destacando a importância da mídia na construção desses simbolismos. A construção estereotipada dos arquitetos urbanistas acaba por desenvolver consequências positivas e/ou negativas, na atuação desses indivíduos. Essas visões buscam a construção de um olhar integral sobre esse profissional, que podem elencar pontos de afastamentos quanto a sua função social.

Financeiramente falando, a visão que se tem do arquiteto urbanista se tornou um dos empecilhos que dificultam o mercado da arquitetura e urbanismo, está posta uma referência mítica: o arquiteto é um profissional caro. Através de uma pesquisa realizada pelo CAU/BR (2015), que tinha como objetivo colher as percepções da sociedade sobre a profissão do arquiteto urbanista, foi descoberta que “A principal

razão para não contratação dos serviços de arquiteto e urbanista é de **natureza financeira**” (CAU/BR, 2015), demonstrando uma visão distorcida, segundo o CAU, quanto ao custo dos serviços de um arquiteto. Entretanto, essa afirmação pode ser polêmica, afinal, no liberalismo, quem determina seus valores é o mercado, ou seja, esses valores podem se apresentar inacessíveis para parte da população, principalmente, no Brasil que possui cerca de 30% de sua população em estado de pobreza (IBGE, 2021). O que é acessível para uma fatia da população, pode representar um grande contingente financeiro para outra.

Além disso, o segundo ponto apresentado como determinante para a não contratação do arquiteto, está assentada na ideia de ‘não necessitar’ desse profissional. Muitos por não possuírem a necessidade de construir ou reformar, mas alguns por acreditarem que a obra é pequena ou a ação é pouco relevante para justificar o custo da contratação de um profissional. A partir desse ponto, pode-se identificar o desconhecimento das vantagens advindas de contar com um profissional da arquitetura, auxiliando na execução de obras, ou mesmo uma visão errônea ou subestimada das suas funções.

O mito em torno desse sujeito está diretamente ligado a uma construção de identidade social, baseada e sedimentada por ‘estereótipos’. Esta questão será analisada a partir do conceito baseado na relação de poder, explorado pela socióloga Iris Maryon Young (2014), em seu livro ‘Justice and the politics of difference’, com a Teoria das ‘*Five Faces of Oppression*’, que em tradução livre significa: “As cinco faces da Opressão”, onde ela nomeia cinco categorias: exploração, marginalização, impotência, imperialismo cultural e a violência.

No caso do imperialismo cultural, segundo Young, as classes dominantes podem determinar como outros são interpretados, principalmente, quando se trata daqueles em posição de impotência. Isso ocorre por meio de estereótipos reproduzidos pela mídia, pela tipificação e por exercícios de poder, que classificam e determinam onde se encaixam os indivíduos, ao segregá-los por gênero, raça, origem social ou nacionalidade.

Na tentativa de compreender como são categorizados os arquitetos urbanistas dentro desse processos de estereotipação, foi realizada uma pesquisa para identificar quais são os símbolos atrelados a esse sujeito, não somente os relacionados à noção de poder ou quanto à sua contratação. Por meio de

ferramentas de busca da *internet*, buscou-se criar um banco de signos diretamente conectados a esse grupo e, assim, desconstruir estereótipos.

Para abordar o tema, precisa-se configurar um estereótipo. Juntamente com as normas, os estereótipos orientam os indivíduos, especialmente na busca de “economia”, agilizando o processo de percepção. Segundo Maria Aparecida Baccega (1998), docente em Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da USP, há uma clara distinção entre conformidade e conformismo, amarrado ao uso do estereótipo. No primeiro caso, o indivíduo o utiliza como dispositivo para acelerar e garantir o êxito em interações sociais. Enquanto que, no conformismo, esse indivíduo se torna refém de uma visão limitada, o que é perigoso, pois impede a inclusão de outros sujeitos na sociedade.

Esses dispositivos sociais são criados do estranhamento, a partir da associação de signos, o indivíduo pode se familiarizar ao ‘novo’, ou melhor, do ‘distante’. A linguagem verbal ou escrita, limitada em palavras, que definem fatos sociais, acaba por criar estereótipos. Baccega (1998) elucida esse artifício assim:

Que quando não conhecemos alguma coisa que se coloca em nosso mundo já estruturado, nós a vemos como um borrão, uma mancha, a qual preenchemos com nossos significados. Procuramos distinguir os elementos de que ela se compõe, ou seja, recortamos e damos significado às partes, de acordo com a visão de mundo que carregamos (Baccega, 1998, p. 10).

O malefício desse mecanismo semiótico surge quando são desenvolvidas visões distorcidas, e essas, são adotadas como verdades absolutas. Os meios de comunicação, na atualidade, detém o poder de contar uma ‘realidade’, que frequentemente está impregnada de estereótipos, uma versão editada do que é real. Isso pode contribuir para construção de juízos de valores preestabelecidos e preconceitos, que são base para acometimento de injustiças sociais, prejudicando, habitualmente, grupos que representam as chamadas minorias. Na busca da elaboração de um perfil de um sujeito, como é o caso deste trabalho, considerar os estereótipos, refletir de maneira crítica sobre eles e, principalmente, extrapolar limites de padrões preconcebidos, foi uma tarefa obrigatória.

### **5.1 Olhares da mídia**

Neste âmbito, desenvolveu-se uma análise quantitativa, observando *sites* de bancos de imagens, frequentemente utilizados, como suporte para o mundo da

publicidade, que servem como exemplos de comunicação e do que é disseminado pela indústria da informação. A partir desses acervos, foi possível identificar as principais figuras relacionadas a esse profissional, diante de uma pesquisa pela palavra-chave 'arquiteto'.

Os *sites* analisados foram o 'Pexels', 'Pixabay' e a ferramenta de pesquisa de imagens da plataforma 'Google'. Neles, foram coletadas as quantidades de figuras, que apresentam uma representação direta de uma raça, aquelas que identificam com clareza uma figura humana, a quantificação de gênero, e também as imagens que não continham pessoas, mas sim elementos que podem ser relevantes quanto à identificação dos signos. Importante salientar que, para determinar tipos de raças, o autor se apegou a estereótipos relacionados à cor de pele e traços físicos.

No primeiro *site* citado, foram analisadas, no total, as 130 primeiras imagens que surgiram, como resultado da busca pela palavra chave mencionada. Dessas, somente na 14ª foto pôde se notar uma representação de pessoa de pele parda e, ao todo, foram quantificadas 13 pessoas que poderiam ser consideradas como negras, além de 2 figuras representativas que seriam classificadas como amarelas. Ainda, 31 do total de 67 figuras humanas, eram mulheres.

No *site*, Pixabay, das 102 fotos analisadas, 33 representavam figuras humanas, das quais apenas 3 eram homens negros e entre elas, 6 mulheres. Já na aba de pesquisa específica para imagens da Google, as primeiras 140 imagens que surgiram na busca pelo termo 'arquiteto' apresentaram 3 pessoas de pele negra, dentre elas 1 mulher. No total, foram 55 imagens que representavam figuras humanas, sendo 28 mulheres.

Observa-se, diante desses números, uma supremacia branca e de pessoas do sexo masculino, em suma, jovens ou adultos. Comparando com os dados quantitativos apresentados pelo Censo do CAU/BR (2020), a presença majoritária de homens não apresenta concordância com o perfil geral do arquiteto brasileiro.

Os elementos relacionados com arquiteto que se repetiram em todas as buscas, em diferentes níveis quantitativos, mas com grande relevância de representação nas três páginas *on-line* de pesquisa, foram: plantas baixas; lápis, canetas; maquetes; compassos; paleta de cores; casas; capacetes (EPI); desenhos ou croquis; prédios; computadores; esquadros; e fitas métricas. Signos que, de fato, estão presentes dentro da carreira de um arquiteto urbanista, mesmo que seja

durante o período de formação na universidade. Como pode ser observado na Figura 5:

Figura 5. Signos atrelados ao arquiteto e urbanista brasileiro.



Fonte: Elaborado no site Mentimeter, modificada pelo autor

Os lápis, canetas, compassos, esquadros, são instrumentos que esse profissional utiliza para desenvolver os desenhos e croquis, afinal, uma das principais linguagens desse profissional é a representação gráfica. A paleta de cores, pode ser considerada também um agregado, no contexto apresentado anteriormente, mas cumpre a função de ser um acessório complementar para os arquitetos que atuam, principalmente, na área de interiores. As plantas baixas e as maquetes fazem parte da linguagem técnica, utilizada por esses sujeitos, para representar graficamente os edifícios que, em geral, são considerados como seus produtos, quando se trata da área da construção civil. As fitas métricas (trenas) acompanham o processo de elaboração de projetos, desenvolvidos por arquitetos urbanistas. Já os capacetes, acompanham esses indivíduos durante o monitoramento de obras. Eles são Equipamento de Proteção Individual, obrigatório, não só para arquitetos urbanistas, mas todos os profissionais, inseridos em um ambiente de construção civil. Por fim, o computador está correlacionado com

inúmeras ocupações na atualidade, por ser uma das ferramentas laborais mais importantes, no mundo conectado. Para os arquitetos urbanistas, o computador cumpriu o papel de substituir o desenho feito a mão, ao proporcionar a utilização de programas computacionais que desempenham a mesma função que o papel, a caneta nanquim e a lapiseira, já desempenharam. Ou seja, “[...]o projeto de arquitetura já não se faz sem a ajuda do computador como instrumento básico de trabalho” (Segnini, 2002, p. 24 e 25).

## **5.2 Olhares da crítica**

A partir de outro olhar, existem alguns nomes de arquitetos urbanistas famosos que constroem um valor de referência para a população brasileira, ou pelo menos, para grande parte dela. A visibilidade desses arquitetos ‘renomados’ afeta a percepção pública sobre a arquitetura, seja na elaboração de uma identidade cultural, formando um imaginário coletivo, mas também moldando uma imagem popular sobre a profissão. Afinal, são eles que estampam a mídia.

Esse estereótipo exalta uma questão de gênero muito forte na profissão dos arquitetos urbanistas. Vários fatores históricos, sociais e culturais contribuem para uma visão desequilibrada a respeito desse sujeito. Essa afirmação foi reiterada, pela observação de listas de arquitetos, que podem ser considerados como detentores de relevância, a partir de páginas da *internet* focadas na arquitetura.

A LAART, por exemplo, é uma galeria de arte *on-line* que oferece um acervo de gravuras, e que possui mais de 40 anos de atuação. Em 2020, ela publicou uma lista, com nove nomes, declarando serem os arquitetos mais famosos do Brasil, e justifica sua curadoria, afirmando que são profissionais que marcaram a história, por suas obras refletirem criatividade e engenhosidade. Essa lista é composta por: Isay Weinfeld; Lina Bo Bardi; Lúcio Costa; Marcio Kogan; Oscar Niemeyer; Paulo Mendes Rocha; Roberto Burle Marx; Rosa Kliass; e Ruy Ohtake (Agência PAPOCA, 2020).

Oito nomes também surgem na plataforma de decoração, design de interiores e arquitetura, chamada Viva Decora, nascida em 2014, com objetivo de fornecer um espaço que ajude o consumidor desde: adquirir inspiração, contratar profissionais e até comprar objetos de decoração. São esses: Paulo Mendes da Rocha; Lina Bo Bardi; Oscar Niemeyer; Lucio Costa; Isay Weinfeld; Márcio Kogan; Roberto Burle Marx; e Rosa Kliass (Viva Decora, 2017).

O Centro Universitário do Sul de Minas (UNIS) também decidiu listar os arquitetos mais relevantes e publicou cinco grandes nomes da arquitetura, os quais a instituição define como ‘nomes icônicos’, com um legado importante ligado a construções e edificações. Esses são: Oscar Niemeyer; Paulo Mendes da Rocha; Lina Bo Bardi; Lucio Costa; e Vilanova Artigas;

Outra página que elencou os arquitetos foi a ‘Momento Decor’, coluna diária que apresenta dicas e matérias sobre o mundo da arquitetura, escrito por Roberta Drummond (arquiteta urbanista), para o portal de notícias Folha Vitória. Nessa seleção, foram apresentados dez dos arquitetos mais pesquisados pelos brasileiros, na maior plataforma de busca, o Google. Foram eles: Oscar Niemeyer; Lucio Costa; Paulo Mendes da Rocha; Marcio Kogan; Heitor da Silva Costa; Lota de Macedo; Arthur Casas; Vila Nova Artigas; Isay Weinfeld; e Ruy Ohtake (Drummond, 2022).

A partir dessa pequena busca, conclui-se que os nomes mais reconhecidos da arquitetura brasileira estão concentrados em arquitetos que têm relevância, a partir de suas obras arquitetônicas, ou seja, são suas obras que os transformaram na cara da arquitetura brasileira. Seja por curadoria de reconhecimento de relevância histórica, ou por sua ousadia projetual, são nomes que se repetem com frequência entre essas listas.

Figura 6. Arquitetos mais conhecidos do Brasil.

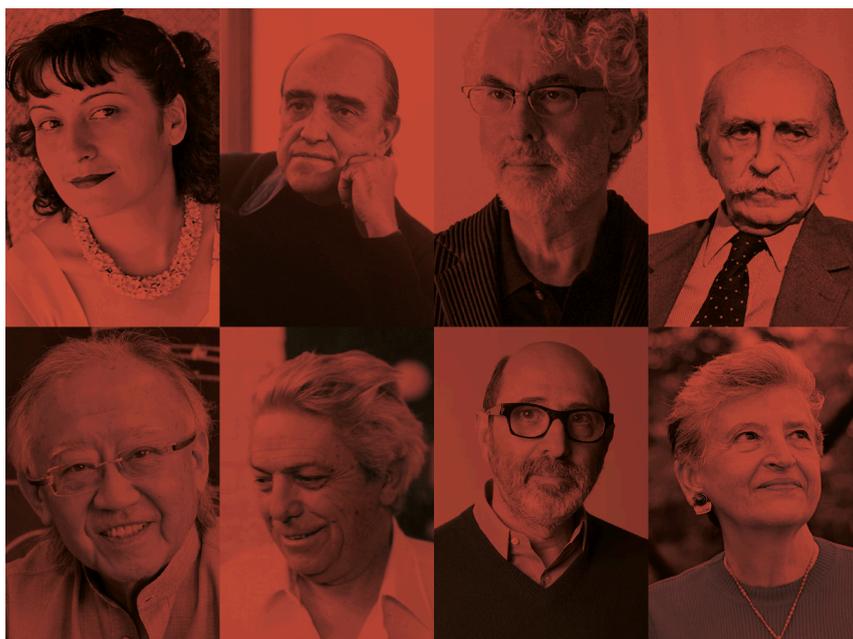
**ROSA KLIASS**  
**MÁRCIO KOGAN**  
**ROBERTO BURLE**  
**MARX LINA BO BARDI RUY OHTAKE**  
**OSCAR NIEMEYER**  
**LUCIO COSTA ISAY WEINFELD**  
**VILANOVA ARTIGAS**

Fonte: Elaborado no site Mentimeter, modificada pelo autor

Oito nomes podem ser resultado desse compilado, considerando as repetições e indícios, captados pelo cruzamento das listagens consideradas,

representados na Figura 7. Como o objetivo dessa etapa da pesquisa é a construção de um perfil do arquiteto urbanista a partir de características físicas, não se atenta às obras ou o que justifica a importância desses arquitetos para o país. Dentre esses nomes, apenas duas mulheres se encontram na lista. É importante salientar que apesar delas aparecerem nesse recorte, elas não aparecem na relação de nomes mais pesquisados.

Figura 7. Imagens dos Arquitetos mais conhecidos do Brasil



Fonte: Figura do autor, a partir de Google Imagens.

Diante dessa amostra (Figura 6) é perceptível que de oito nomes, apenas dois são mulheres, e todos são brancos. Ou seja, a figura mais conhecida pelos brasileiros da representação de arquitetura brasileira está concentrada na imagem de um homem branco.

Em 2009, a Comissão Temporária de Equidade de Gênero do CAU/BR, foi criada na perspectiva de mudar as condições discrepantes entre os gêneros no trabalho formal. Realidade não muito diferente do que a sociedade brasileira apresenta em outros âmbitos, a Comissão pretende reivindicar ações, que busquem a equidade, dentro da profissão da arquitetura e urbanismo. Dessa maneira foi desenvolvido o “1º Diagnóstico de Gênero na Arquitetura e Urbanismo”, divulgado em julho do mesmo ano, comprovando um abismo entre as condições, no âmbito profissional e privado, entre homens e mulheres. Nesse documento, que reuniu

respostas de 987 profissionais, dentre eles 767 mulheres e 208 homens (CAU/BR, 2019), dois tópicos do diagnóstico representam a razão da figura do profissional da arquitetura ser construída sobre a imagem masculina, apesar de numericamente ser feminina. São elas: “trabalho e carreira” e “reconhecimento”.

Com relação ao “trabalho e carreira”, o diagnóstico demonstra que apesar de, majoritariamente, o número de mulheres ser maior que de homens, 28% dos homens contra 22% de mulheres, são proprietários ou sócios de empresas. Enquanto o número de mulheres é maior nos ambientes de trabalho, os cargos de chefia são mais ocupados por homens. Entendendo que os arquitetos urbanistas são conhecidos pelas obras que os precedem, se os homens são a maioria, em cargos de chefia, as obras arquitetônicas são mais vinculadas a homens, do que a mulheres. Em termos de “reconhecimento”, as vitórias, em premiações, estão mais concentradas entre o gênero masculino que o feminino, nesse caso, ressaltando que a visibilidade do arquiteto urbanista ‘renomado’ também se concentra na figura masculina. Ou seja, apesar dos esforços do movimento feminista e de uma porção mais que significativa de mulheres na profissão, ainda se faz necessária a aplicação de políticas de equidade, para garantir melhores condições para as profissionais, não apenas nesse campo, mas como em todo o mercado profissional, como salienta Glaucy Gomes, que reconhece o crescimento de profissionais do gênero feminino, desde os anos 1970, mas reitera que:

[...] essa inserção se deu acompanhada de muito preconceito, discriminação e precarização do trabalho feminino, que ainda lida diretamente com desigualdades salariais e de colocações, além das diferentes formas de execução e valorização de um mesmo trabalho, podendo ser mais ou menos apreciados a depender do sexo/gênero de quem o estiver executando (Gomes, 2021, p.2).

O estudo também aponta outras questões danosas, referentes às mulheres na profissão, que aqui não serão aprofundadas, porém merecem atenção, como o fato de que os homens atuam mais em áreas de suas preferências do que as mulheres. Além do que a maioria desses profissionais são brancos, um fator que também se soma ao fato de que as mulheres negras são as mais precarizadas na profissão. Essa é uma tendência negativa que está implantada na sociedade brasileira por diversas gerações: “O retrato das desigualdades raciais é visível, quando temos a renda média das mulheres, especialmente a das negras, que continua muito inferior não só em relação à dos homens, como também em relação

à das mulheres brancas” (Madeira e Gomes, 2018). Uma realidade mercadológica racista refletida nos olhares da população, o que explica a não presença de nenhum arquiteto urbanista negro em nenhuma das listas apontadas. O mesmo olhar se manifesta em relação a outras minorias, seja ela de gênero ou racial/étnica, hostilizada por essa visão conservadora, como é o caso dos agêneros, transexuais e da população indígena.

Nesse ponto, reconhecer que o olhar sobre a profissão se concentra em poucos nomes famosos produz uma visão limitada e estereotipada da profissão, o que acaba por invisibilizar a pluralidade existente.

### **5.3 Olhares da bolha**

Retomando a questão da figura construída pela mídia, para representar os estereótipos dos profissionais de arquitetura e urbanismo, é de relevância compreender que a população em geral não corresponde aos conteúdos midiáticos, de maneira direta e predeterminada. Isso, “porque as relações entre os meios de comunicação e seu público não podem ser isoladas de uma série de influências e variáveis que compõem o horizonte cognitivo e político dos indivíduos.” (Biroli, 2011, p.87). Nesse caso, é preciso assimilar outros signos, marcados pelas trajetórias dos indivíduos, que são codificados em processos cognitivos, e resultam na construção de um estereótipo, ou mais de um. Entretanto, isso não atenua o poder das mídias em produzir uma imagem, padronizada, sobre qualquer grupo social, mas sim que outros fatores caminham, paralelamente, apresentando influências sobre a visão dos indivíduos, em diferentes proporções.

Além disso, o efeito do que é difundido depende dos segmentos do público que a ele estão expostos, em suas variações socioeconômicas, de gênero, de raça, de faixa-etária, no nível educacional, nas crenças e afiliações religiosas, local de habitação, padrões das relações familiares, entre outros aspectos (Biroli, 2011, p.88).

Imerso nessa lógica, surgiu a necessidade de aprofundamento sobre a visão estereotipada do arquiteto urbanista na sociedade, analisando outras metodologias, com potencial de complementar o que já foi demonstrado, através da análise de banco de imagens. Sendo assim, foi desenvolvida uma pesquisa quantitativa, em modo de enquete, na rede social ‘Instagram’, baseada em um processo de gamificação da pergunta ‘Quem é o arquiteto?’. Um comparativo entre arquétipos da

figura que melhor representa o sujeito arquiteto urbanista dentro de uma visão estereotipada.

O nome ‘olhares da bolha’ surge do público alcançado na pesquisa, diverso, mas ao mesmo tempo restrito, afinal se assemelham por um vínculo pessoal, nesse caso a conta privada do autor desta dissertação na rede social mencionada. Por obviamente se tratar de uma análise dentro de um grupo nichado, existe aqui um objetivo complementar da pesquisa e não definidor ou exclusivo. Dentro da bolha, se nota um descolamento dos estereótipos frutos de uma construção social midiática, como nos dois primeiros ‘olhares’. Sendo sua relevância justificada, por ser promotora da quebra de expectativas e de um novo olhar sobre o sujeito.

Figura 8. Enquete 1 de ‘Quem é o arquiteto?’.



Fonte: Figura do autor.

Na primeira enquete (Figura 8) foi ilustrada uma mulher asiática, uma jovem parda, um homem preto e uma mulher branca loira. De 252 respostas, 113 votaram na ilustração de número 2; 72 optaram pela ilustração de número 1; 34 votos na de número 4; e 33 na de número 3. A mais votada desta enquete foi a de número 2 com 45% do total de votos, enquanto que a menos votada foi a de número 3 representando 13%. A fim de entender o porquê da ilustração 2 ser a mais votada, assim como nas análises seguintes, foi feita uma indagação a algumas pessoas, que consistia em: O que você considerou para escolher esses avatares como um arquiteto? Qual a relação que você criou entre arquitetura e esse sujeito? Além disso, foi pedido que informassem seus dados pessoais: idade; identidade de gênero; raça/cor; Estado em que reside; e nível escolar que, na visão do autor,

seriam relevantes para refinar o juízo, sobre esse olhar estereotipado acerca dos profissionais da arquitetura e urbanismo.

Uma mulher de 28 anos, branca, residente no Espírito Santo, graduanda, declarou que os óculos foram determinantes para transmitir a sensação de uma *pessoa estudiosa, focada*, que segundo a entrevistada seria capacitada para realizar projetos e buscar soluções. Uma outra mulher, de 28 anos, branca, do Mato Grosso, com pós-graduação, respondeu que o estilo, óculos e acessórios foram os que balizaram a sua opção na escolha do avatar 2. Para um homem, de 25 anos, branco, residente de São Paulo, graduando, as opiniões anteriores sobre o uso de óculos e os cabelos longos, foram também decisivos na sua escolha. Ele completa afirmando que o avatar 2 apresenta uma imagem comum, de arquitetas que se dedicam a um canal na plataforma do Youtube, ou com um perfil na rede social Instagram, ou seja, *engajada na internet*. Além desses, um homem, de 34 anos, declarado pardo, residente em Alagoas, com ensino superior completo, descreveu que o olhar jovem e novamente os óculos, de formato atualizado, fazia com que ele remetesse esse avatar a uma pessoa de *perfil criativo*, que logo, associou a uma arquiteta.

Figura 9. Enquete 2 de 'Quem é o arquiteto?'



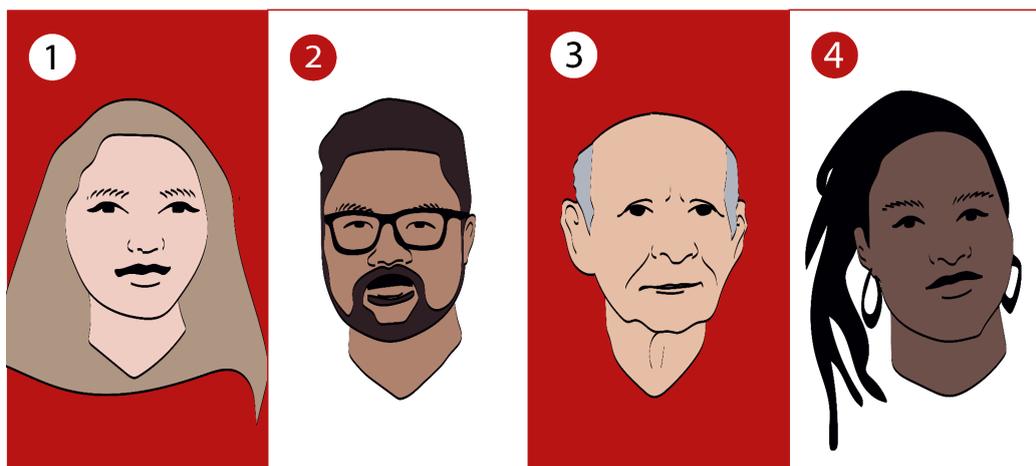
Fonte: Figura do autor.

Na enquete de número 2 (Figura 9), foram obtidos 260, com predominância de escolha no avatar indicado pelo número 2, que representava um homem jovem de barba, branco e loiro, com 55% do total de votos, com um número de 143 votos. A mulher grisalha, mais velha, comparando com os demais avatares, mas branca,

recebeu 55 votos (21%). O jovem preto de cabelos crespos obteve 38 votos (15%); e a mulher jovem, branca, de cabelos castanhos ondulados, recebeu 24 votos (9%).

Para uma entrevistada, mulher, de 28 anos, branca, residente em Santa Catarina, pós-graduada, o avatar do jovem branco foi percebido, junto a um outro estereótipo, além do de arquiteto, do que ela chamou de *‘esquerdomacho’*. Ela descreve esse termo como *“o cara que é mais perigoso que o machista declarado. É aquele “desconstruído”, de esquerda, normalmente branco, extremamente “cult” que sabe muito sobre liberdades e etc”* e completa afirmando que esse homem *“vê mulher da forma mais misógina possível. Além disso, costuma ter muitos privilégios e maior poder aquisitivo. Costuma fazer cursos mais elitizados”*. Para o mesmo entrevistado da sessão anterior, de 25 anos, branco e paulista, o que o fez optar por escolher o rapaz loiro como opção de arquiteto foi novamente os óculos. De acordo com ele, os óculos são um denominador comum entre homens que fazem faculdade, principalmente, entre professores, os quais ele caracteriza também como: *em geral são brancos com pelos no rosto*. Uma mulher de 52 anos, branca, residente em Alagoas, com curso superior completo, justifica sua escolha de maneira enfática: *“ele tem cara de intelectual”*.

Figura 10. Enquete 3 de ‘Quem é o arquiteto?’.



Fonte: Figura do autor.

Já na enquete de número 3, o título de arquiteto foi disputado por uma jovem loira, branca; um homem com traços orientais, barba, pardo e de óculos; um homem idoso, branco; e uma mulher preta, jovem e com *dreads*. O avatar número 3 foi o mais escolhido com 114 votos (45%) dos 253 votos. O segundo lugar foi

praticamente um empate entre ficou os avatares número 1 e número 4, com 54 votos (21%) e 56 votos (22%), respectivamente. O avatar de um homem idoso, recebeu 29 votos, representando 11% do total.

Por conta dos óculos, cabelo moderno e barba, foi a justificativa da escolha de um homem de 30 anos, branco, com ensino superior incompleto, residente no Estado do Rio de Janeiro. Enquanto isso, uma mulher de 29 anos, parda, alagoana, graduada, declarou ser difícil descrever o que a levou a optar pelo avatar de número 2. Por fim, concluiu que os óculos e a barba refletem nela a imagem de *uma pessoa inteligente*.

Figura 11. Enquete 4 de 'Quem é o arquiteto?'.



Fonte: Figura do autor.

A quarta enquete retratou pessoas com as seguintes características: uma mulher jovem, parda, de cabelos ondulados castanhos; um homem jovem, cabelos pretos, branco; um outro adulto, branco, de barba e cabelos castanhos claros; e o último avatar, uma mulher, jovem, branca, provavelmente muçulmana, por trajar um *hijab*. O mais votado foi o avatar 1 que recebeu 111 indicações, 44% dos perfis consideraram ser uma arquiteta. Em segundo lugar, ficou o avatar número 3, com 71 votos (28%) e em terceiro o avatar de número 2, recebendo 54 votos (22%), e por último, o avatar de número 4 recebeu apenas 14 votos (6%) dos 250 no total.

O homem paulistano que participou da pesquisa, já mencionado, declara: é uma mulher com “sidecut” (um tipo de corte de cabelo) e que se assemelha às arquitetas que ele vê “*inseridas em temas mais sociais e em escala urbana*”. A mulher de 52 anos, alagoana, completa a definição, defendendo que a avatar mais

indicada é *uma mulher estilosa* e isso foi suficiente para ter a feição de uma arquiteta.

Figura 12. Resultado das enquetes de 'Quem é o arquiteto?'



Fonte: Figura do autor.

A Figura 11 apresenta uma síntese dos perfis físicos escolhidos para um arquiteto. A pesquisa foi realizada em uma bolha social, restrita às redes sociais do autor, onde um conjunto de, em média 250 pessoas, de características diversas identificaram, ou melhor, relacionaram a figura física do arquiteto a rostos ilustrados. Duas mulheres e dois homens, com três dos avatares apresentando traços de pessoas pardas e apenas um branco, todos jovens e coincidentemente, três, possuindo como adereço: óculos de grau. Portanto, a visão desse grupo de pessoas difere do que a mídia apresenta como opções de perfis do sujeito arquiteto, assim como do perfil concebida, baseada nos dados demográficos coletados no capítulo 3.

A partir desse experimento, uma das impressões que se pode tirar das relações entre estereótipos, mídia e exercícios de poder, é que o discurso midiático, não possui completo domínio sobre a construção imagética de um sujeito. Apesar de ter grande relevância e possuir o poder de propagar estereótipos, esses estão naturalizados com características, às vezes distintas, ao serem percebidos por diferentes grupos sociais.

Os estereótipos colaboram, assim, para que o noticiário atravesse a complexidade dos processos de formação das identidades sem problematizá-los, ao dispor essas identidades como dados objetivos, a partir de valores morais naturalizados (Biroli, 2011, p.94).

Nesse ponto, nota-se a importância de que a mídia abranja as expressões variadas dos profissionais de arquitetura para, de fato, expressar a realidade dessa classe que, segundo percepções ainda que estereotipadas, porém mais reais, entendem esse sujeito de maneira diversa. De qualquer maneira, qualquer classe de indivíduos está sujeita à estereotipação, por ser um mecanismo adotado como facilitador de fácil disseminação, principalmente utilizado pela mídia, cabendo-lhe propagar modelos que “não se restrinjam a uma versão coerente e linear dos grupos sociais e das relações de poder em que se inserem”(Biroli, 2011, p.95).

Quanto aos signos absorvidos pela enquete, a Figura 12 apresenta um panorama que sintetiza as falas e as percepções extraídas pelas respostas.

Figura 13. Signos extraídos das 4 enquetes ‘Quem é o arquiteto?’.

**INTELECTUAL  
MODERNO  
ESTUDIOSO ÓCULOS  
ESTILOSO**

Fonte: Elaborado no site Mentimeter, modificada pelo autor.

A ideia de relacionar arquitetos a pessoas inteligentes pode estar conectado com a complexidade e multidisciplinaridade envolta na profissão, como já foi percebido nesta dissertação. Uma das conexões que pode justificar esta relação seja a de reconhecer o conhecimento técnico dos profissionais, ao relacionar o título como representação de sapiência, assim como atribuir a esses sujeitos um pensamento criativo, ou mesmo, sua aptidão para resolução de problemas.

Os óculos de grau foram um signo que teve grande impacto visual na enquete, ao ser ponto chave na escolha de três dos quatro avatares mais votados. Todas as figuras humanas que o possuem como adereço foram selecionadas,

relacionado com mais um estereótipo cultural que associa esse objeto à 'inteligência'.

Basicamente, três dos signos elencados: óculos de grau, intelectual e estudioso, convergem para uma base similar, a de que parte da população brasileira enxerga o arquiteto como detentor de saber, que é ponto em comum com qualquer outra profissão de nível superior que, notoriamente, exige muita dedicação e disciplina.

Outra vertente encontrada foi o paralelismo entre os arquitetos e pessoas com estilo, de caráter contemporâneo, neste caso com respeito a características físicas, representando o que seria um pensamento "fora da caixa" em pessoa, ou alguém que acredita em ideias progressistas, que estão a frente do seu tempo, e portadoras de uma mente criativa. Já que, também como visão estereotipada, uma pessoa considerada com estilo, pelo senso comum, é aquela que pode se expressar de maneira autêntica, utilizando a moda como linguagem ou, até mesmo, que apresenta senso estético apurado.

O fato é que a profissão da arquitetura e urbanismo está conectada a uma ideia de senso estético forte, a arte por si só possui esse apelo. Não foi apenas pelas técnicas similares que a arquitetura foi, por muito tempo, e ainda é considerada, por muitos, como uma expressão artística, afinal partilha o recurso da estética como uma de suas portas de entrada, como aptidão vinculada à profissão.

Embora os estereótipos associados à imagem do arquiteto urbanista se assemelham ao perfil real em termos de raça e faixa etária, ele destoa quanto ao seu gênero. Isso pode ser percebido logo nas primeiras pesquisas, as quais tinham como base fundamental a propagação de um discurso midiático. Seja por uma construção idealista conservadora da supremacia branca e patriarcal, como pode ser notada pelos 'olhares da mídia'; ou por ser representação da realidade, embasada no reconhecimento social e nas relações de poder que, ainda mantém, no topo da pirâmide estratificada, o homem branco heterossexual.

Por outro lado, a ascensão das redes sociais e o acesso facilitado à internet, proporcionam um alcance da informação sem precedentes. A partir dessas plataformas digitais, uma pluralidade de indivíduos podem obter conhecimento, e também compartilhar vivências, de maneira eficiente, através de uma tela de celular. Essa diversidade, permitida pela internet, possibilita reconhecimento a esses grupos de diferentes identidades e opiniões.

É o conceito da multimídia que estende o domínio da comunicação, representando um grande potencial para considerar inovações, combinadas em diferentes contextos, sociais, técnicos, culturais, estabelecendo uma relação híbrida, ou melhor, “uma escala aberta de possibilidades” (Regattieri, 2015, p.6). Essa união de diversas visões e narrativas, agora, de fácil acesso, possibilita dar espaço à pluralidade, a qual Manuel Castells (1999) em sua obra ‘A sociedade em rede’ descreve:

[...]talvez a característica mais importante da multimídia seja que ela capta em seu domínio a maioria das expressões culturais em toda a sua diversidade. Seu advento é equivalente ao fim da separação e até da distinção entre mídia audiovisual e mídia impressa, cultura popular e cultura erudita, entretenimento e informação, educação e persuasão. Todas as expressões culturais, da pior a melhor, da mais elitista a mais popular, vêm juntas nesse universo digital que liga, em um supertexto histórico gigantesco, as manifestações, passadas e futuras da mente comunicativa. Com isso, elas constroem um novo ambiente simbólico. (Castells, 1999, p. 458).

A visão de massa baseada em senso comum está, gradualmente, se tornando “coisa do passado”, com suas ressalvas. Mesmo que, em passos lentos, a democratização da informação, vem permitindo “limpar” as lentes do mundo, para enxergar novos simbolismos e construir diferentes relações sobre os signos, como no caso do arquiteto urbanista. Graças a isso, novas impressões, ainda que estereotipadas, possibilitaram que indivíduos pudessem selecionar negros, entre brancos, como arquitetos, como aconteceu na pesquisa apresentada neste capítulo. Desta forma se amplia a visão do arquiteto urbanista brasileiro que, em proporções numéricas, é uma mulher jovem branca, mas que se apresenta, também, como um homem pardo de óculos ou uma mulher de feições contemporâneas.

Diante desse panorama, a visão estereotipada dos profissionais pode ser um fator que obscurece a pluralidade dessa área, assim como pode ser motivador de afastamento de grande parcela da sociedade. Faz-se necessário reconhecer e desafiar essas associações preconcebidas, para assim permitir alcançar o potencial de que as ações, vinculadas a esse sujeito, tenham um maior impacto social. No próximo capítulo, adicionaremos a análise do que o arquiteto urbanista não vê como possibilidade de atuação, após a visão que exprime sua construção, a autovisão e os olhares exteriores sobre esse agente social.

## **Capítulo 6: O que o arquiteto urbanista não vê**

Após as considerações a respeito de como é o perfil desse sujeito arquiteto urbanista, como ele se enxerga, como os outros o vêem e como, fisicamente, se apresenta, buscou-se analisar as vertentes pouco abordadas sobre esse sujeito: relações de poder e considerações sociais. A intenção de destacar questões pouco abordadas, e aspectos que podem passar despercebidos, na prática cotidiana dos arquitetos urbanistas, justifica o nome desse capítulo.

Existem símbolos de poder que estão firmados na profissão do arquiteto urbanista como um sujeito social. São simbologias invisíveis ao senso comum, mas que precisam ser consideradas, para atingir o propósito de entender suas responsabilidades, e repensar seu papel social.

Neste capítulo serão abordadas ideias de ‘poder simbólico’ desenvolvidas por Bourdieu, identificando as simbologias que compõem o arquiteto urbanista, e as relações de poder que se criam, a partir desses símbolos. Serão consideradas também as ideias de Hilde Heynen sobre o espaço e o papel que ele cumpre na produção e modificação de produções sociais.

O objetivo é demonstrar os diferentes caminhos, dentro da profissão, que a arquitetura e urbanismo permite explorar, apresentando e legitimando possibilidades na carreira pouco disseminadas e, muitas vezes, também invisibilizadas dentro do mercado.

### **6.1 O poder do ‘título’ do arquiteto urbanista**

São muitas as questões que podem ser levantadas a respeito do sujeito arquiteto urbanista. Uma delas é a posição que ocupa na sociedade, as simbologias que vêm atreladas ao ‘status’ de ser considerado um especialista, técnico, ou qualquer outro termo, vinculado ao direito de exercer determinada atividade.

Em conjunto com essa posição social, estão intrínsecas relações de poder de caráter cultural, ou como chamaria Bourdieu (1989), um ‘poder simbólico’, aderido ao sujeito detentor de título, nesse caso, o arquiteto urbanista. Poder que dentro de uma sociedade pode construir uma relação de domínio, “[...] poder significa a probabilidade de impor a própria vontade dentro de uma relação social, mesmo que contra toda a resistência e qualquer que seja o fundamento dessa probabilidade”

(Weber, 1984, p. 43). É possível pensar nas relações de poder a partir do arquiteto urbanista?

O sentido de poder simbólico aqui analisado surge do legado deixado pelo sociólogo francês, ao investigar as questões de classe, buscando entender relações de dominação e desigualdade. O poder que constrói a realidade, institui valores, classificações e conceitos que são invisíveis, apresenta-se de forma anônima aos agentes, dando origem à hierarquia.

É necessário saber descobri-lo onde ele se deixa ver menos, onde ele é mais completamente ignorado, portanto, reconhecido: o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem (Bourdieu, 1989, p. 7-8).

O arquiteto urbanista, assim como outros atores sociais, se encontra na arena, em batalha pela obtenção de controle e diferentes formas de poder.

A luta para elevar ou erodir a classe como a base suprema da percepção e da ação social é travada mais intensamente nas camadas superiores do espaço social, nas quais os detentores das diversas modalidades de capital (econômico, jurídico, burocrático-estatal, religioso, científico, artístico etc.) competem para determinar seu peso relativo e suas prerrogativas (Wacquant, 2013, p.91).

Ao assumir respectivo título de valor social, o indivíduo exerce determinada relação de poder que faz com que lute por manter ou adquirir maiores privilégios, benefícios para garantir a supremacia de classe. O diploma é um dos símbolos que corrobora para a constituição de um sujeito detentor de 'poder'. Esse símbolo de estrutura social legitima capacidade técnica a um indivíduo, tornando-o 'capaz de', e assim, automaticamente, criando os 'não aptos para'. Restringe-se, assim, diversas funções, cargos e atividades, como a de projetar edificações, gerar planos urbanos, entre outras, a um indivíduo considerado detentor de conhecimento, este garantido socialmente por um papel de valor simbólico.

Não necessariamente o diploma garante que um indivíduo detém capacidade para exercer certas tarefas, mas, simbolicamente, define que sim, por isso, sendo vitalício, gera contradições. Abre-se uma lacuna entre a simbologia e a realidade, "Resulta daí a possibilidade de uma defasagem entre as competências garantidas pelo diploma e as características dos cargos, cuja mudança, dependente da economia, é mais rápida" (Bourdieu; Boutansiki, 2002, p. 132). O poder simbólico,

nem sempre, está de encontro com os interesses do poder econômico, apesar de, comumente, caminharem nas mesmas direções e espaços, através dos mesmos agentes. Há características objetivas e simbólicas, específicas para cada sistema, que os diferenciam.

O diploma não é garantia do indivíduo poder ocupar posições hegemônicas na sociedade, diante do grande avanço do capitalismo e as mudanças desenfreadas relacionadas ao mercado de trabalho, exigindo muitas vezes um poder social, atrelado ao simbólico, para garantir a posse dessas posições. Ele ainda possui, emaranhado a si, a simbologia da possibilidade de ascensão social, quando se trata das classes economicamente desfavorecidas, mantendo o valor de 'status' social.

O simbolismo, em torno do diploma, tem por atribuição, poderes simbólicos desenvolvidos pela própria sociedade, são instrumentos de integração nos campos sociais. A relação de poder garantida pelo diploma é soberana, subjuguando interesses individuais e se encontrando em plano institucional.

A ideia do diploma, como instrumento de controle da força de trabalho qualificada, desenvolve o aprofundamento da luta de classes que Bourdieu trata, a luta das classificações. "O diploma unifica sentimentos classificatórios entre os que possuem e os que não possuem. Torna estes últimos, representantes e representados por um certo sentimento de incompetência e menor valor social" (Silva Filho; Ferreira, 2005, p. 239). Essa percepção social pode ser chamada de violência simbólica:

[...] violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento" (Bourdieu, 2005, p. 7-8).

Surge com esse símbolo, um processo de validação da dominação de uma classe sobre a outra, o diploma como ferramenta de imposição, condição para se apropriar. Limita, desvaloriza e exclui os que não cabem dentro da simbologia do 'qualificado'. As classificações sociais (Bourdieu, 2008), alimentam, ainda mais, esse movimento de representações de grupos, a partir de taxonomias sociais, as quais têm como produto as relações de força entre as classes.

Sendo assim, o arquiteto urbanista, em seu conceito geral, apenas como classificação, apresenta um caráter distintivo, um distanciamento social vertical de

superioridade, onde é autorizado socialmente a ocupar cargos dominantes e de atribuições exclusivas.

## 6.2 O poder da 'ação' do arquiteto urbanista

As relações de poder do sujeito arquiteto urbanista não estão restritas a seu título, na simbologia da sua nomenclatura. Apenas por ser nomeado, é estabelecida uma relação de poder simbólico para com a sociedade. Entretanto, o 'fazer', as práticas que advém, legalizadas pelo diploma, também portam visíveis e invisíveis traços de manifestação de poder.

O arquiteto urbanista trabalha diretamente com o espaço, tendo-o como objeto de estudo e de trabalho, independente de escala, desde micro ao macro. Ao pensar nesses espaços, pensa-se em mudanças de vivências e interações. Há uma linha bem tênue, em como se comportam as modificações ou como se alteram - o homem como produto do meio ou o meio como produto do homem. No artigo "Space as receptor, instrument or stage. Notes on the interaction between spatial and social constellations", ou em tradução livre, "O espaço como receptor, instrumento ou palco. Notas sobre a interação entre constelações espaciais e sociais", Hilde Heynen (2013) elabora um resumo das teorias sobre a relação entre espaço e indivíduo, onde ela divide em três tipos de espaço: *Space as receptor* (Espaço como receptor); *Space as instrument* (Espaço como instrumento); e *Space as stage* (Espaço como palco), entendendo as construções, ou seja, a atividade de criação de espaços, como exemplo de força social.

No primeiro tipo, o 'espaço como receptor', surge a definição de um 'objeto neutro', como apenas um *background*, cumprindo um papel passivo de servir como matéria de controle e modificação. Sendo assim, o espaço não tem poder sobre as relações que se formam sobre ele, apenas funciona como reflexo de processos culturais e da atividade humana social. Esta ideia é comumente disseminada por sociólogos, que possuem o homem como objeto principal de estudo, ignorando o espaço como detentor de poder mobilizador "[...] sempre tomando a existência do espaço arquitetônico e urbano real como um pano de fundo, e não como um fator ativo que em si mesmo é capaz de produzir tal comportamento." (Heynen, 2013, p. 3, tradução nossa).

No 'espaço como instrumento', o pensamento é exatamente o inverso do que é apresentado no primeiro tipo. Teoria comumente disseminada por estudiosos da

arquitetura, define, como objeto principal de estudo, o espaço e sua capacidade ativa. “O foco é na capacidade do espaço de impor certos comportamentos desejados aos sujeitos, que efetivam relações de poder simétricas entre grupos dominantes e oprimidos.” (Heynen, 2013, p. 6, tradução nossa). Não apenas o espaço como criador de mudanças sociais, mas como instrumento de controle. O espaço como ferramenta de dominação que, automaticamente, confere ao indivíduo modificador, o poder de controle das interações sociais, nesse caso o pensador e modificador de espaços, o arquiteto urbanista.

A última abordagem trazida por Hilde, disponibiliza um pensamento que não é conduzido por interesses egóicos de pesquisador, se desvinculando da crença de uma relação de poder construída, unilateralmente, nas relações sociais do homem em determinado espaço. Ou seja, o ‘espaço como palco’ é o meio modificado pelas forças sociais, assim como modifica fenômenos sociais.

Ao conceber as disposições espaciais como o palco em que se desenrola a vida social, reconhece-se o impacto das forças sociais nos padrões arquitectónicos e urbanos (porque o palco é visto como o resultado das forças sociais), ao mesmo tempo que os padrões espaciais são vistos como modificadores e estruturantes dos fenómenos sociais. (Heynen, 2013, p.8, tradução nossa)

Nesse caso, existe uma relação concomitante, entre espaço e indivíduos que, em conjunto, criam ou modificam manifestações sociais. Sendo assim, não cabe ao espaço ou apenas às interações humanas, a soberania de poder de um sobre o outro. Considerar o espaço como instrumento é desconsiderar a imprevisibilidade, para futuros usos e construções de novas relações, a partir de novos espaços ou de suas modificações. Esse é o conceito adotado nesta dissertação, o espaço como um palco, onde se constroem performances sociais, o homem como fruto do espaço e o espaço como resultado dessas construções sociais.

Mesmo não adotando a segunda ideia, espaço como instrumento de dominação, não significa que ele não apresente esse caráter de autoridade, ou que não seja construído com esse propósito. É de fato a segunda relação de poder sobre o sujeito arquiteto urbanista, tendo como função a criação e modificação desses espaços. Cabe a esses profissionais a possibilidade de interferir, diretamente, em relações e comportamentos sociais, uma responsabilidade que ao ser adotada, se constitui em oportunidade de desenvolver ambientes democráticos

ou autoritários. Salientando que, apesar de muitos acreditarem, a interferência do arquiteto urbanista não se constitui em poder soberano. A intenção adotada pelo projetista, não necessariamente vai se tornar realidade, principalmente se ele desconsiderar o valor modificador de quem utilizará esses espaços e as possíveis eventualidades.

A arquitetura não apenas assume a forma de instrumento, como também é, muitas vezes, utilizada como expressão de regimes autoritários, sendo exemplo não só de parte de uma relação social, mas como manifestação de poder, refletindo um regime, ideologias.

A arquitetura seria o meio pelo qual o poder se materializa por 'possuir um poder mágico' como vemos na citação a seguir: "Para Hitler - não menos que para seus contemporâneos, Mies e Gropius - a arquitetura era uma expressão do espírito central de uma época, possuindo algum poder mágico eterno que poderia levar os homens da confusão e do caos ao sereno reino da Ordem" (Almeida, 2020, p. 61 e 62).

O caráter simbólico da arquitetura, como monumento, funciona como linguagem, possuindo mais função plástica do que funcional, próxima do campo das artes. No entanto, pode representar relações de poder intrínsecas e, muitas vezes, mascaradas, como imposição, instaurando regras, nem que sejam, ao menos, de cunho meramente estéticas.

A arquitetura hostil ou arquitetura da violência também se apresenta como exemplo dessa atribuição de controle, designada aos espaços, como objeto de dominação, marca autoritária da produção de ambientes. Este tipo objetiva promover a exclusão, através de artefatos implementados ou construídos, a fim de reprimir direitos coletivos à cidade, popularmente utilizado a partir de uma justificativa cruel: a limpeza urbana, mas que apresenta unicamente uma função, a segregação espacial.

Isso porque o conceito de arquitetura da violência não se limita ao ferro de uma grade ou ao plástico utilizado para fazer a câmara de vigilância, a arquitetura da violência é uma relação social entre tais materiais e a sociedade, sem essa conexão sequer existiria motivo para a existência de tal arquitetura e por meio dela se revelam conflitos da sociedade, ela possui um motivo de ser, uma operacionalidade que só pode ser conhecida através do entendimento da relação social a que ela se refere. (Tavares, 2012, p.3)

A linguagem da arquitetura e urbanismo tem o poder de definição de hábitos, seja ao menos de estimular ou induzir, apresentando um discurso carregado de

força simbólica. Em muitos casos, defendem a prática capitalista que mantém formas de desigualdade, acarretando em violências.

A “violência simbólica”, como interpretação social dos movimentos discursivos, possui importante relevância para a compreensão de uma série de conjecturas sociais que afetam negativamente parcelas populacionais que se encontram desfavorecidas pela lógica econômica capitalista (Brollo; Costa, 2020, p. 2).

A concentração de lucro e capital, em conjunto com as tecnologias da informação, que propagam simbologias de ‘status quo’ produzem uma cidade nublada de valores simbólicos. O déficit habitacional é exemplo de violência simbólica e pensar sobre ele, é importante para combater o problema na base, entendendo como afeta, não apenas fisicamente, mas simbolicamente, uma grande parcela da sociedade. “É nesse sentido que a conscientização e a ressignificação do discurso social normalizado e violento se apresenta não apenas como uma solução para a mitigação de desigualdades,[...]” (Brollo; Costa, 2020, p. 4).

A própria escola racionalista de arquitetura que gera uma prática de produção de reprodução, sem considerar os habitantes e suas particularidades, é uma relação de força de dominação. Ao impor aos indivíduos uma padronização que se considera universal, reflete um processo limitador de construção de uma igualdade inexistente. No movimento moderno, “[...] o posicionamento do arquiteto quanto ao seu saber consolida um modo de fazer que ainda hoje reconhecemos como hegemônico.” (D’alva, 2015, p.16). Posição que não ficou restrita à história de vigor do modernismo, mas que se estende até os dias de hoje, ao utilizar o ‘saber’ como relação de poder.

### **6.3 Os caminhos pouco explorados**

Quando tratamos do ‘valor’ comentado nas seções anteriores, percebe-se uma inclinação para vincular a profissão, unicamente, ao profissional de arquitetura de projetos, aqueles dos escritórios, codificados dentro da lógica mais óbvia e mais relacionada à profissão.

Historicamente, a profissão de arquitetura e urbanismo segue sendo associada à elaboração de projetos arquitetônicos. Concepção que tende, por muitas vezes, apagar as outras diversas possibilidades que a formação proporciona. Porém, tratarmos esse sujeito de uma forma singular é ignorar uma variedade de

opções de carreiras que podem surgir, como consequência de sua educação na área da arquitetura e do urbanismo. Ankitha Gattupalli (2022) para a revista *on-line* Archdaily, escreve um artigo que retrata uma “crise do substantivo”, diretamente relacionada à profissão da arquitetura, que “[...]resulta da identificação com uma regra tácita do que um arquiteto deve ser. Ela surge do fato de que os arquitetos nunca são ensinados sobre os outros “substantivos”, pelos quais eles poderiam se definir”.

Ankitha defende que até a palavra ‘arquiteto’ adere a esse profissional certas limitações, desenvolvendo a construção de expectativas convencionais, moldadas por uma imagem preconcebida desse indivíduo, que negligencia outras possíveis áreas de atuação (Gattupalli, 2022). O arquiteto urbanista poderia se inserir em áreas correlatas com a criatividade ou que demanda habilidades que envolvem inovação. Atualmente, novos contextos estão sendo inseridos no mercado de trabalho, onde a demanda de profissionais parecem exigir uma transformação, ou melhor, uma adaptação. Design de experiência do usuário, soluções tecnológicas para cidades inteligentes e economia circular, são tendências que podem ser caminhos para os arquitetos urbanistas desbravarem, além da função de projetista de escritório.

Essa possibilidade multidisciplinar vem atrelada à ideia de um profissional generalista, o que permite esse sujeito explorar outras frentes profissionais. A seguir, serão apresentadas algumas dessas possibilidades, segundo estudo desenvolvido por Luís Martin, em sua dissertação que recebeu o nome de “A profissão de arquiteto: competências e aptidões fora da arquitetura”, desenvolvida em 2016 pelo Instituto Universitário de Lisboa. A cada uma delas, o autor evidencia características da profissão que combinam com esses diferentes setores (Figura 14).

Figura 14. Possíveis caminhos profissionais que o arquiteto pode seguir.

PRODUÇÃO DE  
 EVENTOS DESIGNER  
 CINEMA GRÁFICO  
 MARKETING  
 TURISMO ILUSTRAÇÃO  
 CENOGRAFIA  
 POLÍTICA FORMAÇÃO  
 DESIGNER DE PRODUTOS  
 FOTOGRAFIA ENSINO  
 GESTÃO MÚSICA  
 DESENVOLVEDOR  
 DE JOGOS

Fonte: Elaborado no site Mentimeter, modificada pelo autor.

- *Organização de eventos*: aptidões de responsabilidade e a capacidade organizacional dos arquitetos, como fatores que permitem a boa execução dessa atividade.
- *Festas de casamento e serviços de catering*: o perfeccionismo dos arquitetos é considerado crucial nesta área explorada entre profissionais da arquitetura.
- *Música*: a metodologia e a organização mental são fatores que podem levar arquitetos a escolherem um outro tipo de arte como modo de viver, como pode acontecer com aqueles que seguem o ramo da música.
- *Cenografia*: a produção de cenários está inserida no que se chama 'arquitetura efêmera'. Voltada para o teatro e espetáculos, a área da cenografia também pode

ser encontrada em outros contextos, como os próprios eventos. Luís define a paixão como o norte desta carreira.

- *Design gráfico*: o talento em simplificar é a competência que explica a possibilidade de imersão dos profissionais de arquitetura na área da comunicação gráfica.

- *Design de produto*: outra área que por estar correlata ao design, está inserida entre possibilidades para os arquitetos.

- *Fotografia*: área que se apresenta cada dia mais próxima das novas gerações e quase que uma obrigação profissional, devido ao uso intenso das redes sociais. A arte da fotografia também surge como opção de carreira.

- *Cinema*: o rigor e a percepção do espaço estão presentes no mundo do cinema e o profissional de arquitetura tem domínio técnico para executá-los.

- *Marketing*: por ser uma área que demanda muita criatividade, como já foi citada várias vezes nesta dissertação, o sujeito da arquitetura relaciona-se diretamente com o sujeito do marketing.

- *Gestão*: o mundo do empreendedorismo acaba por ser uma possibilidade próxima a diversas outras profissões, o que inclui a arquitetura.

- *Ensino*: outro setor que está correlacionado a qualquer outra profissão, afinal o ensino é a base de toda a prática profissional, também é um caminho para os arquitetos.

- *Formação técnica*: a aprendizagem sobre *softwares* no mundo da arquitetura, permite que, a partir desse conhecimento, se possa construir uma profissão de ação pedagógico.

- *Guia Turístico*: a partir do conhecimento histórico e técnico de edificações, o turismo pode ser uma opção para os arquitetos.

- *Ilustração*: como outras artes, tais como música e fotografia, a ilustração também aparece como opção para os arquitetos.

- *Desenvolvimento de videojogos*: o crescimento desse setor no mercado, pode ser um profícuo caminho, já que o arquiteto pode se inserir desde a concepção criativa de jogos até à elaboração 3D de realidades virtuais.

- *Política*: arquitetos na sua faceta urbanista, desenvolve diversas aptidões para ocupar cargos de liderança política, principalmente por ter um pensamento sistêmico e que funciona a longo prazo.

Apesar da pesquisa ter sido realizada em Portugal, país europeu, com imensas diferenças em relação ao Brasil, pode-se afirmar que os caminhos apontados cabem também no cenário brasileiro. Na pesquisa realizada pelo autor desta dissertação, em algumas das respostas quanto à “área de atuação”, aparecem carreiras como: cenografia, design gráfico, design de mobiliários, modelagem 3D, ensino, assim como as mais comuns, projeto de arquitetura, planejamento urbano e regional, paisagismo, arquitetura de interiores, gestão de obras, entre outras, o que tem rebatimento no que foi demonstrado pelo pesquisador português.

Além de seguir por outros caminhos profissionais, existem outras possibilidades que podem surgir, ou são pouco exploradas, dentro do próprio mercado da arquitetura convencional. O Anuário de Arquitetura e Urbanismo, que desenvolve uma pesquisa, a partir do mapeamento e de dados do exercício profissional dos arquitetos, desenvolvido pelo CAU/BR em 2019, apresenta uma gama de atividades que podem ser de responsabilidade de arquitetos urbanistas. Destacam-se os principais grupos de atividades de acordo com a classificação usada nos RRT (CAU/BR, 2019). São elas divididas em 9 macrocategorias: Projeto; Execução de Obras; Atividades Especiais; Gestão; Meio Ambiente; Engenharia de Segurança do Trabalho; Ensino e Pesquisa; Atividades de Reforma; e Acessibilidade.

Figura 15. Atividades convencionais dos arquitetos

**ATIVIDADES  
DE REFORMA  
SEGURANÇA ACESSIBILIDADE  
DO TRABALHO  
ATIVIDADES ESPECIAIS  
PROJETO  
EXECUÇÃO DE OBRAS MEIO GESTÃO  
AMBIENTE  
ENSINO E PESQUISA**

Fonte: Elaborado no site Mentimeter, modificada pelo autor.

Essas categorias são subdivididos em outras micro categorias que serão descritas no Quadro 4.

Quadro 4. Macrocategorias de atividades de arquitetos urbanistas.

## 9 MACROCATEGORIAS DE ATIVIDADES DE ARQUITETOS E URBANISTAS

<b>PROJETO:</b>	ARQUITETURA DAS EDIFICAÇÕES; INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS DE ARQUITETURA; SISTEMAS CONSTRUTIVOS E ESTRUTURAIS; ARQUITETURA DE INTERIORES; URBANISMO E DESENHO URBANO; RELATÓRIOS TÉCNICOS DE ARQUITETURA; RELATÓRIOS TÉCNICOS URBANÍSTICOS; INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS DE URBANISMO; CONFORTO AMBIENTAL; ARQUITETURA PAISAGÍSTICA; E PATRIMÔNIO MATERIAL.
<b>EXECUÇÃO DE OBRAS:</b>	ARQUITETURA DAS EDIFICAÇÕES; INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS DE ARQUITETURA; SISTEMAS CONSTRUTIVOS E ESTRUTURAIS; ARQUITETURA DE INTERIORES; CONFORTO AMBIENTAL; INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS DE URBANISMO; URBANISMO E DESENHO URBANO; ARQUITETURA PAISAGÍSTICA; E PATRIMÔNIO MATERIAL.
<b>ATIVIDADES ESPECIAIS:</b>	LAUDO TÉCNICO; VISTORIA; AVALIAÇÃO; PARECER TÉCNICO; MENSURAÇÃO; ACESSORIA; ASSISTÊNCIA TÉCNICA; CONSULTORIA; PERÍCIA; AUDITORIA; E ARBITRAGEM.
<b>GESTÃO:</b>	DIREÇÃO OU CONDUÇÃO DE OBRA OU SERVIÇO TÉCNICO; DESEMPENHO DE CARGO OU FUNÇÃO TÉCNICA; FISCALIZAÇÃO DE OBRA OU SERVIÇO TÉCNICO; SUPERVISÃO DE OBRA OU SERVIÇO TÉCNICO; ACOMPANHAMENTO DE OBRA OU SERVIÇO TÉCNICO; COORDENAÇÃO E COMPATIBILIZAÇÃO DE PROJETOS; E GERENCIAMENTO DE OBRA OU SERVIÇO TÉCNICO.
<b>MEIO AMBIENTE:</b>	MEIO AMBIENTE; GEORREFERENCIAMENTO E TOPOGRAFIA; PLANEJAMENTO URBANO; E PLANEJAMENTO REGIONAL.
<b>ENGENHARIA DE SEGURANÇA DE TRABALHO:</b>	OUTRAS ATIVIDADES; PROGRAMAS; LAUDO TÉCNICO DE CONDIÇÕES DO TRABALHO; AVALIAÇÃO DE RISCOS; LAUDO DE INSPEÇÃO SOBRE ATIVIDADES INSALUBRES; PLANOS; RELATÓRIOS PARA FINS JUDICIAIS; E MAPA DE RISCO DAS CONDIÇÕES E MEIO AMBIENTE DE TRABALHO.
<b>ENSINO:</b>	ENSINO; TECNOLOGIA DA CONSTRUÇÃO E CONTROLE DE QUALIDADE; E PESQUISA.
<b>ATIVIDADES DE REFORMA:</b>	PROJETO ARQUITETÔNICO DE REFORMA; PROJETO DE REFORMA DE INTERIORES; EXECUÇÃO DE REFORMA DE EDIFICAÇÃO; E EXECUÇÃO DE REFORMA DE INTERIORES.
<b>ACESSIBILIDADE:</b>	PROJETO DE ADEQUAÇÃO DE ACESSIBILIDADE; PROJETO DE SISTEMA VIÁRIO E ACESSIBILIDADE; EXECUÇÃO DE ADEQUAÇÃO DE ACESSIBILIDADE; E EXECUÇÃO DE SISTEMA VIÁRIO E ACESSIBILIDADE.

Fonte: Figura do autor, baseado em CAU/BR (2019)

Como demonstrado no Quadro 4, existe uma variedade de possibilidades para esse sujeito. Com um mundo em constante transformação, e com o surgimento acelerado de novas tecnologias, a mudança e a atualização da atuação dos profissionais é substancial. O arquiteto também precisa se reinventar e se adaptar a essas transformações, utilizando de sua expertise e de suas habilidades

multidisciplinares, que no mundo atual, é uma aptidão demandada, deve se dedicar a extrapolar os limites tradicionais da profissão.

No entanto, atualmente, os novos modelos de carreira estão a pôr em questão estes modelos tradicionais de aprendizagem. O ritmo da evolução tecnológica significa que o "prazo de validade" das competências e dos conhecimentos profissionais é cada vez mais curto. Os sistemas de trabalho "*just-in-time*" exigem uma aprendizagem "*just-in-time*". A circulação mais frequente entre empregos exige a aquisição regular de novas competências. Cada vez mais empregos exigem "polivalência": um leque de competências mais vasto e flexível, exigindo uma base de conhecimentos mais alargada. A aprendizagem já não precede o trabalho: está interligada com o trabalho, ao longo de toda a vida (Collin & Young, 2000, p. 265, tradução nossa)

Inúmeros cenários existem fora da função de base do arquiteto: o projeto. Há caminhos, inclusive alguns que revelam uma grande necessidade de profissionais, ou seja, alta demanda de serviços. Tal é o caso de uma área de atuação que cresce, de forma lenta, se comparada com as possibilidades e na verdade a urgência de sua ação: a arquitetura e o urbanismo social. Surgido como canal que visa assegurar o acesso à moradia e à cidade, direito básico que deveria ser garantido pelo Estado a toda sua população. Tem o objetivo de atender a parcela da sociedade que enfrenta dificuldades econômicas, fornecendo serviço técnico especializado, que outrora seriam inacessíveis. É portanto uma vertente do profissional da arquitetura e do urbanismo, muito necessária mas ainda pouco explorada.

O poder simbólico retratado neste capítulo estabelece que a posição social, ocupada por arquitetos urbanistas na sociedade, vai muito além de uma relação única de *status* social, mas também confere autoridade e influência.

As noções quanto ao poder do arquiteto, também determinam a necessidade, desse indivíduo, de se entender enquanto agente pertencente a uma sociedade, se inserir responsável e participar da luta de classes. Neste sentido, ressalta-se a importância da prática do arquiteto urbanista, evidenciando seu papel social.

Reconhece-se a amplitude da formação generalista do arquiteto, o que possibilita explorar uma gama abrangente de possíveis atuações profissionais. Utilizando suas habilidades multidisciplinares para ir além do projeto arquitetônico

convencional, tem possibilidades concretas de inserção no mercado de trabalho, explorando espaços ainda pouco ocupados, apesar de serem de sua competência, ou mesmo, de sua atribuição. É o caso da arquitetura social e do urbanismo.

No próximo capítulo, será tratada de forma mais abrangente essa temática, afinal, após o detalhamento no decorrer dos capítulos sobre o indivíduo arquiteto urbanista, na forma como o seu perfil é construído; como ele é visto por si mesmo e pelos outros; e o que ele não vê; se faz necessário elencar o quê, para esse autor, se apresenta como urgente, o que esse profissional precisa ver e mais do que isso, indicar como utilizar suas possibilidades de atuação, apresentadas, neste capítulo, para promover uma sociedade mais inclusiva.

## Capítulo 7: O que o arquiteto urbanista precisa ver

Diante dos desafios enfrentados pela sociedade contemporânea brasileira, principalmente pelo que diz respeito à temática da cidade e o que envolve a falta de acesso à moradia digna, evidenciar a função social do arquiteto urbanista parece merecer a adjetivação de: necessidade central e urgente. Essa importância de desenvolver uma visão comprometida dos profissionais, valida a escolha da denominação deste capítulo.

Como foi tratado anteriormente, a atuação desse profissional transcende a concepção e a transformação de espaços. O arquiteto urbanista é detentor de conhecimentos que abrangem questões que envolvem a estrutura, não apenas urbana, mas social da humanidade. Para complementar a discussão em torno desse sujeito e a respeito do afastamento da sua função social, evidencia-se, neste capítulo, a necessidade de engajamento na luta pelo bem estar social de todos, tratando das questões relacionadas com o déficit habitacional, a segregação urbana e o direito à cidade.

Este capítulo destaca a Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social (ATHIS) como instrumento legal do profissional da arquitetura e urbanismo, na luta contra as mazelas referentes à questão da habitação, opção real para o exercício da sua função social.

Enfatiza-se também a importância da conscientização sobre este tipo de atuação, não apenas por parte dos profissionais, mas como mecanismo de construção social, desmontando mitos ao redor do arquiteto urbanista. Através de depoimentos de especialistas da arquitetura social e do urbanismo, ficam claras as possibilidades de construção de um mundo com mais equidade.

### 7.1 A arquitetura social

A arquitetura social pode ser sintetizada como a “[...] prática de desenvolver projetos, planejar espaços e construir moradias para pessoas de baixa renda ou em situação de vulnerabilidade social” (Baldissera, 2023). Tem sido um termo disseminado para abordar a arquitetura e urbanismo voltados para construir ambientes que promovam a inclusão social, através da produção de habitações acessíveis e de espaços públicos sustentáveis, dentro de uma visão comunitária.

Assim como se dispõe a fornecer serviços técnicos de qualidade para uma parcela da sociedade que não detém poder aquisitivo financeiro para pagar os custos deste serviço.

É um caminho amplo que pode ser explorado através de uma gama de produtos: obras e reformas voltadas às classes C, D e E, utilizando crédito coletivo; construção de unidades habitacionais geridas por ONGs, cooperativas, movimentos sociais; projetos direcionados a população de baixa renda implantados pelo poder público, nos âmbitos municipal, estadual ou federal, através da ATHIS (Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social), dispositivo legal que pode garantir acesso a profissionais da construção civil por parte da população de baixa renda, com o apoio da ação governamental.

Assessoria ou assistência técnica é a atuação de arquitetos e urbanistas frente a população que depende da autoconstrução ou do estado para garantir o direito universal de construir ou reformar. No ano de 2008, foi sancionada a Lei nº 11.888, que leva o mesmo nome da prática, e a partir dela, o serviço de mão de obra especializada para construção civil está enquadrado como obrigação do estado, frente às famílias que possuem renda mensal mínima de até três salários mínimos.

A lei da ATHIS permite ao arquiteto urbanista atuar em projetos de construção de casas, reformas, ampliação de moradias, além de regularização fundiária e formalização da casa já construída. Oferece “soluções possíveis no âmbito habitacional, reconhecendo as particularidades de cada lugar e dando soluções singulares, o que faz com que se olhe para os assentamentos populares (favelas, vilas, mocambos) [...]” (Scotton *et al*, 2021, p.88).

Por mais que aparente ser, como o próprio Conselho de Arquitetura e Urbanismo adverte, o trabalho de assistência técnica não é gratuito. Ele não deve ser associado à ideia de um trabalho voluntário, mas sim ser remunerado por prefeituras ou parcerias realizadas.

No Brasil, na década de 1960, iniciam as lutas pela Reforma Urbana, buscando a democratização do direito à cidade, onde profissionais de diferentes áreas começam a se organizar em busca de minimizar as problemáticas relacionadas. O início da história da ATHIS ocorre em 1975, na cidade de Vitória, com a Câmara de Arquitetura do CONFEA, instruindo os arquitetos a atuarem na área. Em seguida, o SAERGS (Sindicato dos Arquitetos do Rio Grande do Sul) inicia

o Programa ATME (Assistência Técnica Gratuita à Moradia Econômica) que teve participação do IAB - RS (Instituto de Arquitetos do Brasil - Departamento do Rio Grande do Sul). Na época Clóvis Ilgenfritz, era o Presidente do Sindicato e foi membro da Comissão que instituiu o ATME. Desde então, o arquiteto urbanista travou diversas batalhas na luta pelo direito à cidade, através da implantação da ATHIS. A principal proposta do programa “ressaltava que a maioria das construções de pequeno porte era executada por leigos” (Cardoso & Lopes, 2022) e evidenciava que áreas como a saúde e o sistema judiciário brasileiro já prestavam serviços de forma pública. Depois desses dois momentos encabeçados por grupos de atividades de arquitetos urbanistas, a ATHIS se insere nas universidades, englobando movimentos sociais, escritórios e ONGs voltadas a esse nicho de atuação (Arruda, 2019).

Em 2001, o Brasil ganhou sua principal ferramenta a favor da luta por direito à moradia e à cidade, o Estatuto da Cidade (EC). Um conjunto de normas jurídicas agrupadas na Lei nº 10.257/2001, estabeleceu diretrizes a respeito da política urbana junto à Constituição Federal. O EC intenta garantir quatro aspectos fundamentais: o bem da coletividade; a segurança; o bem-estar dos cidadãos; e o equilíbrio ambiental (IPOG, 2016). Foi no EC que a assistência técnica surgiu pela primeira vez como instrumento jurídico e político.

Propostas relacionadas à Lei de Assistência Técnica ganharam mais força em meados de 2004, encabeçadas, novamente por Clóvis Ilgenfritz, na época, deputado, durante a gestão do PT (Partido dos Trabalhadores) no comando do Estado do Rio Grande do Sul. A luta prosseguiu nas mãos do arquiteto e deputado Zezéu Ribeiro, seguindo o legado de Clóvis. No Fórum Social Mundial realizado em 2005, em Porto Alegre, a questão foi discutida e no mesmo ano nasce a minuta para o sancionamento da Lei da Assistência Técnica em 2009 (Arruda, 2019).

Nos anos de 2007 a 2011, surge um programa do governo chamado “Habitação de Interesse Social”, com recursos do FNHIS (Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social) direcionado à prestação de serviços de assistência técnica. Contava com editais que, em teoria, promoviam recursos para produção de novas unidades habitacionais, assim como para regularização fundiária e o trabalho de mobilização social da população. Infelizmente, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Regional de 2019, das 978 contratações, que somam um investimento de R\$ 89,33 milhões de reais, apenas 18% foram de fato concluídas

(Cardoso & Lopes, 2022), evidenciando as dificuldades de aplicabilidade e falta de consolidação da lei.

Atualmente, são promovidas outras frentes de ATHIS no país, inclusive 2% da receita de arrecadação do Conselho de Arquitetura e Urbanismo, em todo o país, é dedicado à causa de fomento da assistência técnica (Cardoso & Lopes, 2022). A verba é distribuída através de editais e apesar de ser um incentivo ao exercício da profissão em prol da moradia digna a famílias de baixa renda, ainda não é suficiente para sanar as necessidades habitacionais brasileiras.

O relato acima pode ser considerado o panorama histórico da situação da 'assistência técnica' no país, no entanto, englobado na mesma temática e em conjunto com o movimento da ATHIS, há a 'assessoria técnica', nomenclatura assumida por parte dos idealistas e executores dessa arquitetura e urbanismo voltados para as classes de menos recursos financeiros. Para esses profissionais, a assistência técnica, fica à sombra da lei e são práticas sem embasamento crítico, enquanto que a assessoria técnica, reforça as lutas urbanas por ser uma atuação técnica em conjunto com os movimentos sociais.

Esse segundo movimento se inicia no final dos anos 1970, na cidade de São Paulo, com a consolidação da união de arquitetos urbanistas com movimentos de luta por moradia, trabalhando com conceitos atrelados à autogestão e ajuda mútua (Cardoso & Lopes, 2022). A ideia central justificada pelo uso da palavra 'assessoria' está na composição bilateral na produção de habitações, contando com a técnica e a participação ativa da população, dos seus moradores. Esse tipo de prática gerou a criação do Programa FUNAPS Comunitário (Funacom), que funcionou de 1989 a 1992 na capital paulista. O programa ajudou a disseminar conhecimento sobre a assessoria técnica, mas lamentavelmente teve pouco tempo de duração por falta de apoio político. De toda forma, essa primeira atuação foi suficiente para influenciar outras frentes que surgiram nos anos posteriores, como é o caso dos mutirões do Projeto Mutirão 50 da Prefeitura Municipal de Fortaleza, do Governo do Estado de São Paulo, na década de 1990, do Programa Comunidades do Governo Estadual do Ceará, do Programa Crédito Solidário (PCS) e da modalidade Entidades do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), durante os anos 2000 a 2019 (Cardoso & Lopes, 2022).

O Fundo Nacional de Moradia Popular (FNMP) foi resultado da atuação de movimentos sociais embebidos com as experiências dessas primeiras colaborações

de assessoria técnica, que originou, o já mencionado, FNHIS em 2005. As experiências dos anos 2000 das atividades de assessorias em conjunto com governos, seja por atuação direta do FNHIS, ou através do PMCMV carregam críticas ao não permitir a manutenção do ideal de autogestão que funcionou, de forma efetiva, durante as primeiras atuações nos anos 1990, na cidade de São Paulo. Neste sentido, a assessoria técnica assume, para alguns, um caráter mais próximo do que é chamado de ‘assistência’.

Essa problemática quanto a distinção do termo, é reflexo de uma discordância ideológica sobre a atuação direta dos profissionais da arquitetura e urbanismo junto às populações de mais baixa renda. “Além de suas origens terem raiz distinta, é possível observar que os discursos daqueles que defendem a assistência se diferenciam dos que pregam a assessoria como forma de atuação” (Cardoso & Lopes, 2022).

Por aqui, neste trabalho, independente de como se opte por chamar, assessoria e assistência ganham o mesmo significado. Ao invés do enfoque em sua denominação, a questão a destacar é principalmente, o impacto social de suas ações.

Entende-se que é importante fazer a distinção e deixar bem claro a diferença entre a Lei da Assistência Técnica e a atuação como assistência ou assessoria técnica. Enquanto a Lei é um instrumento pleiteado pelo Estado, que pode auxiliar e dar respaldo para a atuação da ATHIS, a atividade técnica em si tem potencial independente e pode atuar em diferentes frentes.

Na tentativa de auxiliar e incentivar o aparecimento de mais exemplos de ATHIS no Brasil, o CAU/BR em 2020, preparou uma listagem de “conselhos” que podem ser úteis para o início de um empreendimento social direcionado à solução de problemas habitacionais das famílias de baixa renda. São eles:

- **Focar no mercado de reformas:** considerado o claro problema de déficit habitacional no país, as políticas públicas com maior incentivo do governo estão direcionadas à construção de novas habitações, o que deixa projetos de adequação e reformas em segundo plano, há portanto um mercado a ser explorado pelo investimento privado;
- **Investir na população das classes C, D e E:** esse grupo social concentra cerca de 68% das compras no mercado de varejo de materiais de construção;

- **Fazer marketing local:** com o objetivo de desmistificar a visão da maior parcela da população sobre os serviços da arquitetura e urbanismo, que considera que são caros e supérfluos. Além disso, conhecimentos de marketing estão inseridos na base de qualquer novo negócio, no mundo atual;
- **Abranger do projeto à finalização da obra:** oferecer um serviço completo para a clientela, desde a elaboração de projeto até acompanhamento/gestão de obra, assim como programas de financiamento;
- **Oferecer condições de parcelamento:** disponibilizar programas de financiamento, a fim de facilitar as formas de pagamento da clientela;
- **Comprar materiais diretamente dos fabricantes:** diminuir os custos, ao comprar direto em atacado, através de acordos com a indústria da construção civil;
- **Qualificar mão de obra local:** gerar empregos e diminuir custos, com contratações de maior eficiência;
- **Viabilizar metodologias de troca e mutirões:** atuar junto a entidades e grupos de moradores, possibilitando meios alternativos de construção;
- **Buscar parcerias:** Acrescentar na lista de parcerias, empresas e instituições privadas e firmar convênios junto ao poder público, a universidade também pode ser uma boa adesão de parceria;
- **Elaborar um plano de negócios focado em Arquitetura Social:** criar um plano de negócios é essencial para qualquer que seja o nicho do empreendimento, o mesmo acontece quanto aos de cunho social.

O arquiteto Jorge Mario Jáuregui, conhecido por projetos relevantes de reurbanização em favelas cariocas, em entrevista para o CAU/BR (2018), repassou os seus seis passos para atuação no âmbito da arquitetura social, baseada no projeto de 287 habitações realizadas no Complexo do Alemão na cidade do Rio de Janeiro. Esses são: **questionários com vistorias; construção de bases de dados; definição dos kits; atribuição dos kits às unidades; composição de preços e orçamento** (*apud* CAU/BR, 2018). O arquiteto urbanista nesse projeto, ainda se preocupou com elaboração de vias de acesso, criação de hortas e centros comunitários, demonstrando a necessidade da arquitetura social ir além da edificação, pensando também no contexto urbano.

Apesar dos exemplos e do crescimento da atuação de profissionais na área, “ainda assim, são poucas as práticas de ATHIS consolidadas até o momento” (Cardoso & Lopes, 2019, p.13), principalmente quando nos referimos ao potencial desperdiçado que está nas mãos do estado. É possível quantificar o número de iniciativas governamentais, em atuação a favor da ATHIS, na Figura 16, disponibilizada pelo Portal ATHIS, resultado da Campanha ‘Mais Arquitetos’, ambos promovidos pelo CAU Brasil, em julho de 2021. Nele, o CAU apresenta o material produzido não só por ele, mas também pelos CAU/UFs, compilando informações sobre ações que se configuram dentro da Lei de Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social (Lei 11.888/2008) (CAU/MG, 2021).

Figura 16. Mapa de ações da ATHIS no Brasil



Fonte: Portal ATHIS (2023) - Modificada pelo autor

Existem 23 prefeituras, nas quais a lei está em vigor, no país de um contingente de 5.570 municípios, ou seja, apenas cerca de 0,25% dos municípios brasileiros oferecem à população o direito constituído de acessar um serviço

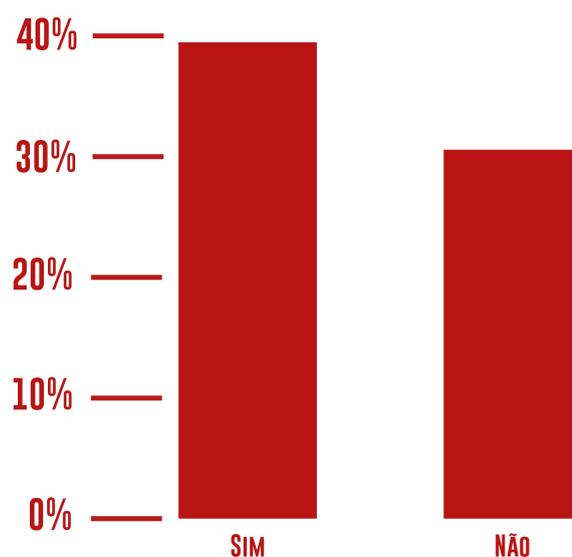
garantido por lei, pelo menos por processo público. A maioria delas se concentra em capitais, são elas: Brasília, Porto Alegre, Florianópolis, São Paulo, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Vitória, Salvador, Fortaleza, Belém, Rio Branco e Porto Velho. Há também casos em cidades de menor porte, tais como: Chapecó e Joinville (Santa Catarina); Gramado (Rio Grande do Sul); São Bernardo dos Campos, Barueri, Jundiaí, Mogi das Cruzes, Limeira e Ribeirão Preto (São Paulo); Rio das Ostras (Rio de Janeiro); Juiz de Fora; Ouro Preto e Nova Lima (Minas Gerais); e Sinop (Mato Grosso).

A maior concentração de leis ativas, no país, em prol da acessibilidade à habitação de interesse social, se situa na Região Sudeste, enquanto que regiões como Norte e Nordeste, as mais pobres do país, possuem apenas 5 exemplos de serviços de ATHIS mapeados pelo CAU (2023).

Um dos principais motivos que explica a falta de adesão é que a Lei 11.888/2008 não é uma lei auto aplicável. “Com um texto sucinto, a lei não é auto aplicável, tornando necessária sua regulamentação, e portanto, ainda é falha para articular um sistema nacional que vise a prática da assistência técnica” (Cardoso & Lopes, 2019, p.14). Ou seja, cabe aos estados e municípios utilizá-la como subsídio para legislar em âmbito municipal ou estadual, o que requer conhecimento sobre suas especificidades para possibilitar uma efetiva política de habitação que, em resumo, necessita de interesse político e de esforço de gestão.

Fora o problema da falta de disseminação da ATHIS, como se pôde notar a partir do resultado da pergunta “Você conhece a Lei da Assistência Técnica?” em pesquisa realizada pelo autor desta dissertação,  $\frac{1}{3}$  das respostas efetuadas por profissionais e estudantes da área foi ‘Não’.

Gráfico 8. Você conhece a Lei de Assistência Técnica (Lei Federal nº 11.888/2008)?.



Fonte: Figura do autor.

Apesar do conhecimento sobre a ATHIS ser superior do que as respostas negativas, em uma pesquisa com um pequeno contingente, possuir mais de 33,3% de 'nãos', ainda determina preocupação quanto ao desconhecimento, justificando a necessidade de expor e informar sobre o tema.

Arquitetos urbanistas e associações das quais fazem parte, seguem discutindo ações que possam ajudar na disseminação da prática. Federação Nacional dos Arquitetos e Urbanistas (FNA), Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) e o Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), são algumas das entidades que vêm colaborando com a pauta, através da promoção de encontros, seminários, entre outros (Cardoso & Lopes, 2022).

Um dos precursores da ATHIS no país e idealista da causa, Clovis Ilgenfritz também participou de entrevista no ano de 2018 para o CAU/RS e declarou preocupação com a atividade ou melhor, pela falta de expressão da ATHIS no país, como se nota na declaração a seguir:

O que nós temos vivido nos últimos dois anos é um horror, porque os novos programas são um Minha Casa Minha Vida piorado, que não garantem a presença do arquiteto. A gente tem que mostrar que é importante. É o que o CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo) tem feito, destinando 2% da receita anual para aplicação em assistência técnica gratuita, mas temos que transformar esse processo em política de estado. Existem algumas experiências com políticas de Governo. A diferença é que o Governo sai, o estado permanece. (*apud* CAU/BR, 2018)

Clovis reforça a importância da reivindicação por parte dos profissionais e da população sobre o estado, a fim de prever e garantir subsídios para aplicação da ATHIS no país, aproveitando seu potencial qualitativo na luta contra o déficit habitacional. Evidencia-se a dificuldade em atuar dos profissionais no âmbito da arquitetura social através da lei da Assistência Técnica, por sua falta de aplicabilidade real e de respaldo financeiro.

Outros produtores de arquitetura social têm visões diferentes quanto a este tipo de produção arquitetônica no Brasil. Demetre Anastassakis (2018), ex-presidente do IAB, conhecido por projetos renomados no âmbito das HIS (Habitação de Interesse Social), como é o caso do Conjunto da Maré no Rio de Janeiro, declara: “Se tiver um arquiteto que quiser construir um Copan com o dinheiro do Minha Casa Minha Vida, ele consegue. Não faz porque não quer” (*apud* CAU/BR, 2018). Em sua fala, referencia o famoso edifício desenhado pelo arquiteto Oscar Niemeyer na cidade de São Paulo, que inicialmente tinha como objetivo sediar 900 apartamentos, com o objetivo de exemplificar que arquitetura habitacional de impacto pode ser realizada por qualquer arquiteto que demonstre interesse. Ao contrário de Clovis, Demetre (2018) coloca sobre os ombros dos profissionais de arquitetura e urbanismo, uma maior responsabilidade quanto a ausência de ações voltadas para a população de baixa renda, incentivando que outros arquitetos urbanistas adotem uma postura mais proativa no mercado da arquitetura social, afirmando que:

Eu fabrico meu próprio trabalho, faço incorporação, faço contrato, converso com movimentos sociais, uso Minha Casa Minha Vida Entidades. Não estou esperando uma empresa encomendar um projeto, porque elas não vão. (*apud* CAU/BR, 2018)

Gilson Paranhos, presidente da Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal (Codhab-DF) de 2015 a 2018, traz opiniões complementares sobre a atuação da ATHIS. A Codhab-DF é uma empresa pública integrante da Administração Indireta do Governo do Distrito Federal, cujo papel é desenvolver o bem estar das comunidades, através de políticas e programas de habitação. Em sua fala para o CAU/BR (2018), Gilson critica a autoestima dos profissionais da arquitetura, evidenciando o poder transformador na mão dos arquitetos urbanistas “Temos uma baixa estima muito grande e não acreditamos na capacidade de transformação das cidades.”. Alerta também sobre a necessidade dos arquitetos

estarem cientes do papel do poder público, funcionando como sujeito de fiscalização e garantia da legítima execução dos direitos e leis vigentes, citando, como exemplo o caso da dificuldade em implantar concursos público: “nós viabilizamos o fatiamento do projeto quando o jurista não deixa contratar vencedor de concurso. A lei manda fazer concurso público, mas quando fazemos, temos que justificar. É o contrário: quem não faz concurso é que tem que justificar.”(apud CAU/BR, 2018).

Independente da visão quanto à distribuição de responsabilidade sobre os profissionais da arquitetura e urbanismo e o estado, é crucial a participação do estado para a devida efetivação da Lei da Assistência Técnica e a implantação de serviços de ATHIS no país. Políticas públicas são ferramentas indispensáveis no embate ao déficit habitacional.

Em Pesquisa de Avaliação, realizada pelo Datafolha em 2019, segundo a percepção dos arquitetos urbanistas, o CAU deveria priorizar campanhas publicitárias que auxiliassem os profissionais da área a adquirirem novos clientes. Levantaram-se as temáticas: valorização profissional; gestão urbana; arquitetura social; fiscalização e acessibilidade como prioridades para investimentos (CAU/BR, 2019).

Destaca-se a positiva visão de que a arquitetura social deve ser priorizada, como uma das soluções de expansão de mercado de trabalho do arquiteto urbanista brasileiro. Esta visão positiva é fruto de iniciativas financiadas pelo CAU, como é o caso da Cartilha ATHIS - Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social publicada em 2018, e que segue sendo atualizada. Seu objetivo é estimular, principalmente, governantes a transformarem a ATHIS em política de estado, estabelecendo um caminho de garantia de moradia digna às populações de baixa renda. O documento é direcionado para profissionais da área, governantes e gestores, e também para a própria população, traz informações objetivas de como estruturar os serviços da arquitetura social. A cartilha é produto da deliberação que decretou, desde 2016, a destinação de 2% do orçamento anual do CAU para apoiar ações e a participação de profissionais no engajamento da assistência técnica.

A ATHIS se constitui de ações efetivas para combater o déficit habitacional no país, principalmente quanto à questão da precariedade das habitações autoconstruídas, além de servir como forma de diversificar a construção de moradias em série, que ignora individualidades e especificidades de regiões, culturas e necessidades coletivas e individuais, como é o caso da maioria das

políticas habitacionais brasileiras, de grande escala. Infelizmente, pouco ainda tem sido investido no incentivo à sua prática, em comparação com outras políticas habitacionais.

Se faz necessário mencionar que a atuação social do arquiteto urbanista não se limita apenas ao campo da habitação e pode ser exercida através do urbanismo, que, por si só, é o lado do arquiteto urbanista de maior impacto social. Afinal ações urbanísticas tratam de alterar ou transformar de forma macro e micro as cidades, interferindo diretamente na vida de um grande contingente da população, através do desenho ou planejamento urbano.

Planejar ou atuar no ordenamento das cidades, seja através do tema da habitação, desenho urbano, caminhabilidade, transporte, segurança, saúde pública, ou qualquer outro aspecto cidadão que interfira na vivência urbana da sociedade, são eixos da ação social do arquiteto urbanista. Nesta dissertação, por uma questão de recorte, o urbanismo não recebeu a mesma atenção do que a arquitetura social voltada à questão habitacional.

Por fim, reconhece-se que ainda há muito o que percorrer, apesar da Lei de ATHIS existir e estar em vigor. A ausência de regulamentação e o baixo interesse público prejudica sua aplicação, sobretudo nas regiões mais carentes do país. Mudar esse cenário exige um envolvimento multilateral de governos, arquitetos urbanistas, movimentos sociais e da sociedade como um todo.

## **7.2 A função social do arquiteto urbanista**

Na condição humana, entender a complexidade das identidades ou práticas individuais, é uma tarefa que requer o envolvimento de diversos campos, o que inclui a sociologia, a psicologia, assim como a antropologia.

Ao compreender que contradições estão intrínsecas nesse processo: a autodefinição, a visão dos outros, ou mesmo, conceitos e objetivos estabelecidos, não podem ser os únicos critérios para defender uma única perspectiva da importância de uma atuação social. Por que é tão importante o profissional da arquitetura e urbanismo brasileiro assumir sua função social?

Além de alertar os profissionais sobre um mercado ainda pouco aproveitado da arquitetura, as autoconstruções denunciam uma realidade: a falta de acesso a profissionais qualificados que têm uma parcela de responsabilidade na garantia de

moradia adequada a toda população. Ao mencionar ‘adequada’, relaciona-se com o seu reconhecimento como direito humano em 1948, com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, e com o atendimento das necessidades habitacionais brasileiras, tanto o déficit quanto à inadequação habitacional.

Essa responsabilidade se justifica, pelo histórico brasileiro de segregação urbana e déficit habitacional, que se espalha pelo país desde o período colonial: seja pela implantação de um sistema de divisão racial pré e pós abolição da escravatura; pelo êxodo rural; pelo uso do planejamento urbano em prol de interesses privados ou por não enfrentar a desigualdade de renda e o acesso educacional limitado. Apesar dos avanços ao longo dos anos, há, ainda, um longo caminho a ser percorrido.

O déficit habitacional no Brasil corrobora essa afirmação, mesmo com grandes investimentos habitacionais realizados após a virada do século XX. A Fundação João Pinheiro (FJP) realiza estudos robustos sobre o problema de habitação no Brasil, com metodologia de cálculo das necessidades habitacionais, incluindo, no caso do déficit habitacional, fatores que vão além da falta da casa, que são: *habitação precária, coabitação e ônus excessivo com aluguel*, divulgando o número, aproximado, de 6 milhões de unidades como o déficit habitacional do país em 2019.

A ex-presidente do CAU/BR (gestão 2021-2023), Nadia Somekh, em entrevista corrobora com os dados trazidos pela FJP e fortalece a conexão entre o déficit habitacional e a função dos arquitetos urbanistas ao afirmar que: “Cerca de 1/3 das casas no Brasil são precárias. Precisamos de profissionais que melhorem a habitabilidade. Que achem soluções para a umidade, para as crianças não terem asma” (*apud* CAU/RS, 2021). Nadia acrescenta a questão da inadequação habitacional quando fala de insalubridade, e reforça a necessidade de atender o déficit ao se referir às casas que possuem estrutura precária, não adequadas à moradia, ou que abrigam mais de uma família, ou mesmo “famílias urbanas com renda domiciliar de até três salários mínimos que moram em casa ou apartamento e que despendem mais de 30% de sua renda com aluguel” (FJP, 2019).

Essa é uma realidade que fere um direito constitucional, previsto no artigo 6º da Constituição de 1988.

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (CF, 1988).

Outros direitos legítimos dos cidadãos brasileiros garantidos pela mesma Constituição, como saúde, educação, entre outros, recebem muito mais importância e visibilidade do que a habitação. Nadia continua “O povo reconhece o valor dos médicos porque precisa [deles]. O dos advogados porque tem defensoria pública. E não vemos o reconhecimento da arquitetura, que pode melhorar as condições de habitabilidade no Brasil”(apud CAU/RS, 2021).

Na atualidade, a supervalorização da propriedade supera a ideia de bem-estar social, contribuindo para um panorama de desigualdade. A arquitetura social contesta a moradia apenas como um ativo financeiro, a defende como direito dos cidadãos, por isso a sua importância: busca atender a população independente de sua renda ou origem. Ela contribui como instrumento para enfrentamento do problema, ao criar soluções inovadoras, especialmente acessíveis, para proporcionar uma moradia adequada.

No entanto, a precariedade e a falta de moradias adequadas não é o único motivo para justificar a necessidade de arquitetos urbanistas se empenharem em desempenhar a sua função social. Em 2022, o CAU/BR, constrói um manifesto em formato de carta aberta, direcionado aos candidatos das eleições, nomeado de ‘O BRASIL PRECISA DE MAIS ARQUITETURA E URBANISMO!’. Nele, o CAU representa e fala em nome da arquitetura brasileira e afirma: “Nós, arquitetos (as) e urbanistas, somos formados para proporcionar melhores condições de vida para todos, e reiterarmos o compromisso da Arquitetura e do Urbanismo com a inclusão e o desenvolvimento socioterritorial”(CAU/BR, 2022). Assume, portanto, que faz parte das atribuições profissionais, a tarefa de trabalhar de maneira inclusiva e em prol da construção de uma sociedade melhor.

Na Carta, o CAU foca em três principais frentes que caracterizam ou podem ser caracterizadas como campos de atuação da arquitetura no Brasil, são eles: planejamento de cidades e das regiões; habitação, saúde pública e meio ambiente; e organização e políticas de estado. Ao falar de planejamento territorial, de política habitacional e mobilidade urbana, trata-se de urbanismo, campo que precisa de maior atenção, devido à crise urbana brasileira crônica. Ermínia Maricato (2000) em

seu texto “As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias”, reflete sobre o urbanismo brasileiro, evidenciando a exclusão urbanística, ao acentuar o conceito de “cidade oficial” e o não reconhecimento da gigantesca ocupação “ilegal” do solo, parcela da sociedade excluída por não ser atendida pelo mercado imobiliário considerado formal e legal. A autora destaca a necessidade de sujeitos pensantes assumindo a tarefa de reverter a condição crítica na qual o urbanismo brasileiro se encontra.

A crise do planejamento urbano e a busca de uma nova matriz teórica constitui um momento importante para uma produção intelectual comprometida com a democracia no Brasil. A oportunidade é a de "replantear" a questão em novas bases, através de uma militância intelectual que impeça a consolidação de Uma matriz que, sob forma nova, novos rótulos, nova marca, cumpra o mesmo e antigo papel de ocultar a verdadeira orientação dos investimentos ou dos privilégios nas cidades. Trata-se também de ousar apontar caminhos, mesmo em meio à tormenta... e por isso mesmo. (Maricato, 2000, p.188)

Em 2019, Ermínia Maricato falando na Mesa de Abertura do Seminário Nacional de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (ATHIS), aponta que a solução para vencer a precariedade das condições de habitação e garantir o direito à cidade está na ação da Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social, enfatiza: “ATHIS é a saída. Não temos alternativa” (*apud* CAU/BR, 2019).

Em sua fala, levanta o histórico de surgimento dos assentamentos precários nas cidades, desde os anos 1940 e a necessidade de dar visibilidade a essa produção da cidade considerada ‘informal’. Ermínia defende que o Brasil precisa entender que a autoconstrução é a regra e não exceção na produção da arquitetura brasileira.

Muitos autores concordam e corroboram quanto à legitimação da função social do arquiteto urbanista, como vem sendo tratado desde o capítulo introdutório desta dissertação. Faz-se necessário validar o arquiteto urbanista legalmente e simbolicamente como sujeito apto a encarar e encabeçar as lutas contra os problemas urbanos enfrentados pelo Brasil.

Renzo Piano (2009), em contexto mundial, também identifica a necessidade dos arquitetos urbanistas assumirem essa responsabilidade social. O vencedor do Prêmio Pritzker, no livro “A Responsabilidade do Arquiteto”, faz uma crítica ao

arquiteto na conjuntura atual e, ao responsabilizar o profissional por sua obrigação técnica, indica que “o arquiteto, como formalizador, é hoje uma personagem patética, uma personagem de outros tempos.” (Piano, 2009, p.20), provocando a nova geração, ao declarar a apatia por parte dos profissionais, afirmando temer um eclipse da produção arquitetônica atual.

Segnini (2002) assim como Renzo, define uma tendência: a urgência da população, sentida pelos profissionais, de que sua função social precisa ser almejada, cada dia mais, a fim de garantir o pleno exercício da profissão de arquiteto urbanista.

Os depoimentos refletem, também, essa angústia e expressam o anseio por mudanças estruturais da sociedade, mudanças que não foram possíveis, no início do século XX, por meio da arquitetura como agente reformador e que se agravaram no presente momento, no qual o mercado e sua lógica racionalizadora assumem importância cada vez maior, submetendo as relações sociais às relações econômicas, aprofundando desigualdades em dimensões jamais observadas anteriormente (Segnini, 2002, p. 122 e 123).

Cada dia se faz mais presente a consciência coletiva sobre a função política social do arquiteto. A invisibilização da sociedade à margem, em uma cidade considerada ‘ilegal’, ‘informal’, ‘não existente’, já não se ampara não só pelas condições de vida dessa população marginalizada, mas pelo seu efeito nas condições de sustentabilidade econômica, social e ambiental em que o país se encontra.

Essa tendência que evidencia um movimento positivo de maior consciência social, também é percebida por Liana Oliveira (2019), em sua tese de doutorado, que detecta uma maior atividade de agentes de transformação social que vão além da bolha da arquitetura e urbanismo, inclusive.

A atuação desses novíssimos atores dentro de Coletivos Urbanos aponta para uma nova cultura cívica, vinculada ao valor de uso, e reivindicam o direito à cidade, através da participação e da renovação de seus espaços públicos, tais como suas ciclovias, suas praças, seus parques e seus muros. Os espaços das cidades, ao serem produzidos pelo trabalho humano, possuem especificidade de se transformar na medida em que a sociedade se transforma, daí a pertinência de resgatar valores dentro dessa nova cultura Urbana para a sua construção. (Oliveira, 2019, p.139)

A crescente conscientização social e a participação de agentes de transformação social em coletivos urbanos mostram que a sociedade está se mobilizando para reivindicar o direito à cidade e a construção de um ambiente urbano mais inclusivo. Nesse processo, o arquiteto urbanista pode ocupar espaço determinante.

Em reportagem do CAU, em 2017, Alis Josefides, arquiteta autônoma que desempenha trabalhos na área pública, especialmente em áreas de favela, declara: “Arquiteto é visto como artigo de luxo. A falta de entendimento da população em geral, sobre o que o arquiteto faz, é cultural. A quebra desse paradigma somente se dará com a aproximação do arquiteto e urbanista em todas as camadas da sociedade” (apud CAU/BR, 2017). Esta fala demonstra a importância de repensar como simbolicamente o arquiteto urbanista tem se apresentado à sociedade, e qual tem sido o seu papel socialmente.

Alis defende que a função social do arquiteto deve ir além da construção de casas, precisando abranger abarcar as diversas pautas do urbanismo inclusivo, “que conecte o cidadão com o lugar onde vive” (CAU/BR, 2017).

A ausência de informação sobre o papel social, não apenas do próprio arquiteto urbanista, mas também da população que o desconhece, prejudica não somente, o entendimento e aproximação, mas também sua atuação.

As pessoas que não têm acesso à arquitetura não conhecem sua função social, que é trabalhar com a cidade, torná-la mais justa e igualitária. Atualmente, a produção da cidade é cada vez mais realizada de forma fragmentada e exclusiva, grandes espaços fechados, setoriais, segmentos isolados criados com a visão única para o mercado imobiliário excluindo cada vez mais a maior parte da população. (Iervolino e Prados, 2015, p. 3)

A invisibilização das ações de ATHIS são reflexo do senso comum que coloca o arquiteto urbanista distante da sua atuação social e não revela o potencial da atuação deste profissional para melhorar as condições de vida da sociedade. Maricato (2019) confirma essa afirmação a seguir com:

É uma produção que é desconhecida, invisível. Temos uma narrativa que não mostra que a ‘regra’ é a exceção. A produção informal, ilegal, sem conhecimento técnico da moradia é uma regra, que não é vista como regra na representação das cidades. (MARICATO *apud* CAU/BR, 2019)

A arquitetura social, possivelmente, ainda não é um caminho explorado pelos arquitetos, por sermos uma sociedade impregnada com o mito de que os arquitetos atuam única e exclusivamente dentro de uma realidade de luxo e para classes ricas. Ideia compartilhada pelos profissionais e pelas escolas de arquitetura, quando se percebe que uma das principais motivações para estudar arquitetura é exclusivamente adquirir bens financeiros e trabalhar em grandes escritórios e não leva em conta a vocação e a gama de possibilidades, como discutida por Whitaker:

O caminho não é esse, embora se possa entender que a geração em questão produziu em uma época em que o mercado da arquitetura, ainda muito limitado, podia talvez se resumir à produção de algumas dezenas de grandes profissionais. O problema está em reproduzir esse pensamento para as gerações futuras, cujo universo de atuação é completamente diferente, muito mais amplo, mais complexo, não cabendo mais apenas na prancheta de alguns grandes escritórios. Porém, nossos jovens continuam aprendendo que este é o modelo a seguir. (Whitaker, 2011)

Destaca-se a importância de políticas públicas que impactem a sociedade, não apenas de forma concreta: construção ou transformação de moradias, praças, espaços públicos; mas também de forma educativa, socializando os conhecimentos atribuídos a profissionais da arquitetura e urbanismo, em prol de uma habitação e de uma cidade melhor: “Faz-se necessária a implantação de políticas participativas onde o profissional arquiteto integre o papel de educador social” (Iervolino e Prados, 2015, p. 8.)

Além de políticas públicas, as escolas de Arquitetura e Urbanismo também possuem papel importante nessa reeducação de base, sobretudo na formação de novos arquitetos urbanistas com maior consciência sobre seu papel social: “Os educadores arquitetos e urbanistas devem repensar sobre o que ensinam, exigem, direcionam e estimulam em sala de aula” (Ferreira e Flório, 2018), sem desconsiderar o conhecimento básico e já disseminado, “[...] entretanto é importante formar um profissional complexo que saiba analisar e compreender as questões do seu entorno e não só aquelas que mais lhe é financeiramente viável ou que o mercado está solicitando”(Ferreira e Flório, 2018).

O livro “Por um ensino insurgente em arquitetura e urbanismo” publicado em 2020, reúne autores e autoras que se declaram insurgentes, indivíduos inconformados com o modelo de ensino implantado nas instituições de ensino superior. Os artigos estimulam a reflexão sobre a necessidade de quebrar e

desconstruir saberes considerados hegemônicos no campo da arquitetura, e assim transcender o campo disciplinar consolidado, visibilizando os conhecimentos emaranhados de preconceitos sociais.

Andrea Moassab e Léo Name (2020), logo na apresentação do livro, questionam a desvalorização de temas importantes, como é o caso da ausência de discussão sobre o espaço rural, o racismo estrutural, a invisibilização das arquitetas mulheres, a desqualificação da produção ainda considerada ‘não científica’, como o próprio saber advindo das autoconstruções, por exemplo; e a hegemonia de uma única técnica construtiva; entre outras.

Em relação a outros campos do saber, há que se pensar, então, em que medida o ensino e a prática em arquitetura e o urbanismo corroboraram e ainda corroboram com a aplicação ou a justificação de violências físicas ou simbólicas contra aqueles/as que resistem ou se opõem aos desmandos da modernidade-colonialidade. O campo disciplinar da arquitetura e urbanismo, afinal, se apresenta como um ramo das ciências sociais aplicadas, o que deveria nos deixar alertas sobre suas possibilidades de apresentar-se como braço interventor e legitimador de práxis perpetuadoras do eurocentrismo e da colonialidade do poder. (Name; Moassab, 2020, p.14)

O conceito ‘insurgente’ aparece com Harvey (2007), introduzindo a ideia de um ‘arquiteto insurgente’, um sujeito com ânsia de transformação, que busca dar acesso a habitação adequada, serviços urbanos, direito à obra e dar o devido valor de uso da propriedade (*apud* Raposo, 2016, p. 34).

Isabel Raposo, também reforça a função do ensino nessa formação de uma nova geração de arquitetos urbanistas, resumindo as pautas que precisam ganhar palco na discussão sobre o papel da academia:

[...] a relação dialética entre a transformação do mundo e a nossa própria transformação, entre a transformação do espaço e a transformação social; da propriedade privada da terra à propriedade comum, à apropriação, e à gestão coletiva do espaço; do valor de troca ao valor de uso; a participação popular e a autoconstrução; da tábula rasa ao reconhecimento das malhas do urbano não ou semi-urbanizadas; da sua renovação à reabilitação e regularização fundiária; a distribuição de recursos a nível mundial e o investimento no rural e no habitat popular; e o papel dos movimentos sociais urbanos na resistência ao sistema hegemônico e no ensaio de ‘outro espaço’ e ‘outra sociedade’. (Raposo, 2016, p. 37)

Refletir sobre o papel dos arquitetos urbanistas em busca de uma sociedade com maior equidade se apresenta como fundamental, conforme foi levantado ao

longo desta pesquisa. Além do âmbito da construção civil, promover o direito à cidade envolve outras temáticas da vivência humana. Para fortalecer o papel social do arquiteto urbanista, um dos caminhos parece ser o de quebrar estereótipos sobre como a sociedade enxerga os profissionais, mas também como eles próprios se enxergam. Assim como, o da vertente de se transformarem em educadores sociais, ou melhor, insurgentes.

## Capítulo 8: Considerações Finais

A partir da compreensão de como o cenário urbano do Brasil se constituiu, ao longo de sua história e se encontra atualmente, fica claro que o ofício do arquiteto urbanista brasileiro opera em meio a desigualdades sociais, déficit habitacional e segregação urbana.

Ao traçar o perfil do arquiteto urbanista, desde o capítulo 3, identifica-se como a sociedade constrói a imagem deste indivíduo, a partir de características físicas e socioeconômicas. Representado pela figura da arquiteta branca, designer de interiores, classe média, do sudeste brasileiro, o que descreve o arquiteto urbanista, no Brasil, não gera identificação com a maioria da sociedade brasileira, mas revela a situação de acesso limitado à formação superior por parte dessa maioria. Afinal, o Brasil é um país com alarmante desigualdade social, com população majoritariamente de baixa renda e com preocupantes discriminações frente a minorias. Fica evidente a predominância de gênero, cor/raça e região demográfica dentro da profissão. Sobre a inserção do arquiteto urbanista no mercado de trabalho, a maior predominância está na condição do trabalho autônomo e o não cumprimento do piso salarial. A pesquisa capta novas tendências e as transformações do mercado de trabalho, tais como a precarização, a “pejotização” e a competição em um mercado saturado.

O capítulo 4 ao investigar como os arquitetos urbanistas se definem, suas motivações e frustrações quanto à profissão, apresenta uma tríade de perspectivas profissionais, atribuídas por eles próprios: artista, construtor e responsável social. O lado criativo e estético se destaca, mas convive com o aspecto da técnica e, finalmente, se funde no arquiteto urbanista como responsável social, em que ambos os lados são considerados, tanto o da arte quanto o da construção, dando ênfase à ‘intenção’ desse profissional, ao atribuir a ele uma outra competência, a de refletir sobre os impactos de suas ações.

Além das perspectivas advindas da revisão bibliográfica, pôde-se adjetivar o arquiteto urbanista, a partir das pesquisas realizadas pelo CAU e por este autor, no contexto brasileiro atual. Foi o caso do arquiteto urbanista descontente, que se conecta, diretamente, com as problemáticas levantadas no capítulo 3, sobre a inserção no mercado de trabalho. Como também o arquiteto urbanista polímata, que valida a temática trazida, desde a introdução desta dissertação, ao identificar a

formação desse profissional como generalista. E por fim, o arquiteto urbanista realizador de sonhos, com uma visão romantizada e esperançosa da carreira, que valoriza as ações de sua atuação ,em prol do bem estar social, destacando a questão da habitação. Fica claro que não existe um consenso universal, e que as competências, ou mesmo, a definição desse profissional, têm um caráter subjetivo.

Sobre as expectativas e os obstáculos identificados pela classe dos arquitetos urbanistas, a partir de dados retirados do II Censo das Arquitetas e Arquitetos Urbanistas do Brasil (2021), em conjunto com conteúdo qualitativo, retirado da pesquisa feita pelo autor, logrou-se elencar as motivações que justificam a escolha por essa atuação profissional, são elas: aptidão artística, influência da infância, realização pessoal, motivação financeira; impacto social; e criatividade. Como também os fatores de desmotivação: desemprego; falta de valorização profissional; dificuldades de inserção no mercado de trabalho e má remuneração. Enquanto as motivações evidenciam e se conectam com as definições sobre a profissão, como, por exemplo, o seu lado artístico, ou o impacto social, os obstáculos se conectam, de forma clara, com a situação do arquiteto urbanista no mercado de trabalho brasileiro, explicitada no capítulo 3. Este descompasso entre as expectativas da profissão e a realidade do mercado de trabalho, resulta em uma possível frustração. Para contorná-la, os profissionais buscam trabalho em áreas reconhecidamente geradoras de melhores rendimentos, tais como projetos arquitetônicos de médio e grande porte, e arquitetura de interiores, e se afastam de atuações que se relacionam, de forma mais próxima, com sua função social, afinal a motivação financeira é um aspecto importante. Ou seja, enquanto a arquitetura social não se apresentar de forma lucrativa, ou pelo menos, oferecendo estabilidade e salários compatíveis com o mercado, ou como campo de entrada no mercado de trabalho para esses profissionais, acaba por não ser uma opção, mesmo para aqueles profissionais que se identifiquem, e desejem trabalhar na produção social da arquitetura e urbanismo.

Como demonstrado, ainda no capítulo 4, existe uma parcela desses profissionais que se identificam com a possibilidade de causar um impacto social, afirmação que se apresenta tanto na vertente teórica do **arquiteto como responsável social**, quanto na identificação de suas motivações e interesses. A partir dessas problemáticas se assume a necessidade de invocar e incentivar o lado social desse indivíduo.

No início do capítulo 5, através de informações da pesquisa do CAU (2015), sobre a impressão da população brasileira quanto aos profissionais da arquitetura e urbanismo, já se determinam outros fatores de afastamento entre os profissionais e grande parcela da população, são eles: **custo financeiro dos serviços e falta de compreensão a respeito da atuação** do arquiteto urbanista. Além disso, o capítulo aborda o perigo dos estereótipos como definidores sociais, o que pode explicar, parcialmente, os dois fatores de afastamento citados, que constroem e mantêm uma imagem de inacessibilidade ao trabalho do arquiteto urbanista. São apresentados três diferentes olhares sobre esse profissional, a partir de diferentes procedimentos metodológicos, tentando explicitar os estereótipos que compõem esse sujeito.

O primeiro olhar, o da mídia, identifica a imagem de um profissional arquiteto urbanista como sendo um homem, branco, jovem adulto, baseado na visão dos meios de comunicação, que são um dos principais criadores e estimuladores de estereótipos. Foram elencados os símbolos que permeiam esse profissional, como é o caso de materiais que identificam a carreira de projetista: maquete, esquadros, croquis, desenhos e lápis, ou fazendo referência à gestão de obras, como: capacete, fita métrica e prédios. Em nenhum dos meios pesquisados foram encontrados símbolos que fizessem referência ao arquiteto urbanista de impacto social, por exemplo, junto a comunidades ou a trabalhos relacionados ao desenvolvimento social.

Nos olhares da crítica, baseado num compilado de informações extraídas de *sites* que se dedicam a discutir a arquitetura e urbanismo, o perfil físico desse sujeito aparece também identificado como de um homem branco. Na determinação dos arquitetos urbanistas considerados de relevância, que estampam as principais matérias jornalísticas e as listas consideradas importantes, percebe-se que, apesar de constar a figura de mulheres, como destacado no capítulo 3, a soberania masculina e as relações de poder de uma sociedade construída a partir do patriarcado, ainda determina, e mantém o lugar de destaque do arquiteto homem, em posição de dominação.

Nos olhares da bolha, retirado de um recorte específico de análise, percebe-se, de forma positiva, que já existem quebras nos paradigmas construídos pela mídia, assim como pela crítica. Afinal, a partir dessa visão, mesmo que segmentada, de uma parcela da população, arquitetos urbanistas puderam ser representados através de figuras de pele negra e mulheres. Foi possível também

identificar símbolos atualizados desse sujeito, como é o caso dos óculos e de características que associam o indivíduo a intelectual, estiloso, moderno ou estudioso.

Importante citar que, ainda, no capítulo 5: 'Como o arquiteto urbanista é visto', se destaca nos dois primeiros olhares apresentandos, novamente, a questão racial, onde emerge a supremacia branca, contra a quase invisibilização de profissionais negros. Ou seja, muitos dos comportamentos sociais tendem a ser influenciados também por uma questão racial. Aqui nesta dissertação, não há dados explícitos, que evidenciem o possível vínculo entre o perfil econômico e de prestígio dos arquitetos brasileiros, *versus* o da população que não tem acesso aos serviços de arquitetura, como um tópico de pauta racial, mas cabe a reflexão e o questionamento, o que ocorre também quanto à questão de gênero. Seria a falta de identificação um indício que explica o afastamento dos profissionais da arquitetura da população de baixa renda?

Apesar de três diferentes olhares sobre os arquitetos urbanistas, eles são segmentados e insuficientes para abarcar e investigar, com profundidade, as simbologias que envolvem esses profissionais, principalmente, quando utilizados para justificar o afastamento da sua atuação profissional, das necessidades do público de mais baixa renda. São indícios e não fatos. Seria de grande relevância captar outros olhares, como é o caso da visão dos movimentos sociais e do poder público, assim como conseguir realizar recortes regionais, para imprimir maior precisão, o que não puderam ser alcançados nessa pesquisa.

Ainda sobre simbologias, o capítulo 6, aborda a temática do poder simbólico, disseminado por Pierre Bourdieu, com o propósito de destacar a responsabilidade intrínseca da profissão, por serem atribuídos, por lei, poderes de grande relevância social, desde sua titulação até as suas ações, como modificador e criador de espaços sociais. Destaca-se também a possibilidade de, por sua inação, dar origem a violências simbólicas. Como é o caso da percepção da classe sobre a autoconstrução: enquanto o arquiteto urbanista não assume a sua função social servindo à população de baixa renda, criminalizar uma prática que garante a sobrevivência de uma população é um ato de violência simbólica. Por isso, ressalta-se a importância desse capítulo ao discutir e validar o poder dos arquitetos urbanistas, não com o objetivo de incentivar práticas que ajudem a manter a sua

posição social, mas sim expor seu potencial de atuação e as responsabilidades atreladas.

Ainda, no capítulo 6, em busca de desvendar o que está invisibilizado ou pouco debatido sobre o arquiteto urbanista, apresentou-se uma gama de possibilidades de inserção no mercado de trabalho, a partir de Luís Martin (2016). São elas: designer gráfico; designer de produtos; produção de eventos; ilustração; cinema; marketing; turismo; ensino; cenografia; entre outras. Reitera-se, portanto, que a partir de uma formação generalista, existe um mundo de caminhos que esse indivíduo pode escolher seguir. Possibilidades que podem oferecer melhores condições de trabalho, melhor remuneração, entre outros aspectos, do que atuação em campos tradicionais da arquitetura e urbanismo. Vale ressaltar o pequeno interesse ou ausência de mercado de trabalho para áreas mais comumente relacionadas ao campo da arquitetura e urbanismo, que também foram listadas neste capítulo: gestão, meio ambiente, segurança do trabalho, ensino; acessibilidade, além das mais conhecidas como a de projeto, projetos de reforma e execução de obras. Essa situação deve ser debatida e aprofundada em futura pesquisa, através de estudos de caso que discutam as decisões de carreira dos profissionais, frente às oportunidades, ou na ausência destas.

No final da dissertação, evidencia-se a importância social da atuação do arquiteto urbanista. A partir de uma abordagem interdisciplinar, foram destacadas outras possibilidades dentro da profissão, elencando a arquitetura social, não apenas como solução para sanar problemas coletivos, mas também como campo de trabalho para o profissional da área da arquitetura e urbanismo. As autoconstruções seguem sendo a regra do cotidiano brasileiro, enquanto que profissionais afetos a essa questão, não ocupam esse espaço, configurando um atraso na luta contra o déficit habitacional e o direito à cidade no país. Enfatiza-se aqui a ATHIS como ferramenta de luta contra os problemas apontados.

A Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social é um movimento que tem força para fazer emergir a função social do arquiteto urbanista, mas também para ajudar a construir uma sociedade mais inclusiva, garantindo serviços técnicos adequados a grande parcela da população brasileira. Apesar da Lei de mesmo nome, existir desde 2009 e, em teoria, garantir esse serviço à população, pouco foi feito em relação a sua implementação, são raros os casos de políticas públicas que envolvam essa prática. Por esta razão, ainda temos números tão

alarmantes, com respeito ao déficit habitacional, mas também sobre a falta de atuação dos arquitetos urbanistas, nos problemas habitacionais e urbanos, que afligem a maioria dos brasileiros. A falta de aplicabilidade da Lei, o pouco incentivo à prática e os poucos exemplos de ATHIS, por iniciativa pública ou privada, é um fator que corrobora para o distanciamento profissional dos temas sociais, investigado nesta dissertação.

O urbanismo enquanto campo de atuação teve pouco destaque na pesquisa, pois, infelizmente, é constantemente tratado de forma isolada da arquitetura. O estudo profundo sobre ambos os lados da arquitetura e urbanismo exigiria um maior debruçamento.

A partir desta pesquisa, pode-se afirmar que, além da falta de conhecimento da profissão por parte da população, do custo dos serviços ofertados e da falta de identificação, e representatividade desses profissionais, em relação à população de baixa renda, a ausência de consciência sobre o poder de sua atuação e, principalmente, o baixo incentivo e a falta de garantia de uma remuneração adequada, acabam por, possivelmente, promover o distanciamento entre o profissional e grande parcela da sociedade. A ineficiência de uma lei vigente, a Lei da ATHIS, e o desinteresse dos entes públicos em enfrentar os problemas urbanos e habitacionais brasileiros, acentuam ainda mais o distanciamento.

Sendo assim, exigir do poder público a aplicabilidade dessa lei nacional, já sancionada, deveria ser parte da tarefa dos profissionais da área e da população, para isso, é importante a disseminação da informação, tanto para estudantes e profissionais, como para a população em geral.

Da mesma importância, deve-se investir na desconstrução de estereótipos e construir um novo olhar da população, frente a esse profissional, mas também fazer conhecer ao arquiteto urbanista, outras possibilidades de trabalho, além dos escritórios que atendem ao mercado de média e alta renda. Desconstruir esse pensamento como única forma de atuação do arquiteto não é tarefa fácil, pois envolve estabelecimento de uma carreira de arquitetura pública, formação voltada também para o atendimento das necessidades do público de baixa renda, e valorização do trabalho do arquiteto urbanista pela sociedade. Só assim, possivelmente, as próximas gerações terão um outro olhar sobre a profissão, indicando outros caminhos, além do mercado tradicionalmente atendido pelo arquiteto urbanista.

Fica evidente a participação de outros agentes nessa equação, como é o caso do poder público, que detém as condições de promover a inserção do profissional da arquitetura e urbanismo, através da implementação de políticas públicas habitacionais e urbanas. A efetivação do direito à cidade e do direito à habitação adequada podem resultar em mudanças efetivas, que garantam qualidade de vida aos envolvidos.

A função da universidade é imprescindível. O ensino insurgente surge como categoria para ampliar as possibilidades que o ensino possui frente a formação desse sujeito de ação social (Cavalcanti, 2019), ou seja, é preciso repensar como o conhecimento vem sendo transmitido à nova geração de profissionais da arquitetura e urbanismo, questionando o papel não apenas do indivíduo, mas também das instituições de formação. É necessário que o ensino, a pesquisa e a extensão, o tripé universitário, contribua para gerar mais arquitetos insurgentes para o futuro do país.

O trabalho de incentivo que o Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU/BR) vem realizando em prol da função social do arquiteto urbanista, ocorre em diferentes frentes, e também deve ser avaliado. Será que o que vem sendo feito é efetivo e suficiente para tornar a ATHIS mais popular e acessível no Brasil? Esta pesquisa demonstra a necessidade de incentivar mais estudos sobre o tema. Ao mesmo tempo, em que se encontram mais materiais voltados à ação da arquitetura social no Brasil, ainda se fala sobre a necessidade de se falar mais, e cada vez mais sobre o assunto. Ou seja, o CAU precisa também repensar suas prioridades, ampliando os canais de comunicação entre os profissionais e população, na luta não só por melhores condições de trabalho para a classe, mas principalmente garantindo a relevância e a devida importância da atuação dos arquitetos urbanistas na sociedade.

Por fim, o arquiteto urbanista brasileiro não pode e nem deve se esquivar de seu papel social, é crucial refletir sobre sua, também tarefa, como agente de mudança, a fim de sanar as desigualdades, sejam elas, raciais ou de gênero, assim como em busca da equidade urbana. Seu papel, além dos vários elencados através de inúmeras definições de suas competências, inclui também o de construir consciência coletiva, desde sua base (o indivíduo arquiteto), até sua expansão para outros agentes (população, lideranças políticas, entre outros), a favor de desenvolver uma sociedade com maior igualdade, liberdade e autonomia.

## REFERÊNCIAS:

AGÊNCIA PAPOCA. **ARQUITETOS BRASILEIROS FAMOSOS: UMA LISTA COMPLETA E INSPIRADORA**. LAART, 22 de julho de 2017. Disponível em: <<https://laart.art.br/blog/arquitetos-brasileiros/>>. Acesso em 25 de junho de 2023.

ALMEIDA, Renata Regina. **A Arquitetura do Poder e o Poder da Arquitetura: O Estádio Nacional do Jamar**. Instituto Universitário de Lisboa, 2020.

ARRUDA, Ângelo Marcos. **Assistência técnica em habitação de interesse social dez anos depois**. BR Cidades, 2019. Disponível em: <<https://www.observatoriodasmetroles.net.br/assistencia-tecnica-em-habitacao-de-interesse-social-dez-anos-depois/>>. Acesso em 05 de fevereiro de 2024.

ASCHER, François;. **Os novos princípios do Urbanismo**. François Ascher, tradução e apresentação Nadia Somekh, São Paulo, Romano Guerra, 2010.

BACCEGA, M. A. **O estereótipo e as diversidades**. Comunicação & Educação (13), 1998, p. 7-14.

BALDISSERA, Olivia. **Arquitetura social e a garantia de moradia digna para todos**. Arquitetura e Sustentabilidade, PUCPR, 28 de Junho de 2023. Disponível em: <<https://posdigital.pucpr.br/blog/arquitetura-social>> Acesso em: 02 set 2023.

BARATTO, Romullo. **121 Definições de Arquitetura**. 05 Dez 2016. ArchDaily Brasil. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/800699/121-definicoes-de-arquitetura>>. Acesso em 05 de Janeiro de 2023.

BICCA, Paulo. **ARQUITETO, a máscara e a face**. São Paulo: Projeto Editores Associados, 1984.

BIROLI, Flávia. **Mídia, tipificação e exercícios de poder: a reprodução dos estereótipos no discurso jornalístico**. Rev. Bras. Ciênc. Polít. 6 edição, 2011.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução de Maria Helena Kühner. 4 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

BOURDIEU, Pierre; BOLTANSKI, Luc. **O diploma e o cargo: relações entre o sistema de produção e o sistema de reprodução**. 1975. In: Maria Alice Nogueira; Afrânio Catani (Org.). Escritos de educação. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

BROLLO, Maria Eduarda; COSTA, Leandro. **Déficit Habitacional como Violência Simbólica**. Revista Políticas Públicas e Cidades, 2020.

CABRAL, Paulo. **Ensino superior é passaporte de ascensão social, cultural e econômica de minorias e da população marginalizada**. Entrevista concedida a Anderson Viegas, FUNDACRED, 12 de junho de 2017. Disponível em: <<https://www.fundacred.org.br/site/2017/06/12/ensino-superior-e-passaporte-de-asc>>

[ensao-social-cultural-e-economica-de-minorias-e-da-populacao-marginalizada/>](#). Acesso em 25 de junho de 2023.

CANDELLO, Heloisa; HILDEBRAND, Hermes. **METODOLOGIA SEMIÓTICA PARA ANÁLISE DE REVISTAS DIGITAIS ON-LINE**. Encontro Latino-Americano de Design, Universidade de Palermo, 2008.

CARDOSO, Fernanda Simon; LOPES, João Marcos. **Assessoria e Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social: do discurso à construção da prática profissional**. Território, Cidadania e Direitos, Rev. Bras. Estud. Urbanos Reg. 24, 2022.

CARDOSO, Fernanda Simon; LOPES, João Marcos. **Assistência e assessoria técnica: Entre o discurso e a prática**. ENANPUR. Natal, 2019.

CASTELLS, Manuel, 1942. **A sociedade em rede**. Tradução: Roneide Venâncio Majer; atualização para 6 edição: Jussara Simões. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CAVALCANTI, Débora de Barros, **Participação, insurgência e descolonização do planejamento urbano e a universidade**. Espaços Vividos e Espaços Construídos, v. 1, p. 66-72, 2019.

CAVALCANTI, Eduardo. **Como o movimento DIY está impactando a construção civil?**. Blog da Engenharia, 2020. Disponível em: <<https://blogdaengenharia.com/engenharia/engenharia-civil/como-o-movimento-diy-esta-impactando-a-construcao-civil/>>. Acesso em 12 de janeiro de 2024.

CAU/BR. **ANUÁRIO DE ARQUITETURA E URBANISMO**. Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR), Brasília, maio de 2019.

CAU/BR. **ATHIS: Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social**. Conselho Nacional de Arquitetura e Urbanismo, 2018.

CAU/BR. **ARQUITETOS DISCUTEM DESAFIOS E OPORTUNIDADES DA HABITAÇÃO SOCIAL**. Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR), 2018. Disponível em: <<https://caubr.gov.br/arquitetos-discutem-desafios-e-oportunidades-da-habitacao-social/>>. Acesso em 12 de janeiro de 2024.

CAU/BR. **ARQUITETOS E URBANISTAS AVALIAM POSITIVAMENTE SERVIÇOS DO CAU**. Conselho Nacional de Arquitetura e Urbanismo, 2019. Disponível em: <https://caubr.gov.br/arquitetos-e-urbanistas-avaliam-positivamente-servicos-do-cau/>. Acesso em 17 de setembro de 2023.

CAU/BR. **ARQUITETURA SOCIAL: TODOS TÊM DIREITO À HABITAÇÃO**. Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR), 2017. Disponível em: <<https://caubr.gov.br/arquitetura-social-todos-tem-direito-habitacao/>>. Acesso em 12 de janeiro de 2024.

CAU/BR. **“MAIS IMPORTANTE QUE CONSTRUIR MORADIA É LEVAR CIDADE”**, AFIRMA ERMÍNIA MARICATO. Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil,

2019. Disponível em: <https://caubr.gov.br/mais-importante-que-construir-moradia-e-levar-cidade-afirma-erminia-maricato/>. Acesso em 20 de setembro de 2023.

CAU/BR. **CENSO DOS ARQUITETOS E ARQUITETAS E URBANISTAS 2020**. Conselho Nacional de Arquitetura e Urbanismo, 2022. Disponível em: <<https://caubr.gov.br/censo2020/>> Acesso em 17 de maio de 2022.

CAU/BR. **Código de Ética e Disciplina para Arquitetos e Urbanistas**. CAU/BR - Conselho de Arquitetos e Urbanistas do Brasil, 2015.

CAU/BR. **DIAGNÓSTICO REVELA O PERFIL DE DESIGUALDADE DE GÊNERO NA ARQUITETURA E URBANISMO**. Conselho Nacional de Arquitetura e Urbanismo, 2019. Disponível em: <[https://www.caubr.gov.br/equidade/?page\\_id=382/](https://www.caubr.gov.br/equidade/?page_id=382/)> Acesso em 25 de junho de 2023.

CAU/RJ. **DUZENTOS ANOS DO ENSINO DE ARQUITETURA NO BRASIL: HISTÓRIA E REFLEXÕES**. Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro(CAU/RJ), 2016. Disponível em: <<https://www.caurj.gov.br/duzentos-anos-do-ensino-de-arquitetura-no-brasil-historia-e-reflexoes/>>. Acesso em 26 de fevereiro de 2024.

CAU/BR. **O maior diagnóstico sobre arquitetura e urbanismo já feito no Brasil**. CAU - BR, 2015. Disponível em: <<https://www.caubr.gov.br/pesquisa2015/>>. Acesso em: 21 fev. 2021.

CAU/BR. **RESOLUÇÃO Nº 21, DE 5 DE ABRIL DE 2012**. Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR), 2012. Disponível em: <<https://transparencia.caubr.gov.br/arquivos/resolucao21.pdf>>. Acesso em 12 de janeiro de 2024.

CAU/DF. **Pesquisa Datafolha: 82% das moradias do país são feitas sem arquitetos ou engenheiros**. Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Distrito Federal (CAU/DF), 2022. Disponível em: <<https://caudf.gov.br/pesquisa-datafolha-82-das-moradias-do-pais-sao-feitas-sem-arquitetos-ou-engenheiros/>>. Acesso em 12 de janeiro de 2024.

CAU/MG. **CAU Brasil lança Portal ATHIS. Conteúdo será permanentemente atualizado**. Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Minas Gerais(CAU/MG). Disponível em: <<https://www.caumg.gov.br/cau-brasil-lanca-portal-athis/>>. Acesso em 20 de setembro de 2023.

CAU/RS. **“O Brasil precisa de arquiteto pé no chão”, diz nova presidente do CAU/BR**. Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul(CAU/RS), 2021. Disponível em: <<https://caurs.gov.br/o-brasil-precisa-de-arquiteto-pe-no-chao-diz-nova-presidente-d-o-cau-br/>>. Acesso em 20 de setembro de 2023.

CER. **O QUE É POLÍMATA E POR QUE O FUTURO É DELE?**. Sebrae - CER (Centro Sebrae de Referência em Educação Empreendedora), 2021. Disponível em: <https://cer.sebrae.com.br/blog/polimata/abarbarie.html>. Acesso em: 04 mai. 2023.

Clube de Engenharia. **ATHIS: a arquitetura como uma construção coletiva pela moradia plena**. Clube de Engenharia, 2019. Disponível em: <https://portalclubedeengenharia.org.br/2019/11/27/athis-a-arquitetura-como-uma-construcao-coletiva-pela-moradia-plena/>. Acesso em 05 de fevereiro de 2024.

MARICATO, Ermínia. **Urbanismo na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras**. São Paulo Perspec. 14, Outubro, 2000.

COLIN, Silva. **Uma introdução à arquitetura**. Editora Paula Cajaty, Rio de Janeiro, 2019.

COLLIN, Andrey; YOUNG, Richard. **The future of career**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

CORBUSIER, Le. **Por uma arquitetura**. Editora Perspectiva S.A, São Paulo, 2002.

COSTA, Regida Helena. **Princípios de direito urbanístico na constituição de 1988**. In. TEMAS DE DIREITO URBANÍSTICO 2. Adilson Abreu Dallari e Lucia Val Figueiredo. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1991.

DINO. **Setor da construção civil deve crescer 2,5% em 2023**. Globo.com - Econômico Valor, abril de 2023. Disponível em: <https://valor.globo.com/patrocinado/dino/noticia/2023/04/26/setor-da-construcao-civil-deve-crescer-25-em-2023.ghtml>. Acesso em 20 de julho de 2023.

DRUMMOND, Roberta. **Os dez arquitetos mais pesquisados no Google Brasil; sabe quem são?**. Folha Vitória - Momento Decor, 2019. Disponível em: <https://www.folhavitoria.com.br/geral/colunas/momento-decor/2022/06/27/os-dez-arquitetos-mais-pesquisados-no-google-brasil-sabe-quem-sao/>. Acesso em 25 de junho de 2023.

EQUIPE VIVA DECORA. **Como Está o Mercado para Arquitetura e Urbanismo nos 6 Primeiros Meses de 2020?**. VIVA DECORA PRO, 28 de setembro de 2020. Disponível em: <https://www.vivadecora.com.br/pro/mercado-arquitetura-e-urbanismo/>. Acesso em 19 de julho de 2023.

ESTADÃO. **Região Sul é socialmente a mais desenvolvida**. ESTADÃO, 2010. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/economia/regiao-sul-e-socialmente-a-mais-desenvolvida-imp-/>. Acesso em 17 de julho de 2023.

FACHINI, Tiago. **Reforma trabalhista: principais mudanças e impactos**. PROJURIS, 2022. Disponível em:

<<https://www.projuris.com.br/blog/reforma-trabalhista/>>. Acesso em 23 de janeiro de 2024.

FAENG. **Conceituação: a função social da profissão e da Arquitetura e Urbanismo**. FAENG - Faculdade de Engenharias, Arquitetura e Urbanismo e Geografia, 2024. Disponível em: <<https://faeng.ufms.br/graduacao/bacharelado/arquitetura-e-urbanismo/conceituacao-a-funcao-social-da-profissao-e-da-arquitetura-e-urbanismo/>>. Acesso em 15 de março de 2024.

FARIZEL, Davi. **O que é a função social?**. JusBrasil, 2017. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/artigos/o-que-e-a-funcao-social/415030798>>. Acesso em 07 de março de 2024.

FERREIRA, Cláudio Lima; FLÓRIO, Wilson. **A formação de um arquiteto social e ético: dilemas das universidades brasileiras**. Universidade Estadual de Campinas - Instituto de Artes, Campinas, SP, Brasil, 2018.

FERREIRA, Guilherme; GRUB, Julian; NUNES, Livia; Damasceno, Marcelo. **ARQUITETURA E(M) CRISE. IV ENANPARQ**. Porto Alegre, 2016.

FERREIRA, João Sette Whitaker. **Perspectivas e desafios para o jovem arquiteto no Brasil. Qual o papel da profissão?**. *Arquitextos*, v. 12, n. 133.07, p. on-line, 2011. Tradução. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/12.133/3950>. Acesso em: 18 jul. 2023. Acesso em 05 de junho de 2023.

FRANCO, David Silva; FERRAZ, Deise Luiza da Silva. **Uberização do trabalho e acumulação capitalista**. *Cad. EBAPE.BR* 17 (spe), Novembro de 2019.

FUÃO, Fernando Freitas. **Arquitetura e criatividade**. *Arquitetura revista*, vol. 4, núm. 1, janeiro-junho, 2008, pp. 1-14 Universidade do Vale do Rio dos Sinos São Leopoldo, Brasil.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **DEFICIT HABITACIONAL E INADEQUAÇÃO DE MORADIAS NO BRASIL. Principais resultados para o período de 2016 a 2019**. Belo Horizonte: FJP, 2021. Relatório.

GAY, Paul Du; HALL, Stuart Hall; MACKAY, Hugh; NEGUS, Keith. **Doing cultural studies: The story of the Sony walkman**. London: Sage Publications in association with The Open University, 1997.

GHISLENI, Camilla. **O ensino livre de arquitetura no Brasil: da teoria à prática**. *Arquitextos*, 17 Dez. 2020. ArchDaily Brasil. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/953015/o-ensino-livre-de-arquitetura-no-brasil-da-teoria-a-pratica>>. Acesso em 05 de março de 2024.

GOMES, Glaucy Hellen Herdy Ferreira. **Mulheres na arquitetura. Neutralidade política e a invisibilização das pluralidades na profissão.** 2021. MARIN, Jorge.

GONDIM, Linda. **Promessas e Desafios do Estatuto da Cidade.** Cidade e seu Estatuto: 10 anos de conquistas?. Cadernos Inesp 2011 / Instituto de Estudos e Pesquisas sobre o Desenvolvimento do Estado do Ceará - nº 5 (ago.2011) - Fortaleza: INESP, 2011.

GOV. BR. **Salário mínimo de 2024 terá ganho real e crescerá três pontos percentuais além dos 3,85% da inflação.** Gov.br, Planalto, dezembro de 2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2023/12/salario-minimo-de-2024-tera-ganho-real-e-crescera-3pp-alem-dos-3-85-da-inflacao>>. Acesso em 18 de março de 2024.

HEYNEN, Hilde. **Space as receptor, instrument or stage. Notes on the interaction between spatial and social constellations.** International Planning Studies, 2013.

IBGE. **Em 2021, pobreza tem aumento recorde e atinge 62,5 milhões de pessoas, maior nível desde 2012.** Agência IBGE Notícias - Autoria Caio Belandi, dezembro de 2022. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/35687-em-2021-pobreza-tem-aumento-recorde-e-atinge-62-5-milhoes-de-pessoas-maior-nivel-desde-2012>>. Acesso em 20 de julho de 2023.

IERVOLINO, Marcilene; PRADOS, Rosália. **O ARQUITETO COMO EDUCADOR SOCIAL PARA O EXERCÍCIO DA CIDADANIA.** Conference: XIII Semanas Sociais Universidade Federal de São Carlos - UFSCAR, São Carlos, 2015.

IPOG. **Estatuto da Cidade: o que é, quais são seus objetivos e instrumentos.** IPOG, 2016. Disponível em: <<https://blog.ipog.edu.br/direito/estatuto-da-cidade/>>. Acesso em 12 de janeiro de 2024.

**Impacto Social em Habitação.** Arquitetas Nômades e CAU/MG, 2021. Disponível em: <<https://www.caumg.gov.br/wp-content/uploads/2021/04/Publicacao-negocios-de-impacto-em-habitacao-Arquitetas-Nomades.pdf>> Acesso em: 16 set 2023. <<https://www.caumg.gov.br/wp-content/uploads/2021/04/Publicacao-negocios-de-impacto-em-habitacao-Arquitetas-Nomades.pdf>> Acesso em: 16 set 2023. <<https://www.caumg.gov.br/wp-content/uploads/2021/04/Publicacao-negocios-de-impacto-em-habitacao-Arquitetas-Nomades.pdf>> Acesso em: 16 set 2023. inseguranca-publica-na-cidade-de-belem-em-meio-a-segregacao-social-e-a-cultura-dabarbarie. html>. Acesso em: 06 mai. 2020.

LIMA, Alexandre Vasconcelos de; FREITAS, Elísio de Azevedo. **A Pandemia E Os Impactos Na Economia Brasileira.** VOL I, Nº IV, 2020.

MADEIRA, Zelma; GOMES, Daiane. **Persistentes desigualdades raciais e resistências negras no Brasil contemporâneo.** Serv. Soc. Soc. (133), Sep-Dec 2018.

MAGALHÃES, Cláudia Pereira Vaz de. **O FENÔMENO DA PEJOTIZAÇÃO NO ÂMBITO TRABALHISTA**. Revista das Faculdades Integradas Vianna Junior - Vianna Sapiens, V.1, N.5, Juiz de Fora, 2014.

MARAGNO, Gogliardo. **QUESTÕES SOBRE A QUALIFICAÇÃO E O ENSINO DE ARQUITETURA E URBANISMO NO BRASIL**. XXXI ENSEA - Encontro Nacional sobre Ensino de Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, Novembro de 2012.

MARICATO, Ermínia. **As ideias fora do lugar, e o lugar fora das ideias**. In: ARANTES, Otília Beatriz Fiori; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único. Desmanchando consensos*. Coleção Zero à esquerda, Petrópolis, Vozes, 2000.

MARTINS, Luís. **A PROFISSÃO DE ARQUITETO: COMPETÊNCIAS E APTIDÕES FORA DA ARQUITETURA**. ISCTE-IUL, Novembro, 2016.

MELLO, Bruno César Euphrasio de. **Emprego em arquitetura e urbanismo e nova morfologia do trabalho: Notas a partir da experiência do Rio Grande do Sul**. Arqtextos, n. 178.02, p. on-line, 15 Mar. 2015. ArchDaily Brasil. Disponível em: <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/arqtextos/15.178/5493>>. Acesso em 05 de junho de 2023.

MELLO, Bruno; KUHN, Eugenia; RORATO, Geisa; D'OTTAVIANO, Maria. **Trabalho e exercício profissional do arquiteto urbanista brasileiro**. XXXVIII ARQUISUR, Belo Horizonte, outubro de 2019.

MICHAELIS. **arquiteto**. Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. Editora Melhoramentos Ltda, 2023. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/arquiteto/>>. Acesso em 05 de janeiro de 2023.

MOASSAB, Andreia; NAME, Leo. **Por um ensino insurgente em arquitetura e urbanismo**. Andréia Moassab (Org.); Leo Name (Org.). Foz do Iguaçu: EDUNILA, 2020.

MOM (Morar de Outras Maneiras). **Arquitetura como exercício crítico e outros escritos sobre moradia, cidade e heteronomia**. MOM. Escola de Arquitetura da UFMG, Belo Horizonte, 2016.

MONTEIRO, Ana Maria; GUTIERREZ, Ester; MARAGNO, Gogliardo; JUNIOR, Wilson Ribeiro. **A construção de um novo olhar sobre o ensino de arquitetura e urbanismo no Brasil: os 40 anos da Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e Urbanismo**. ABEA, Brasília, 2013.

OLIVEIRA, E. M. (2016). **Empreendedorismo social no Brasil: atual configuração, perspectivas e desafios – notas introdutórias**. *Revista Da FAE*, 7(2). Recuperado de <https://revistafae.fae.edu/revistafae/article/view/416>

OLIVEIRA, Liana. **A função social do arquiteto e urbanista diante da construção dos espaços públicos na cidade de São Paulo**. Universidade de São Paulo - USP, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948. Disponível em: <<https://www.unicef.org>>. Acesso em: 8 set 2023.

PAOLI, Paula de. **Françoise Choay: os limites do urbanismo moderno enquanto modelo**. XI Encontro de Nacional da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - ANPUR, Salvador - BA, 2005.

PEREIRA, Eliane; da CUNHA, Miriam. **REFLEXÕES SOBRE AS PROFISSÕES**. Enc. Bibli: R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf., Florianópolis, n. 24, p. 44-58, 2º sem.2007.

PEREIRA, R. B. **A definição de Arquitetura no Dictionnaire Historique de Quatremère de Quincy**. Risco Revista De Pesquisa Em Arquitetura E Urbanismo (Online), 2009, (10), 3-14.

PIANO, Renzo. **A responsabilidade do arquiteto/Renzo Piano. conversas com Renzo Cassigoli**. BEI Comunicação, São Paulo, 2011.

PINHEIRO, Marconi. **Lei da Oferta e Demanda: entenda como funciona essa lei da economia**. Revista POLITIZE, 22 de maio de 2021. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/lei-da-oferta-e-demanda/>>. Acesso em 31 de junho de 2023.

PUCRS. **Saiba qual é a importância do Urbanismo para a sociedade**. PUCRS - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2022. Disponível em: <<https://www.pucrs.br/blog/dia-mundial-urbanismo/>>. Acesso em 05 de fevereiro de 2024.

REGATTIERI, Lorena Lucas. **A Sociedade em Rede e o viés Multimídia da Comunicação**. INTERCOM - XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Rio de Janeiro, RJ.

ROSA, Tiago Barros. **O poder em Bourdieu e Foucault: considerações sobre o poder simbólico e o poder disciplinar**. Rev. Sem Aspas, Araraquara, v.6, n.1, p. 3-12, jan./jun. 2017.

SANTIAGO, Aline Daniele Cruz. **INVENTANDO A CONTRA-MOLA QUE RESISTE: REFLEXÕES SOBRE O TRABALHO DO ARQUITETO EM TEMPOS DE PRECARIZAÇÃO**. UFF(Universidade Federal Fluminense) - Escola de Arquitetura e Urbanismo - PPGAU, 2019.

SANTOS, Jakeline; GONÇALVES, Thaís. **ASSISTÊNCIA TÉCNICA COMO POLÍTICA PÚBLICA: O CASO DO ESCRITÓRIO PÚBLICO DE SALVADOR.** Revista Campo do Saber, Volume 1 - Número 2 - jul/dez de 2015.

SCOTTON, Josiane Andréia; MIRON, Luciana Ines Gomes; LERSCH, Inês Martina. **Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social para Promoção do Habitat Saudável.** Gestão & Tecnologia de Projetos. São Carlos, v 16, n4, 2021. <https://doi.org/10.11606/gtp.v16i4.178679>

SEGNINI, F. **A prática profissional do arquiteto em discussão.** Tese (doutorado) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, USP: São Paulo, 2002.

SETTON, Maria da Graça. **A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea.** Revista Brasileira de Educação nº 20, Universidade de São Paulo, Faculdade de Educação, maio - ago, 2002.

SOARES, Alessandra; MAIA, Artur; ROSSI, Pedro. **O papel social da arquitetura. Entrevista com Ermínia Maricato.** *Entrevista*, São Paulo, ano 20, n. 078.01, Vitruvius, maio 2019 <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/entrevista/20.078/7351>>.

SOARES, Guilherme. **Quanto ganha um arquiteto? Salários no Brasil em 2023.** Contabilizei Blog, 08 de março de 2023. Disponível em: <<https://www.contabilizei.com.br/contabilidade-online/quanto-ganha-um-arquiteto/>>. Acesso em 10 de julho de 2023.

SOARES, Umberto. **Reconstrução Histórica do Ensino de Urbanismo no Brasil Estudo de Caso Escola de Arquitetura da UFMG.** XI Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional - ANPUR, Salvador - BA, 23 - 27 de maio de 2005.

RAPOSO, Isabel. **"Intervir nas margens do urbano: o papel da academia".** Espaços vividos e espaços construídos: estudos sobre a cidade - Revista nº5, Volume nº1. Lisboa: CIAUD FAUL, 2017, pp.29 - 39.

TAVARES, Diego Amador. **Arquitetura da violência: Um estudo sobre insegurança pública em Belém em meio à segregação social e a cultura da barbárie.** 3º Encontro da Região Norte da Sociedade Brasileira de Sociologia: Amazônia e Sociologia: fronteiras do século XXI. Manaus, 2012. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/20565712-Arquitetura-da-violencia-um-estudosobre->> Acesso em 20 de setembro de 2023.

ULTRAMARI, C. **Significados do urbanismo.** PosFAUUSP, [S. l.], n. 25, p. 166-184, 2009.

UNIS. **5 arquitetos brasileiros e seus legados para a profissão!** UNIS(Centro Universitário do Sul de Minas). Disponível em: <<https://blog.unis.edu.br/5-arquitetos-brasileiros-e-seus-legados-para-profissao/>>. Acesso em 25 de junho de 2023.

Universidade Tuiuti. **TIRE SUAS DÚVIDAS: ARQUITETURA É HUMANAS OU EXATAS?**. Universidade Tuiuti do Paraná, 2019. Disponível em: <<https://tuiuti.edu.br/blog/tire-suas-duvidas-arquitetura-e-humanas-ou-exatas/>>. Acesso em 18 de março de 2024.

VIVA DECORA. **Famosos arquitetos brasileiros: os profissionais que inspiraram o Brasil e o mundo**. VIVA DECORA PRO, JULHO 24, 2017. Disponível em: <<https://www.vivadecora.com.br/pro/famosos-arquitetos-brasileiros/>>. Acesso em 25 de junho de 2023.

WACQUANT, L. **Poder simbólico e fabricação de grupos: como Bourdieu reformula a questão das classes**. Novos Estudos-CEBRAP, São Paulo, n. 96, p. 87-103, 2013.

YOUNG, Iris Marion. **Justice and the politics of difference**. Princeton: Princeton University Press, 1990.

## APÊNDICES:

### QUESTIONÁRIO (ARQUITETOS BRASILEIROS)

#### Arquitetos brasileiros

Pesquisa anônima exclusiva para estudantes e profissionais da arquitetura e urbanismo que será utilizada como base de dissertação do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Alagoas, desenvolvido pelo mestrando José Henrique Costa Tenório.

A dissertação consiste em uma pesquisa para construir um panorama sobre o perfil do arquiteto brasileiro afim de questionar o seu distanciamento quanto a sua função social.

(Sua identidade não será computada ao responder esse questionário).

•Somente para residentes do Brasil;

\* Indica uma pergunta obrigatória

1. Como você se encaixa nas opções a seguir? \*

Marcar apenas uma oval.

- Estudante de Arquitetura e Urbanismo
- Arquiteto(a) com menos de 2 anos de formação.
- Arquiteto(a) com 2 a 5 anos de formação.
- Arquiteto(a) com 5 a 10 anos de formação.
- Arquiteto(a) com mais de 10 anos de formação.

2. Como você definiria a profissão do arquiteto? \*

---



---



---



---

3. O que te motivou a ser um arquiteto? \*

---

4. O que te motiva a continuar sendo um arquiteto? \*

---

5. Classifique as características a seguir da profissão de acordo com a importância delas para você, escalonando-as a partir do seu grau de relevância, classificando entre a que possui maior (1) até a de menor relevância na sua opinião (5): (Escolha apenas uma opção por valor de relevância). \*

Marcar apenas uma oval por linha.

	Retorno Financeiro	Prestigio	Realização pessoal	Função Social	Afinidade
1	<input type="radio"/>				
2	<input type="radio"/>				
3	<input type="radio"/>				
4	<input type="radio"/>				
5	<input type="radio"/>				

6. Você conhece a Lei de Assistência Técnica (Lei Federal nº 11.888/2008)? \*

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

7. Se sim, onde conheceu?

Marcar apenas uma oval.

- Universidade
- Pesquisa pessoal
- Redes Sociais
- CAU/BR
- Amigos
- Não lembro
- Outra: \_\_\_\_\_

8. Estuda ou estudou em que tipo de instituição?

Marcar apenas uma oval.

- Privada
- Pública

9. O que você gostaria de ter aprendido que não aprendeu na sua graduação? (Formação acadêmica) \*

\_\_\_\_\_

#### Dados de classificação

Todos os dados serão utilizados de maneira anônima, apenas para criação de perfil genérico.

10. Qual sua idade? \*

Marcar apenas uma oval.

- Menos de 18 anos
- de 18 a 30 anos
- de 31 a 40 anos
- de 41 a 50 anos
- de 51 a 60 anos
- Mais de 60 anos

11. Qual a sua identidade de gênero? \*

Marcar apenas uma oval.

- Homem cis
- Homem trans
- Mulher cis
- Mulher trans
- Agênero
- Outra: \_\_\_\_\_

12. Qual cor ou raça você se declara? \*

Marcar apenas uma oval.

- Branca
- Parda
- Preta
- Mestiça
- Amarela
- Indígena
- Não declarar

13. Qual a região em que reside? \*

Marcar apenas uma oval.

- Nordeste
- Sudeste
- Sul
- Norte
- Centro-Oeste

14. Qual sua renda mensal? \*

Marcar apenas uma oval.

- Nenhuma renda
- Até 1 salário mínimo
- 1 a 3 salários mínimos
- 3 a 6 salários mínimos
- 6 a 9 salários mínimos
- 9 a 12 salários mínimos
- 12 a 15 salários mínimos
- Mais de 15 salários mínimos
- Prefiro não declarar

15. Qual ou quais são suas áreas de atuação no campo da arquitetura? \*

Marcar tudo o que for aplicável.

- Arquitetura de Interiores
- Projeto de Arquitetura
- Paisagismo
- Planejamento urbano e regional
- Sistemas Construtivos
- Ensino
- Instalações e Sistemas Elétricos
- Patrimônio Histórico
- Topografia
- Tecnologia
- Comunicação Visual
- Gestão de obras
- Design de mobiliário
- Cenografia
- Design Gráfico
- Modelagem 3D
- Outra: \_\_\_\_\_





Oi,  
amigos!

sou eu, o Henrique.

**VOCÊ QUE  
NÃO É DA  
ÁREA DE  
ARQUITETURA**  
(PREFERENCIALMENTE)

PRECISANDO DE VOCÊS

**responde a enquete  
nos stories a seguir,  
por favor**

É como um game, a ideia é que você escolha a opção que represente o seu primeiro pensamento. Como você definiria esse sujeito, sim, de maneira estereotipada e apegada ao senso comum. Ou seja, não faça reflexões, aja com reflexo.

The poll cards are arranged in a 4x2 grid. Each card features two portraits of people and a poll question: "QUEM É O ARQUITETO(A)?". The poll options are numbered 1, 2, 3, and 4. The portraits include a woman with long dark hair, a man with glasses and a beard, a woman with a headscarf, a man with glasses and a beard, a woman with curly hair, a man with short dark hair, a woman with long black hair, a woman with glasses, a man with short dark hair, an older woman, an older man, a woman with dreadlocks, a man with a beard, a woman with a headscarf, a man with short dark hair, and a woman with long light-colored hair.